

# **Capitalismo Histórico e Alternativas: diálogos com Análises dos Sistemas-Mundo**

Jales Dantas da Costa (Organizador)

Bruno Hendler • Daniel de Campos Antiquera • Eduardo Barros Mariutti  
Hoyêdo Nunes Lins • Jales Dantas da Costa • Rosângela de Lima Vieira

## **SUMÁRIO**

### **APRESENTAÇÃO**

Jales Dantas da Costa

### Parte I – CAPITALISMO E ATIVISMO RADICAL

#### **CAPITALISMO, RELAÇÕES DE PROPRIEDADE E VIOLÊNCIA: A ACELERAÇÃO DO TEMPO E IMPERIALISMO**

Eduardo Barros Mariutti

#### **ATIVISMO PELAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA VIRADA DO SÉCULO: PRATICANDO “ANTISSISTEMISMO”?**

Hoyêdo Nunes Lins

#### **OCASO DE LIBERALISMO E RENASCIMENTO DO RADICALISMO: JUNHO DE 2013 SOB A PERSPECTIVA DOS SISTEMAS-MUNDO DE WALLERSTEIN**

Daniel de Campos Antiquera

### Parte II – CHINA E TRANSIÇÕES HEGEMÔNICAS

#### **A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA**

Jales Dantas da Costa

#### **A IDEIA DE CERCO E A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CHINA**

Bruno Hendler

#### **A TRANSIÇÃO DO CSA BRITÂNICO PARA O NORTE-AMERICANO: ANÁLISE COMPARATIVA PARA A CRISE ATUAL**

Rosângela de Lima Vieira

## APRESENTAÇÃO

Jales Dantas da Costa<sup>1</sup>

O presente livro é uma contribuição de pesquisadores brasileiros ao campo de estudos que toma por base Análises dos Sistemas-Mundo (ASM). Acreditamos ainda ser pouco conhecida e praticada pela comunidade acadêmica brasileira e mesmo latino-americana as ASM, apesar do tempo considerável de sua atuação. Mas não cabe aqui retomar certas peculiaridades do meio acadêmico vis-à-vis as ASM, o quanto a proposta metodológica de tornar as ciências sociais necessariamente históricas, unidisciplinar e com enfoques espacial e temporal alterados – da economia/Estado/sociedade nacional para o sistema mundial, do tempo curto e mesmo conjuntural para incluir como tempo referencial a *longue durée* braudeliana – desafiou e continua a desafiar os modos de investigação dominantes. As múltiplas resistências ao enfoque sistêmico já foram apresentadas em muitos dos trabalhos de Immanuel Wallerstein bem como na Introdução ao livro *O Brasil e o Capitalismo Histórico: passado e presente na Análise dos Sistemas-Mundo*.

Cabe lembrar que as ASM, enquanto perspectiva explícita no interior das ciências sociais, data dos anos 1970. E que é reconhecida a participação de autores como Immanuel Wallerstein, Samir Amin, Andre Gunder Frank, Terence Hopkins, Giovanni Arrighi na formulação de conceitos e na narrativa histórica do “Moderno Sistema-Mundo”, bem como o fato de que alguns dos argumentos destas análises têm uma história mais longa, com influências oriundas da teoria revolucionária marxiana, escola dos *Annales*, teoria da dependência, da sociologia clássica e de teorias da evolução social. (Wallerstein, 2002, 2006; Chase-Dunn, 2001; Arrighi, 1997; Martins, 2010). E que desde então este “movimento do saber”, apesar das dificuldades, tem se difundido por todas as disciplinas das ciências sociais históricas e por diversas partes do mundo. A força da(s) ASM, segundo o próprio Wallerstein, “é que ela tem resistido à tentação de definir a si mesma muito estreita e dogmaticamente, ainda que não se permitindo ser definida tão frouxamente a ponto de que qualquer um pareça lidar com questões para além de nações/sociedades/formações sociais singulares ser considerado parte da família” (2012, p.27).

Na academia brasileira, uma “família” vem se formando desde 1999, momento em que um conjunto de professores e alunos de diversos cursos passou a estudar e debater as obras de

---

<sup>1</sup> Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo. Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília.

Fernand Braudel, Wallerstein, Arrighi etc. em muitos seminários realizados na Universidade Federal de Santa Catarina. Em 2006, o Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo<sup>2</sup> (GPEPSM) foi formalizado no âmbito do CNPq<sup>3</sup>. E desde 2007 que membros desse grupo vêm organizando anualmente Colóquios em algumas cidades brasileiras (Florianópolis, Brasília, Campinas, Marília e João Pessoa), difundindo assim as ASM e os seus princípios metodológicos pelo meio acadêmico nacional, bem como estimulando e promovendo estudos e pesquisas da realidade mundial, regional e local a partir da perspectiva de análises da Economia Política dos Sistemas-Mundo. Em novembro de 2015, realizamos na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) o IX Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo: crise estrutural, conformações geopolíticas e geoeconômicas e alternativas na nova era asiática.

O livro que ora apresentamos ao leitor é fruto do trabalho que vem sendo desenvolvido no âmbito do GPEPSM, particularmente durante o referido IX Colóquio, dado que alguns de seus textos foram apresentados nesse evento. A coletânea dos artigos aqui reunidos tem em comum o diálogo com ASM. Na primeira parte, *Capitalismo e ativismo radical*, são debatidos elementos centrais dessa abordagem, especialmente os propostos por Wallerstein. No primeiro capítulo, *Capitalismo, relações de propriedade e violência: a aceleração do tempo e imperialismo*, Eduardo Barros Mariutti deixa de lado o fascínio pela cena política mais imediata de adivinhar para onde aponta o “centro dinâmico” do capitalismo contemporâneo para levar até as últimas consequências dois elementos fundamentais propostos por Wallerstein: 1) o de que o capitalismo é *uma civilização* sem conteúdo civilizatório, já que se estrutura na acumulação incessante de capitais, que só pode se sustentar mediante a mercadorização sistemática do Homem e da Natureza, e que jamais prescinde da violência; 2) o de que a radicalidade da crise iniciada em 1968 comprometeu o mito do progresso automático e do caráter civilizatório do capital, tão profundamente arraigada nas ciências sociais e nas práticas e instituições que lhes correspondem. O que precisamos é “impensar as ciências sociais” e as falsas promessas da modernidade, e recolocar no centro do debate público a contradição entre o capital e o trabalho no âmbito do “*novo*” *imperialismo*.

No segundo capítulo, *Ativismo pelas condições de trabalho na virada do século: praticando “antissistemismo”?*, Hoyêdo Nunes Lins contextualiza, apresenta e discute o ativismo de sindicatos e ONGs em relação às deploráveis condições de trabalho e, mais

---

2 <http://www.gpepsm.ufsc.br/html/epsm.php>

3 <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0043603U2B4LV7>

amplamente, ao quadro de reprodução social amargado por numerosos trabalhadores envolvidos em processos produtivos relacionados especificamente à indústria de artigos de vestuário na periferia e semiperiferia do capitalismo. Argumenta que as recentes transformações na forma de produzir, que incluem processos de reestruturação e de reorganização espacial das atividades, não arrefeceram o ímpeto contestador dos atores sociais. E questiona sobre o caráter antissistêmico desse ativismo, examinando a pertinência de considerá-los vetores de uma “globalização contra-hegemônica” ou “globalização desde abaixo”. O seu intuito é relacionar o ativismo em prol dos direitos dos trabalhadores e de melhores condições de trabalho com os novos movimentos antissistêmicos e com uma possível globalização contrastada com a que caracteriza as narrativas dominantes sobre a conjuntura da virada do século.

No terceiro capítulo, *Ocaso do liberalismo e renascimento do radicalismo: Junho de 2013 sob a perspectiva dos sistemas-mundo de Wallerstein*, Daniel de Campos Antiquera vai além da sistematização de alguma leituras típicas sobre os recentes levantes no Brasil. Sua contribuição aqui é pensar se esse processo político pode ser lido da perspectiva histórico-estrutural dos sistemas-mundo, particularmente a partir de apontamentos de Wallerstein. Junho de 2013 pode ter uma significação maior e mais regular do que apenas uma excentricidade ou particularidade incomparável. Antiquera realiza uma leitura não apenas conjuntural e episódica do renascimento do radicalismo, mas reflete sobre se tais levantes podem ser indicadores de elementos mais estruturais da sociedade e políticas contemporâneas. Sua aposta está em destacar elementos que contribuam na explicação das causas profundas (e não apenas conjunturais ou nacionais) das inesperadas manifestações de junho de 2013, assim como identificar os seus desdobramentos mais duradouros.

Já na segunda parte do livro, *China e transições hegemônicas*, as atenções se voltam para a China e sua inserção internacional de longo prazo, e para a crise econômica atual a partir da comparação das transições hegemônicas do passado. Aqui são debatidos outros elementos centrais da abordagem dos sistemas-mundo, especialmente os propostos por Braudel, Wallerstein e Arrighi. No capítulo quarto, *A República Popular da China*, Jales Dantas da Costa busca compreender o desenvolvimento chinês, os elos entre a tradição revolucionária desse país e suas transformações econômicas, políticas e sociais, desde Mao até Xi Jinping. A China certamente ainda não se desforrou do Ocidente, e se o fará ou não é uma questão que está em aberto. Mas já é mais do que a capital do Terceiro Mundo, e há muito que deixou de estar isolada na arena internacional e de ser considerada uma das nações

mais pobres do mundo. É certo que o seu desenvolvimento econômico e social não esteve e não está isento de erros. O socialismo chinês (ainda em estágio primário) não é perfeito e nem igualitário. Houve e há inúmeros problemas sociais e ambientais, afora o debate sobre as provas da restauração do poder da classe capitalista no país e do papel que seu Estado vem desempenhando nas últimas décadas. Houve e há conflitos sociais, lutas camponesas, greves operárias e múltiplas manifestações de descontentamento. E para melhor compreendermos o futuro do desenvolvimento chinês é imprescindível olhar atento para manutenção ou ruptura com os princípios cardeais de sua história mais recente, para as relações entre o partido-exército e o proletariado crescente, que já supera o campesinato.

No capítulo quinto, Bruno Hendler discorre sobre *A ideia de cerco e a inserção internacional da China*. O seu objetivo é examinar a inserção do país no sistema internacional e nos principais tabuleiros de poder e riqueza da Ásia no século XXI, especificamente após a ascensão de Xi Jinping e o “retorno” dos EUA à Ásia pelo “pivô estratégico” do governo Obama. Como afirma Hendler, é precisamente a mescla entre a centralidade econômica e o cerco geopolítico que torna a inserção internacional da China um verdadeiro quebra-cabeça a ser decifrado. Seguindo a *longue durée* braudeliana e partindo de cuidadosa análise histórica, pretende contribuir nessa difícil tarefa. Assim, apesar do recorte temporal recente, o autor retorna ao século XIII para lançar hipóteses sobre como (e se) a presença da noção de cerco foi uma variável relevante no cálculo político de líderes desde as dinastias mais recentes do “Império do Meio”, bem como para identificar como a percepção de cerco influenciou a interação da China com o mundo exterior no longo prazo.

No sexto e último capítulo, *A transição do CSA britânico para o norte-americano: análise comparativa para a crise atual*, Rosângela de Lima Vieira se questiona se a atual crise econômica seria mais uma passageira ou estaríamos numa crise mais profunda da fase terminal do ciclo sistêmico de acumulação liderado pelos Estados Unidos. E vai em busca de resposta partindo de alguns princípios analíticos da Economia Política dos Sistemas-Mundo, especialmente da análise histórica comparativa entre a transição do ciclo sistêmico de acumulação britânico para o norte-americano e a atual transição do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano. O objetivo é extrair desta análise comparativa elementos históricos que nos ajudem a compreender a conjuntura contemporânea e o significado da crise econômica atual.

Por fim, gostaria de agradecer ao Departamento de Relações Internacionais da UFPB pelo apoio na realização do IX Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo

apoio financeiro para editoração e impressão deste livro e aos autores pela inestimada colaboração.

### **Referências bibliográficas**

ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis : Vozes, 1997.

CHASE-DUNN, Christopher. *World-Systems Theorizing*. In: TURNER, Jonathan. *Handbook of Sociological Theory*. New York : Plenum, 2001.

MARTINS, Carlos Eduardo. Giovanni Arrighi: um pensamento para o século XXI. In: Margem esquerda: ensaios marxistas, nº 14. São Paulo : Boitempo, 2010.

VIEIRA, P.; VIEIRA, R.; FILOMENO, F. A. (Orgs.). O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. O fim do mundo como concebemos: ciência social para o século XXI. Rio de Janeiro : Revan, 2002.

\_\_\_\_\_. Impensar a Ciência Social: os limites dos paradigmas do século XIX. Aparecida, SP : Idéias & Letras, 2006.

## Parte I – CAPITALISMO E ATIVISMO RADICAL

# CAPITALISMO, RELAÇÕES DE PROPRIEDADE E VIOLÊNCIA: A ACELERAÇÃO DO TEMPO E IMPERIALISMO

**Eduardo Barros Mariutti<sup>4</sup>**

Talvez a falácia mais perniciosa que ainda assombra o pensamento acadêmico é a tese de que há um “centro dinâmico” no capitalismo e que o segredo da luta pelo desenvolvimento envolveria encontrar uma forma de inserção internacional sinérgica, capaz de captar os seus estímulos e engendrar um capitalismo “nacional” endógeno. A perspectiva do sistema-mundo nasceu da crítica a esse engodo. Mas, infelizmente, o problema hoje ainda tende a ser formulado nestes termos. A esmagadora maioria das análises sobre o cenário mundial parte da seguinte pergunta: os EUA ainda podem operar como o centro dinâmico do capitalismo ou, pelo contrário, este papel será substituído por outro país? A China é um possível candidato? Esta formulação é um atentado contra a perspectiva do sistema-mundo. O fato de o sistema possuir um centro *não quer dizer que ele lhe confere dinamismo*. Esta é um atributo do sistema e do seu movimento tenso de reprodução. Mas, curiosamente, foi o próprio Giovanni Arrighi quem fez as primeiras especulações neste sentido, em 1994, ao propor que, ao invés de uma transformação radical do sistema-mundo contemporâneo (que poderia deixar de ser capitalista), existia a possibilidade de que um novo ciclo sistêmico de acumulação, centrado no arquipélago capitalista asiático (sic.) centrado no entorno do Japão substituísse o vigente.<sup>5</sup> Em 2007, poucos anos antes de falecer, ele corrige o rumo: a China poderia operar como um centro, mas a ascensão chinesa iria transformar significativamente as características do sistema. No meio termo, o outrora espirituoso André Gunder Frank,<sup>6</sup> de forma tragicômica, já

---

4 Mestre em História Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (2000) e Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Atualmente é professor doutor do Instituto de Economia da Unicamp.

5 Giovanni ARRIGHI *The Long Twenty Century: Money, Power and the Origins of Our Times* Londres & Nova York: Verso, 2010 [ed. Orig. 1994].

6 Só um exemplo basta para mostrar a importância deste autor: a publicação de *The development of underdevelopment* (publicado originalmente em 1966) representou um verdadeiro divisor de águas, e deve ser visto como um dos principais precursores da perspectiva do sistema-mundo. Apesar de pequenas imprecisões, o livro ainda retém muito de sua força original. Mas, depois de 1996 (quando começa o delírio do sistema-mundo de 5000 anos...), Frank entrou em uma espiral decadente que, infelizmente, chamuscou a sua vasta e consagrada produção intelectual anterior.

tinha proposto que estávamos assistindo ao *retorno* do centro da economia global à Ásia e, mais especificamente à China.<sup>7</sup>

Para manter a coerência com os fundamentos da perspectiva do sistema-mundo, sugiro neste capítulo mudar radicalmente de orientação. Longe de ficar hipnotizado pela cena política mais imediata e tentar buscar adivinhar para onde o “centro dinâmico” (sic.) do capitalismo contemporâneo pode apontar, minha tentativa aqui é levar até as últimas consequências dois elementos fundamentais, ambos propostos por Immanuel Wallerstein: i) o capitalismo é, essencialmente, *uma civilização* sem conteúdo civilizatório, pois está estruturada pela acumulação incessante de capitais, cujo suporte *sempre* envolve a violência. ii) A crise que tem início em 1968 é muito mais radical do que as anteriores, pois comprometeu o mecanismo básico de fabricação do consenso social, o mito do progresso automático e do caráter civilizatório do capital. O centro e parte dos pensadores situados na periferia começaram a perceber que, na verdade, a vanguarda do capitalismo não era o aparente “capitalismo civilizado” de parte da Europa e dos EUA, mas sim o capitalismo periférico: violento, centrado em privilégios e na exclusão. A queda do muro de Berlim expôs de vez a farsa soviética e, deste modo, agudizou as reverberações da crise de 1968.

O presente capítulo está dividido em 9 partes articuladas, mas que possuem algum grau de autonomia. Na primeira discuto brevemente a relação estrutural entre capitalismo e violência e o processo de crescente homologia entre as sociedades do “centro” e da “periferia”, onde as características ditas “periféricas” é que tendem a se sobressair, mostrando que se existe uma civilização capitalista, ela não coincide com a noção iluminista de progresso. Este é, precisamente, o tema discutido na parte dois, que também incide sobre a falácia dos desenvolvimentismos. Na parte 3 o foco recai em uma variante perigosa do fetichismo capitalista: mesmo aparentemente cientes do fetichismo da mercadoria (é isso que dá munição para a crítica banal à “burguesia aculturada”, ou aos padrões de consumo da classe média), os pseudocríticos do capitalismo rapidamente caem no *fetichismo do capital*, mola mestra do keynesianismo e dos desenvolvimentismos. Isto abre caminho para a parte 4, onde o argumento mais abstrato é exposto: a retomada da reflexão de Rosa Luxemburgo sobre a tendência geral do capital em impor sua lógica sobre todas as dimensões da realidade social. Por esta via, na parte 5, proponho uma reinterpretação dos “Anos Dourados”, enquadrando este período não como o “amortecimento” do capitalismo, mas ao contrário, como um momento onde a lógica da sociedade de mercado avançou radicalmente sobre novas

---

7 cf. “A Perspectiva do Sistema-Mundo: fundamentos e tendências” in: Pedro Antonio VIEIRA, Rosângela de Lima VIEIRA & Felipe Amin FILOMENO. *O Brasil no Capitalismo Histórico*. São Paulo: Unesp, 2013 p. 60-2.

fronteiras. Na parte 6, na linha do argumento apresentado anteriormente, enfatizo as principais fissuras da ordem mundial contemporânea, com ênfase na rivalidade imperialista e seu vínculo com o “terrorismo”. Na parte 7 discuto o vínculo entre a atuação das empresas transnacionais e as transformações nas relações de propriedade que marcaram a década de 1970 que, além de consolidar as formas anteriores de exclusão social, criaram novas e abriram caminho para uma nova forma de pilhagem, discutido na parte 8, onde o capital invade a dimensão das informações e busca se assenhorar da dimensão virtual da realidade. A última parte consiste em uma breve síntese com o reforço dos argumentos básicos, discutidos ao longo do capítulo.

## 1. Capitalismo e Violência

O capitalismo é, *essencialmente*, um sistema de exploração e, como tal, não pode prescindir da *violência* para se manter em funcionamento. E esse expediente não foi utilizado apenas durante a sua formação, isto é, no longo e tenso período de mercantilização da força de trabalho e dos demais meios de produção que se seguiu à crise geral do feudalismo. Ao se constituir, o modo de produção capitalista engendrou transformações importantes nas formas de coerção, nas quais ele se apoia, redefine e fortalece. Um dos elementos fundamentais para a sua formação foi a consolidação de um *sistema interestatal* baseado na rivalidade constante entre Estados territoriais, processo que teve como base a concentração e a intensificação dos *meios e mecanismos* de exercício da violência, tanto no interior do seu território, quanto no plano dito “externo”, isto é, a arena das relações interestatais. Posteriormente, a Guerra Fria e, de forma ainda mais explícita, o seu *desfecho final* levou este dupla tendência a um nível sem precedentes, complementando o processo – já em curso no século XIX – de implementação de um conjunto de instituições e práticas enredadas pela noção de *Guerra Total*.<sup>8</sup> No plano interno, os aparelhos de vigilância sobre os cidadãos, associados a diversos mecanismos de repressão aos “distúrbios civis” não param de se multiplicar, criando o que Paulo Arantes

---

<sup>8</sup> Há muita controvérsia sobre o significado dessa expressão. Há dois sentidos básicos em disputa: i) um tipo de conflito que anula a distinção entre alvos militares e civis e, portanto, tende à erradicação do inimigo usando todos os meios e procedimentos disponíveis; ii) um conflito baseado na mobilização do *conjunto* da capacidade produtiva da sociedade para a Guerra. Sobre este tema, ver Beatrice HEUSER *The Evolution of Strategy* Cambridge: Cambridge U. Press, 2010 Cap. 4. Estou empregando o conceito com *ênfase* neste segundo sentido. Mas com um adendo importante: desde o século XIX, mas, sobretudo durante as duas Guerras Mundiais, a separação entre alvos civis e militares foi diluída. O desfecho macabro da Segunda Guerra Mundial e o posterior desenvolvimento da dissuasão nuclear erradicou esta diferenciação. Por Guerra Total devemos entender, portanto, a *possibilidade* de mobilizar o *conjunto das capacidades produtivo-organizacionais* da sociedade para sustentar um esforço prolongado de uma guerra em três dimensões (terra, mar e ar (com a inclusão do Espaço)), cujo limite último é o emprego em grande escala dos armamentos nucleares.

denominou como uma “sociedade securitária de risco”, capaz de suspender a qualquer momento os direitos de cidadania e as garantias constitucionais. O colapso da URSS paradoxalmente *acirrou* o militarismo estadunidense, a enfatizar ainda mais a sua orientação para mudar *regimes*, fortalecendo o mecanismo de retroalimentação da violência construído logo no início da Guerra Fria, que mescla sistematicamente a ameaça “interna” à “externa”, criando uma sensação de insegurança perene, que fortalece e legitima os dispositivos de controle social e, simultaneamente, tenta eliminar do horizonte todas as perspectivas genuinamente emancipatórias.

Este mecanismo geral de produção violenta da sujeição ao *status quo* se combina com outro processo mais sutil de dominação. Ao *subordinar* e ajustar à sua lógica as formas *pretéritas* de exploração à acumulação incessante de capitais, o capitalismo favoreceu o deslocamento das irrupções mais *nítidas* da violência para os bastidores da vida social, isto é, para as diversas *periferias* e para os estratos e grupos sociais inferiorizados. É isso que, dentro de outras determinações, ajuda a dar sustentação à visão fictícia de que o capitalismo se identifica com – ou, em suas variantes mais tacanhas, determina – o “progresso” da civilização ou da “modernidade”. A combinação entre “arcaico e o moderno”, portanto, não é um atributo distintivo das formações sociais de origem colonial. Se existe uma diferença, ela é de grau: nas sociedades incorporadas no Antigo Sistema Colonial ou durante a era imperialista, estes traços são muito mais nítidos, especialmente aos olhos de um europeu. Mas este tipo de combinação é um fenômeno geral do capitalismo que, inclusive, representa uma importante forma de mistificação, pois gera uma identificação imaginária entre as promessas da modernidade e a sociedade de mercado.

O debate público nos EUA nas últimas décadas – o “centro”, portanto – mostra isso. Basta ver a chorumela sobre a “brasilianização” dos EUA - em tons muito próximos da crítica à “elite aculturada”, aos bloqueios à difusão do progresso técnico, a obliteração da ordem competitiva, etc - denunciada por Michael LIND:

Brasilianização [dos Estados Unidos] é simbolizada pela crescente retração da classe dominante americana branca (...) para o mundo dos bairros privados, escolas privadas, polícia privada, sistema privado de saúde e até mesmo estradas privadas, isolando-se da onda de pobreza generalizada. Como a oligarquia latino americana, os ricos e bem relacionados membros desta classe dominante podem ascender em uma América decadente, marcada por índices terceiro-mundistas de desigualdade e criminalidade.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup>*The Next American Nation* Nova York: Free Press, 1996 p. 14 (grifo meu).

Ou então, na mesma linha, a banal denúncia de Christopher LASH que, também escrevendo em meados dos anos 90, chega a uma conclusão que chocou os ingênuos: a principal ameaça à democracia americana vem das Elites – que, no caso, “traíram a nação” ao criarem círculos fechados cada vez mais cosmopolitas, distanciando-se das classes médias e de uma democracia inclusiva. Espantoso seria se as “elites” não se comportassem como “elites”, isto é, não defendessem seus privilégios de forma aguerrida, contra a maioria da sociedade, explorando as suas fontes internas e internacionais de poder<sup>10</sup>. Não por acaso, a situação aqui no Brasil não é muito diferente. Os raros defensores do atual governo moribundo tocam a mesma nota: os industriais nos traíram!!

## **2. Capitalismo, Civilização, Progresso e a falácia do desenvolvimentismo**

O fato é que, além da confusão acima exposta, existem diversas formas de se tentar estabelecer a falaciosa associação entre capitalismo e “progresso”. A mais simplória envolve a separação entre a sua *lógica econômica* – a suposta fonte do progresso – e as demais instâncias da realidade, tidas geralmente como o lugar onde reinam ainda os resquícios das “eras” anteriores, obstáculos temporários à marcha civilizatória, cuja base é a “economia”. É contra este estilo de raciocínio que Immanuel Wallerstein escreveu o primeiro volume de *The Modern World-System* e, desse modo, ajudou a cunhar a perspectiva do sistema-mundo que se propõe como *um movimento do saber de cunho totalizante*. Deste ponto de vista, não fica difícil concluir que o “problema econômico” não pode ser resolvido por um motivo surpreendentemente simples: para azar dos nossos netos, ele nunca foi econômico. Enquanto um sistema de exploração baseado na acumulação incessante de capitais a serviço das classes proprietárias, o capitalismo é marcado por uma nova forma de *imbricamento* entre as formas de dominação política, os aparelhos de legitimação ideológica e os mecanismos gerais de exploração do trabalho.

Esta forma cínica de camuflar o problema, quando mobilizada pelos ainda menos espirituosos, gera as polêmicas recentes sobre a tensão entre o “novo” e o social desenvolvimentismo. Porém, contras estas bazófias, Plínio de Arruda Sampaio é incisivo:

O chamado neodesenvolvimentismo é um fenômeno recente e localizado, indissociável das particularidades da economia e da política brasileiras na segunda metade dos anos 2000. Sua repercussão não ultrapassa as fronteiras da ‘província’ e, mesmo em seu interior, circunscreve-se a pequenos círculos acadêmicos. Mas do que uma nova tendência do pensamento

---

10 cf. *The Revolt of the Elites and the Betrayal of Democracy* Nova York: W.W. Norton, 1996. Para uma crítica cuidadosa dessa tendência, ver Paulo ARANTES *Zero à Esquerda* São Paulo: Conrad, 2004 p.30-45; 57-9; 75-7.

econômico com fôlego para se expandir a outras praças e resistir à prova do tempo, a onda neodesenvolvimentista está diretamente relacionada às intrigas e conspirações palacianas entre as duas fações que disputam o controle da política econômica brasileira: a monetarista – braço direito do neoliberalismo – e a autoproclamada “desenvolvimentista”- braço esquerdo da ordem.<sup>11</sup>

E, um pouco à frente, Plínio desnuda a relação entre o “novo” e o “velho” desenvolvimentismo, bem como o elemento de unidade do “novo”.

Acima de suas diferenças e idiosincrasias de ordem teórica e prática, os economistas que reivindicam o novo desenvolvimentismo compartilham um denominador comum: procuram uma terceira via que evite o que consideram o grave problema do neoliberalismo – a cumplicidade com o rentismo – e o que atribuem com as inaceitáveis perversidades do velho desenvolvimentismo – o nacionalismo anacrônico, a complacência com a inflação e o populismo fiscal. O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos ‘positivos’ do neoliberalismo – compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional – com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo – comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social.<sup>12</sup>

Apesar deste claro diagnóstico, a posição de Plínio é um pouco ambivalente. Em alguns momentos ele parece operar no mesmo diapasão dos desenvolvimentismos, isto é, como se a questão central fosse criar uma sociedade “nacional” autônoma, capaz de incorporar o progresso técnico e o “controle” dos centros “internos” de decisão, um projeto que naufragou também no “centro”. Desde a “etapa superior” do capitalismo, como já foi apontado, isto deixou de ser possível. Para ascender significativamente na hierarquia dos Estados capitalistas é fundamental combinar o poder das armas com a internacionalização da “burguesia”, pelo menos em escala regional. É exatamente este movimento que, como o século XX ilustrou, converte o nacionalismo em um dos principais portadores da barbárie. Em sua produção mais recente – apesar da persistência de ecos de Celso Furtado, um fantasma que ele ainda não conseguiu exorcizar – Plínio aponta cada vez mais claramente para esta nova direção.

Mas isto é um oásis no meio do deserto. O quixotismo domina claramente nesta seara. O aspecto positivo é que, para facilitar o nosso trabalho, a maior parte da discussão – a verbosidade novo-desenvolvimentista sobre a doença holandesa, a relação “correta” entre taxa de câmbio e coeficiente de importações, etc. – pode ser simplesmente desprezada, pelo seu oportunismo e seu caráter inócuo. As outras vertentes merecem alguns parágrafos de atenção.

---

11 “Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa” *Serviço Social e Sociedade*. N. 112 (2012) p. 678.

12 *Ibid.* p. 679.

O “social-desenvolvimentismo” e seus congêneres, de forma pretensamente crítica, partem de uma separação entre uma facção progressista da burguesia – os heróis da indústria – das suas formas parasitárias – os maléficos rentistas – para, com o apoio de uma elite benevolente, criar condições macroeconômicas para consolidar um sistema nacional de inovação e de investimento “autônomo”, em simbiose com o financiamento público e apoio diplomático dos “campeões nacionais”: medidas que trabalham a *favor* da centralização de capitais, e não contra. O objetivo alegado é transformar o nosso país na nova *cocanha*, onde o crescimento econômico – pontilhado por políticas públicas *setoriais* de distribuição de renda e “reciclagem” dos trabalhadores – traria a cura para todas as mazelas sociais.<sup>13</sup>

Esta arraigada crença no progressismo da burguesia é um traço tragicômico dos serviços dessa classe: são diversas as referências às “traições” da burguesia, em todas as épocas e em praticamente todos os lugares. Mas, mesmo assim, o mito do burguês progressista e empreendedor sempre ressurgiu das cinzas. Contra essa visão, como salientou com veemência João Quartim de MORAES, a crise de 2008 expôs mais uma vez a rapinagem da burguesia brasileira:

No Brasil, os primeiros efeitos perversos do “estouro da bolha imobiliária” envolveram cinco grandes trustes. Três deles, Aracruz, Sadia e Votorantim, foram pegos com a mão na cumbuca da jogatina financeira.”. Este último é o mais emblemático, dado o cinismo do seu dono: o dono do truste Votorantim é o milionário Antonio Ermírio de Moraes, cuja arrogante suficiência costuma importunar nossa paciência com acacias lições de moral à nação, amplamente difundidas, muitas vezes em ‘matérias de capa’ por jornais, revistas e magazines especialistas em bajulação. Algumas das admoestações recorrentes do ‘mais importante empresário do país’ (cf. a capa de *Isto é Dinheiro* no. 480, 29 Nov. 2006), por exemplo, ‘Falta Seriedade!’ ou ‘Deixem a indústria trabalhar’, prestam-se, à luz turva da crise, a edificantes ironias: ‘Falta seriedade à Votorantim’; ‘Deixem a indústria trabalhar e os patrões especular.’”<sup>14</sup>

Esse escândalo – e a posterior aposentadoria em 2013, pouco antes de seu falecimento – nos livrou das fanfarrônicas do nosso até pouco tempo atrás “mais importante empresário”. Essas mesmas revistas passaram o cetro para outra figura obscura, Eike Batista, um dos mais pitorescos burgueses da era Lula, cuja ascensão só não foi mais rápida do que a sua queda vertiginosa. São esses os nossos empreendedores...

### **3. O Fetiche do Capital e a sua superação: *impensar* as ciências sociais**

---

13 Contra o fetiche do crescimento econômico (símile da “sociologia da inautenticidade” na ciência econômica) ver Jessé SOUZA *A Construção Social da Subcidadania* Belo Horizonte e Rio de Janeiro: UFMG & IUPERJ, 2006 p. 17-8; 100-01; 129-36. Ver também: *A Ralé Brasileira* Belo Horizonte: UFMG, 2011 p. 15-18; 25-6. Logo a frente apontarei minhas reservas com relação à alguns traços da interpretação geral deste autor.

14 “Para a Análise Marxista da Crise” *Crítica Marxista*, no. 28 (2009) p. 11-2.

O problema básico desta discussão toda é que ela nunca conseguiu ultrapassar o fetichismo do *capital*: a crença infundada e fantasmagórica de que a abundância é fruto do *movimento do capital* entendido não como uma *relação social* de exploração, mas como uma coisa, isto é, uma massa de riqueza, meios de produção e conhecimento técnico,<sup>15</sup> cuja eficácia pode ser aprimorada por políticas econômicas gestadas por elites tecnicamente competentes e imbuídas de “espírito público”. Em suma: a quixotesca tarefa de salvar o capitalismo dos capitalistas. Um exemplo basta para ilustrar esta tendência: a recepção calorosa do livro de Thomas Piketty, sucesso momentâneo na esquerda *fashion*. Eis a definição de capital que parte:

capital é definido como a soma total de ativos não-humanos que podem ser possuídos e trocados em algum mercado. Capital inclui todas as formas de propriedade real (incluindo imóveis residenciais), bem como o capital financeiro e profissional (plantas, infra-estrutura, máquinas, patentes, etc) utilizado por empresas e agências governamentais.<sup>16</sup>

O propósito é separar esta “forma” de capital – que ele consciente e declaradamente usa como sinônimo de *riqueza* – do “capital humano” que, para ele, é o próprio trabalhador e suas competências, e, portanto, *não pode ser apropriado de forma permanente*, tal como, por exemplo, nos sistemas escravistas. Logo, o *capital* – cujo segredo é conseguir se apropriar da *força de trabalho* no seu processo de autovalorização – não é tratado em nenhum momento no livro. Um conjunto de banalidades, portanto.

Curiosamente, estes intérpretes julgam dialogar com Marx, mas resumem a sua problemática à questão do engendramento de forças produtivas “especificamente capitalistas” e, no caso dos países periféricos, acoplam a isto o problema de como tornar “endógeno” o capitalismo nacional. Toda tentativa de reduzir o marxismo a uma variante de ciência econômica é tributária deste tipo de fetichismo. Marx não foi e, o que é mais importante, não pode em *hipótese alguma* ser convertido em um economista. A separação do conhecimento em esferas estanques (o produto final do predomínio da orientação nomotética na *Methodenstreit* do século XIX) falseia a percepção dos fundamentos reais da sociedade burguesa. Na contramão das tendências em curso, Marx lutava para teorizar simultaneamente *todas* as esferas da existência, em um todo contraditório, e propunha uma forma de saber unitária e essencialmente orientada para a transformação radical da sociedade. Este é o principal ponto de contato entre o marxismo e a perspectiva do sistema-mundo.

---

<sup>15</sup> Um sinal da pobreza do debate nesta seara é a recepção calorosa.

<sup>16</sup> *Capital in the Twenty-First Century* Cambridge & Londres: Belknap Press, 2014 p. 46. (tradução minha).

Isso posto, podemos prosseguir. Marx, como é sabido, tinha certa estima pela “velha” Economia Política Clássica. A sua tese básica é que, ao contrário da economia vulgar que a sucedeu, a Economia Política podia ser *superada*<sup>17</sup> desde que submetida a uma crítica capaz de desvendar as práticas e ações sociais que *ela ocultava e tentava eternizar*. Essa tentativa de superação – simultaneamente intelectual e prática, que punha em questão todas as formas discursivas e práticas concretas de afirmação da desigualdade e da violência – é a verdadeira essência do materialismo histórico. O fato de a economia neoclássica – isto é, vulgarização do que já era vulgar – ser o ápice da decadência do espírito não salva a pele da ciência econômica “heterodoxa” contemporânea que, *como qualquer ciência especializada*, permanece restrita ao horizonte da sociedade produtora de mercadorias.<sup>18</sup> De forma mais simples e direta: nos termos atuais, a discussão sobre o desenvolvimento *regrediu* pois, na prática, reduziu a problemática da Economia Política ao mero tecnocratismo da Política Econômica, mediante uma luta parricida contra “neoclássicos”/ortodoxos, disputa que se situa *exclusivamente* no terreno da economia vulgar.

Logo, torna-se imperativo mudar radicalmente os termos da discussão e aceitar o desafio proposto originalmente por Marx. Como tem insistido Immanuel Wallerstein, chegou a hora de *impensar*<sup>19</sup> as Ciências Sociais contemporâneas. Mas isto tem que ser feito tendo como eixo a reconstrução da concepção ampliada de modo de produção, tal como este tema

---

17 Marx condenava a economia vulgar como uma das formas mais fetichistas pois ela não conseguia ultrapassar o modo como a realidade aparece *imediatamente* aos olhos do observador: relações sociais tomadas como relações entre *coisas*. A Economia Política Clássica, por sua vez, embora fosse capaz de penetrar um pouco mais fundo na realidade, ao perceber os conflitos sociais que animavam a sociedade, no fim das contas, por não querer (ou poder) enxergar as possibilidades além dos marcos de referência de que parte, naturalizaram essas formas de conflito. Por isso, sem querer, criaram o terreno propício ao florescimento da economia vulgar. Este tema é recorrente na obra de Marx. Mas no final da nota 32 do capítulo 1 de *O Capital*, ele é explícito: “Para deixar esclarecido de uma vez por todas, entendo por economia política clássica toda teoria econômica desde W. Petty, que investiga a estrutura interna das relações burguesas de produção em contraposição à economia vulgar, que se move apenas no interior do contexto aparente e ruma constantemente o material há muito fornecido pela economia científica a fim de fornecer uma justificativa plausível dos fenômenos mais brutais e servir às necessidades domésticas da burguesia, mas que, de resto, limita-se a sistematizar as representações banais e egoístas dos agentes de produção burgueses como o melhor dos mundos, dando-lhes uma forma pedante e proclamando-as como verdades eternas.” Vol. I São Paulo: Boitempo, 2013 p. 156.

18 A especialização nos moldes da orientação nomotética aprisiona também o conhecimento em duas temporalidades distintas. Ao isolar rigorosamente uma esfera da realidade – i.é. a delimitação de um objeto – a ciência opera no plano da atemporalidade (ou o tempo “eterno”) e supostamente se apoia em regras, conceitos ou teoremas *atemporais*, que regem essa dimensão da realidade. O passo seguinte é mobilizar esses conceitos para *explicar* fenômenos situados no plano dos acontecimentos – no tempo episódico/acontecimental – sem conseguir transcender esta temporalidade e, fundamentalmente, tornando impossível a compreensão da mudança social que, nestes termos, só pode “vir de fora”, como revela a extravagante noção de *ceteris paribus*. Cf. Fernand BRAUDEL *História e Ciências Sociais* Lisboa: Presença, 1972 p. -29-37; Immanuel WALLERSTEIN “A Herança da Sociologia, a promessa da ciência social” in: *O Fim do Mundo como o Conhecemos* São Paulo: Revan 2013 p. 279-80; Immanuel WALLERSTEIN *Unthinking Social Science* Cambridge (MA): Polity Press, 1991 p. 135-48.

aparece explicitamente em *A Ideologia Alemã* e em diversos trechos de *O Capital*: isto é, enquanto um conceito capaz de captar e expressar sinteticamente o *modo de vida* de uma determinada sociedade. Logo, enquanto modo de produção da *vida social*, ele precisa incidir sobre *todas* as dimensões da realidade social, inclusive sobre suas formas de representação e as formações discursivas que engendra para *ocultar* as suas bases (a temática do fetichismo) e, desse modo, garantir o seu funcionamento. Infelizmente este tipo de abordagem ficou na penumbra por um conjunto variado de motivos, dentre os quais, para os propósitos presentes, podemos destacar dois. Parte da explicação deriva da própria especialização e fragmentação do conhecimento que, a despeito de algumas resistências e focos isolados, se seguiu à burocratização da Universidade durante a expansão mundial dos sistemas universitários a partir da década de 1950, movimento que culminou na sua organização atual, isto, nos moldes gerenciais da Grande Empresa.<sup>20</sup> O segundo motivo tem a ver com a própria forma dominante do discurso marxiano. O *ponto de partida* de Marx é a crítica de filosofia clássica alemã.<sup>21</sup> Crítica que, embora fundada na História, tendia a *formular* as questões em termos predominantemente filosóficos, onde prepondera o *tempo lógico*, característica que fica explícita em *O Capital*. Mas, nesta obra, ao isolar e identificar os *elementos essenciais* do capitalismo, Marx não perde em momento algum a unidade do processo e a multiplicidade das transformações envolvidas, isto é, a *articulação* entre as formas políticas, ideológicas e econômicas que se expressa em cada um desses elementos e processos.<sup>22</sup> Neste sentido,

---

19 Este termo não somente é melhor do que a idéia de “desconstrução”, como a pressupõe, mas tenta superá-la. O pós-modernismo é *um sintoma* da intensificação das contradições do capitalismo. É muito comum analisá-lo como um triunfo inesperado da burguesia: o relativismo elimina a razão substantiva e, portanto, invalida todo e qualquer projeto universal coletivo. Será? Ou o “pós-modernismo” revela outra coisa, isto é, os primeiros sinais de uma nova conjuntura revolucionária? É o que sugere o enigmático Robert COX: “Quando o antigo regime europeu ultrapassou a fase de proeminência e entrou em declínio, o pirronismo (um renascimento do ceticismo do mundo antigo) tornou-se uma moda intelectual. Agora, o pós-modernismo, mais afinado com uma geração que desenha a busca de modelos do passado, exerce a função de substituir (para usar a sua terminologia, “desconstruir”) as ontologias aceitas até aqui.” “Rumo a uma conceituação pós-hegemônica da ordem mundial: reflexões sobre a relevância de Ibn Kaldun, In: ROSENAU, James N. & CZEMPIEL, Erns-Otto (org.): Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial, Brasília: UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000 p. 185.

20 Este processo é mais complexo do que parece a primeira vista. A Grande Imprensa, exatamente ao se organizar de forma corporativa e acelerar a produção e divulgação de notícias em um meio audiovisual, passou a pressionar o conhecimento produzido na Universidade. A simbiose entre o Estado e as Corporações – cuja expressão máxima foi o complexo industrial-militar-acadêmico – por sua vez, tendeu a complementar esse processo, convertendo a Universidade em um mero espaço destinado a produzir trabalhadores adestrados ao “mercado de trabalho”, ciência básica, tecnologia dirigida para o capital e cientistas disputados e assimilados pelo setor de P&D das corporações.

21 Mesmo para quem acredita na capciosa discussão sobre as “três fontes” do pensamento marxiano - tal como Kautsky e depois Lênin formulam a questão - tenderia a concordar que este é o ponto de partida de sua crítica.

22 Cf. Fernando NOVAIS *Aproximações*. São Paulo: Cosac Naify, 2005 p.363; Ellen Meiksins WOOD *Democracia contra Capitalismo* São Paulo: Boitempo, 2003 p. 27-36.

embora sem permanecer necessariamente no terreno do marxismo, a perspectiva do sistema-mundo nasceu sobre este impulso.

#### 4. O Capitalismo como forma universal: a mercadorização da natureza e da vida social

Já é possível expor o argumento geral que fundamenta este texto. O meu *ponto de partida* é a reflexão proposta por Rosa Luxemburgo sobre a peculiaridade do expansionismo capitalista. A seguinte passagem resume bem o eixo do seu pensamento:

O capitalismo é a primeira forma econômica” [*Wirtschaftsform*] “capaz de propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais formas econômicas, não tolerando nenhuma outra ao seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que alimentar-se; que tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como força de produção universal. O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição. A certa altura do desenvolvimento essa contradição só poderá ser resolvida pela aplicação dos princípios do socialismo – daquela forma de economia que por sua natureza é ao mesmo tempo um sistema internacional e harmônico, por não visar à acumulação, mas a satisfação das necessidades vitais da própria humanidade trabalhadora, por meio o desenvolvimento de todas as forças produtivas do planeta.<sup>23</sup>

Essa passagem é importante e merecer ser analisada detidamente. Como a acumulação é o meio e, em última instância, *a própria finalidade* do capital, o modo de produção capitalista é o único necessariamente expansionista, isto é, que luta sistematicamente pela dissolução e incorporação dos elementos de *todos os demais modos de produção* ao seu metabolismo. O ímpeto do capital é, portanto, tentar reduzir ao máximo a velocidade a sua reprodução<sup>24</sup> e *ampliar* a massa de trabalho e meios de produção à sua disposição. Logo, a

---

23 *A Acumulação de Capital* Tomo II São Paulo, Abril Cultural, 1984 p. 98. Na tradução para o Inglês de Agnes Schwarzschild essa passagem aparece de forma ligeiramente diferente: “Capitalism is the first **mode of economy with the weapon of propaganda**” [“Der Kapitalismus ist die erste Wirtschaftsform mit propagandistischer Kraft” é a expressão de Rosa Luxemburgo, no texto original] “a mode which tends to engulf the entire globe and to stamp out all other economies, tolerating no rival at its side. Yet at the same time it is also the first mode of economy which is unable to exist by itself, which needs other economic systems as a medium and soil. Although it strives to become universal, and, indeed, on account of this its tendency, it must break down—because it is immanently incapable of becoming a universal form of production. In its living history it is a contradiction in itself, and its movement of accumulation provides a solution to the conflict and aggravates it at the same time. At a certain stage of development there will be no other way out than the application of socialist principles. The aim of socialism is not accumulation but the satisfaction of toiling humanity’s wants by developing the productive forces of the entire globe. And so we find that socialism is by its very nature an harmonious and universal system of economy.” *The Accumulation of Capital* Londres: Routledge, 2003 p. 447 (grifo meu). Moniz Bandeira, na edição da Zahar – traduzindo a partir de uma edição espanhola (Editorial Centri: Madri) - também usa a expressão forma econômica (e se assemelha mais à tradução que estou utilizando: “o capitalismo é a primeira forma econômica com capacidade de desenvolvimento mundial” p. 411).

24 Neste plano da análise, o termo *reprodução* faz mais sentido do que o termo *rotação*, pois este geralmente remete à análise economicista no horizonte dos esquemas de reprodução.

marca decisiva do capital é seu impulso em *desatrelar* violentamente o trabalho e os meios de produção das formas sociais distintas dele para, na sequência, poder subordiná-las à sua autovalorização. Em termos mais diretos: o capital tem como tendência a mercadorização plena da natureza e da vida social.

Portanto, a consolidação do capitalismo envolveu a criação de um *mercado mundial*<sup>25</sup> e uma “História Universal”. Estes dois elementos ajudaram a alterar radicalmente as condições de vida e de conflito social, pois são expressões da tendência do capitalismo em romper os limites à *mercadorização* de todas as dimensões da vida, isto é, de subordinar todas as relações e formas sociais ao processo de autovalorização do capital. É essa sua luta eterna contra as “economias naturais” e princípios de sociabilidade alternativos que revela a sua natureza *totalitária*. O quadro se agrava pela sua habilidade em *incorporar* e subsumir os mecanismos de exploração herdados de outros modos de produção, que, por conta disto, tendem a ser redefinidos e intensificados.<sup>26</sup> Antes do século XIX, o seu assédio à arena externa oscilava entre a conquista militar para pilhar recursos e mão de obra – destruindo de um só golpe as formas de sociabilidade ali reinantes – e uma forma indireta, que envolvia a cooptação das Elites “pré-capitalistas” locais, que se serviam de suas formas peculiaridades de extorsão para canalizar recursos para o mercado mundial. Mas este processo não se desenrola no âmbito da economia (e da política) em sua acepção formal: ele se nutre e ao mesmo tempo exige a transformação radical das estruturas do cotidiano das sociedades que invade. É neste trágico sentido que devemos entender a expressão “História Universal”: a tendência à imposição da mercadorização de todas as dimensões da vida social. Logo, Progresso, Democracia, Modernidade e Civilização são elementos estranhos e incompatíveis com o capitalismo.

## **5. A trágica herança dos Anos Dourados: a expansão do mercado capitalista e a intensificação da lógica do imperialismo**

---

25 Isso costuma gerar confusão: essa expressão não é equivalente e não se confunde em hipótese alguma com a noção de *mercado externo* dos economistas. Desenvolvi esse ponto em “Capital Comercial Autônomo: dinâmica e padrões de reprodução” *Textos para Discussão* no. 214 IE: Campinas, 2012.

26 Era essa habilidade que faltava ao *capital mercantil*, pois esta forma de capital não era capaz de penetrar fundo na natureza e na vida social, a ponto de transformá-la radicalmente, pois dependia da vigência de sistemas de exploração que não podia controlar diretamente, bem como vivia necessariamente nos interstícios das grandes civilizações.

Uma vez exposta a questão em termos gerais, é necessário agora problematizar e explicitar melhor um conjunto de miragens herdadas da Era Dourada que, de tão arraigadas, impedem a compreensão do significado daquele período e, o que é mais importante, afetam a nossa capacidade de pensar as dimensões da crise *geral* que vivemos, assim como as possibilidades emancipatórias que agora se abrem. O primeiro aspecto a ser destacado é que os Anos “Dourados” *não foram marcados pelo amortecimento do capitalismo*. Essa alcunha reflete muito mais a surpresa de parte das camadas dominantes “inebriadas” com um período que, a despeito da ameaça da hecatombe nuclear, parecia ter um sentido e uma direção clara: o planejamento social como a garantia do progresso generalizado. O fato é que, enquanto as atenções se fixavam na superfície dos acontecimentos (os arranjos financeiros internacionais, a política econômica, os acordos regionais, etc.), com a quase destruição do campesinato, 80% da população mundial foi arrancada das suas formas de vida *paralelas* ou formalmente subsumidas ao mercado capitalista. Isto, em conjunto com a urbanização, promoveu a transformação das instituições e formas de sociabilidade mais elementares que, embora vistas pelos cultores da “modernidade” como heranças da “velha sociedade”, eram *funcionais* para atenuar os efeitos destrutivos da sociedade capitalista industrial e, de forma cada vez mais intensa, centrada na miragem do indivíduo egoísta.<sup>27</sup>

O segundo aspecto a ser ressaltado é outra decorrência do fetiche da Política Econômica, isto é, o foco no terreno das *representações da política*, e não sobre suas *forças sociais* subjacentes. A curta e *modesta* regulação das finanças internacionais “negociada” nos acordos de Bretton Woods não afetou os capitalistas e sua rede de clientela. Pelo contrário: dadas as circunstâncias, o jogo de tensões produzidas no imediato pós-guerra possibilitou a retomada do comércio internacional e a generalização do fordismo via IED cruzado, que abriram novas frentes de acumulação, *sem romper com a institucionalidade financeira*, já solidamente estabelecida no final do século XIX pelas transformações gerais orquestradas com a consolidação do capital financeiro e seu vínculo indissociável com o imperialismo. Nesta linha, é importante destacar que um dos estímulos *fundamentais* à expansão do capitalismo derivou do *novo padrão* de dispêndio, produção e organização militar que marcou a Guerra Fria: uma corrida armamentista virtualmente incessante, que impulsionou a pesquisa

---

27 Eric Hobsbawm – em um fino diálogo com Polanyi – ressaltou isto de forma elegante e precisa: “Na prática, a nova sociedade operou não pela destruição maciça de tudo que herdara da velha sociedade, mas adaptando seletivamente a herança do passado para uso próprio. (...) A maneira mais eficaz de construir uma economia industrial baseada na empresa privada era combiná-la com motivações que nada tivessem a ver com a lógica do mercado - por exemplo, com a ética protestante; com a abstenção da satisfação imediata; com a ética do trabalho árduo; com a noção de dever e confiança familiar; mas decerto não com a antinômica rebelião dos indivíduos.” *Era dos Extremos* São Paulo: Cia das Letras, 1994 p. 25.

em novas tecnologias e favoreceu a criação de novas formas de articulação entre a Universidade, as Empresas Privadas e os Laboratórios e centros de pesquisa militares, gerando um estímulo adicional – e cada vez mais imperativo – à inovação: como destacou Medeiros, a necessidade de manter a superioridade estratégica impunha um ritmo intenso na inovação militar, onde o critério básico para o gasto – dada a penalização pelo atraso - era orientado *predominantemente* pela viabilidade tecnológica potencial dos projetos, critério que se impunha ao risco e aos custos.<sup>28</sup>

Antes de prosseguir, contudo, é importante fazer uma breve digressão. Há um intenso e sinuoso debate sobre este tema. De um lado, há uma tendência a hiperdimensionar os fundamentos técnico-científicos encarnados nos armamentos como o determinante fundamental nas formas de conflito militar, criando uma espécie de determinismo tecnológico divorciado do meio social ou histórico. A outra tendência, que também gera esta mesma separação, gravita em torno da tensão entre a *estratégia* e os meios (tecnológicos e infraestruturais) para a sua efetivação (o objeto das interpretações baseadas no determinismo tecnológico). A meu ver, uma das melhores formas de abordar a questão é através da leitura do profético livro de Paul VIRILIO *Popular Defense & Ecological Struggles*<sup>29</sup> Neste livro, curto e poderoso, pelo contrário, a ênfase e a *démarche* é outra: o foco recai não apenas na integração entre a técnica e o meio social, mas no modo como ela se mescla à subordinação crescente do espaço ao tempo (e como isto desvaloriza e aprisiona o Homem), temática central de sua obra. *Deste ponto de vista*, a bibliografia convencional sobre o tema ganha uma nova luz e pode ser melhor aproveitada. Infelizmente não há espaço para aprofundar esta dimensão da questão.

Podemos agora retornar ao curso original. Como a corrida nuclear envolvia também um suporte em armamentos convencionais, articulado a um sistema de vigilância e comunicação em escala mundial (que acabou levando a rivalidade para o Espaço) e uma *massa* gigantesca de vetores para as ogivas nucleares,<sup>30</sup> este padrão de concorrência estimulava o setor de bens de capital e de bens de consumo duráveis. Além disso, a mesma rede universitária que gerava pesquisa de ponta para uso militar – que, rapidamente, irradiava para aplicações civis – servia para atenuar as demandas populares por educação e, é claro,

28 Cf. Carlos Aguiar de MEDEIROS “O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar.” In: José Luís FIORI (org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

29 Nova York: Semiotext(e), 1990 [a edição original é de 1978!].

30 O mecanismo de contenção mútua da Guerra Fria dependia da inexistência de impedimentos físicos a um *contra-ataque* nuclear devastador. Portanto, a variação nos meios de lançamento (mar, terra, ar) era tida como um pilar estratégico fundamental.

para alimentar os laboratórios e fornecer mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Impulsionada *predominantemente* pela concorrência estratégica da Guerra Fria, já na década de 1970, a vanguarda da concorrência capitalista se deslocou para novas fronteiras: a tecnologia da informação, robótica, eletroeletrônica, genética, nanotecnologia, química fina e novos materiais. Esse movimento intensificou ainda mais a centralidade do setor de Pesquisa e Desenvolvimento na estrutura burocrática das grandes corporações. Além disto, por conta das novas tecnologias e da maior abertura comercial e articulação entre os mercados nacionais, a grande corporação foi capaz de elevar substancialmente a sua eficácia gerencial, mediante o aprimoramento das formas de articulação entre as cadeias de suprimento e distribuição, com vistas a promover economias de escala e de escopo, reduzir os estoques e o desperdício, bem como acelerar o ciclo da produção e a capacidade de adaptar-se mais rápido às flutuações do mercado e à variação nos padrões de consumo.

Desse modo, a *auri sacra fames* ganhou um importante apoio para intensificar a acumulação de capital e acelerar o ritmo das inovações que, por sua vez, se mesclava sinergicamente à transformação das formas de organização, concorrência e gestão das empresas transnacionais. Partindo disto, podemos recolocar o problema em termos mais gerais. O ponto a ser destacado é o *sentido* básico da afirmação de Lênin de que imperialismo *expressa* a “etapa” superior do capitalismo: a *base* do processo é intensificação da socialização da produção, posta em marcha pela tendência à concentração e centralização de capitais, *que se associa necessariamente à concentração do poder do Estado*, fundindo deste modo a rivalidade política à econômica, gerando um mecanismo de retroalimentação onde a monopolização crescente eleva a magnitude e a escala da concorrência *intercapitalista e interestatal*. Estas tendências gerais já começaram a se manifestar na segunda metade do século XIX, como ilustram a trajetória dos EUA<sup>31</sup> e da Alemanha, para citar dois exemplos dos mais significativos. Mas o século XX intensificou e universalizou ainda mais esta

---

31 Já na década de 1840, a expansão das ferrovias e do telégrafo, articulada a formação das sociedades por ações, começou a transformar radicalmente a sociedade estadunidense. Contudo, foi a Guerra Civil que deu um novo impulso e colocou definitivamente o “capitalismo americano” na rota em que, explorando as rivalidades européias, o situou no primeiro plano. De um modo geral, a ênfase recai no impulso à industrialização que ela proporcionou, ao exigir a produção em larga escala de Couraçados, armamentos, munição e alimentos; bem como na necessidade de ampliar a malha ferroviária e a comunicação por telégrafo, para poder melhor movimentar as tropas e dar apoio logístico aos combatentes. Mas o seu impacto foi muito maior do que isso: o triunfo do Norte selou a combinação entre as paixões da política de massas (que ajudou a impulsionar a nascente “indústria” da propaganda) com a nova ordem corporativa em consolidação, cuja marca fundamental é a simbiose entre a empresa privada (apoiada nas sociedades por ações) e a administração pública. cf. Mark GRIMSLEY “Surviving military revolution: the U.S. Civil War” in: MacGregor KNOX & Williamson MURRAY *The Dynamics of Military Revolution* Cambridge: Cambridge U. Press, 2009 p.75-77; Williamsom A. MURRAY “The Industrialization of War” in: Geoffrey PARKER (org.) *The Cambridge History of Warfare* Cambridge U.P.: Nova York, 2009 p. 223-5.

simbiose, tornando-a irreversível, pelo menos enquanto perdurar o capitalismo. A “globalização” – ou melhor, o novo imperialismo - é uma expressão disto, na medida em que ela se apoia necessariamente na *ampliação* do poder e da arbitrariedade do Estado em escala transnacional, em uma relação cada vez mais tensa entre a preponderância dos EUA e o concerto de Potências que precisa administrar, para poder preservar o capital “global”.<sup>32</sup>

## **6. As fissuras na Ordem Atual: violência social e terrorismo**

É exatamente esta tensão que se manifesta na cena mundial contemporânea. As fissuras são cada vez mais nítidas em todos os níveis do sistema de dominação plasmado no entorno de Washington e Wall Street no final da Guerra Fria. No plano interestatal, a crescente reação da Rússia ao cerco da Otan capitaneado pelos EUA, cujos sinais foram emitidos já em 2008, é uma das expressões mais nítidas disto. Não deveria ser muito difícil perceber que se trata da retomada da rivalidade imperialista, mas são raras as análises que caminham nesta direção. Somente a combinação entre o clima do “fim da História”, a falta de assunto para *papers* e a superficialidade acadêmica reinante – em sua concorrência com a imprensa a que já fiz alusão – explica a prática quase sem restrições de situar a Rússia nos BRICS (na verdade, a aceitação e a sobrevida desse acrônimo é um grave sintoma da crise da Universidade como espaço de reflexão crítica). Sem se sentirem ofendidos, os russos estão sabendo explorar política e diplomaticamente este disparate como um mote para estreitar relações com a China. Mas não há muita margem de manobra neste front. Com a presença estadunidense no Iraque e a diversificação das suas fontes de energia, aumentou a capacidade de Washington controlar os preços internacionais do Petróleo. Quando os preços do óleo caem, o interesse da Rússia tende a colidir com o da China. E o inverso ocorre quando os preços sobem: Moscou fica menos hostil ao status quo e Pequim tende a assumir uma postura mais agressiva. Como complemento, Washington pode usar a sua aliança com o Japão e capacidade de reposicionar a sua marinha ao longo do Índico e do Pacífico como forma de pressão sobre o perímetro estratégico da Rússia e da China.

---

32 Ellen WOOD aponta isto com clareza: “Aqui, a alegação não é de que o poder do capital em condições de globalização tenha fugido ao controle estatal e tornado o Estado territorial cada vez mais irrelevante. Pelo contrário, meu argumento é que o Estado é hoje mais essencial do que nunca para o capital, mesmo – ou especialmente – na sua forma global. A forma política da globalização não é um Estado global, mas um sistema global de Estados múltiplos, e a forma específica do novo imperialismo vem da relação complexa e contraditória entre o poder econômico expansivo do capital e o alcance mais limitado da força extraeconômica que o sustenta.” *O Império do Capital* São Paulo: Boitempo, 2014 p. 18. Ver também István MÉSZÁROS *O Século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003 p.33-4; 39;72-9.

Já no espaço interno, a intensificação do conflito social é a regra *em praticamente todos os Estados*. A articulação entre a elevação da temperatura política no plano interestatal e a tensão no interior das sociedades é um claro sinal de que mudanças profundas estão acontecendo. Mas, longe de tentar adivinhar para onde o “centro dinâmico” se desloca, o ideal seria colocar o problema sobre outro ponto de vista, *fora do horizonte do capitalismo e suas falsas promessas civilizatórias*. Pois é exatamente este quadro de tensão generalizada que abre espaço para as possibilidades emancipatórias, isto é, a deflagração da luta anticapitalista, travada simultaneamente em todos os flancos, e em novas formas. Entretanto, por outro lado, é exatamente essa percepção da possibilidade de mudança que engendra os movimentos de cunho reacionário e, sobretudo, o *reforço* do militarismo e dos mecanismos estatais e paraestatais de vigilância e repressão aos movimentos sociais que foram apontados logo no início desse capítulo.

Neste quadro, tomando como referência os EUA, é nítida a sua incapacidade de romper com as características mais perenes de sua política externa. O falso e inócuo progressismo da administração Obama tem, inclusive, deteriorado ainda mais a situação. Tomemos como exemplo a questão do desarmamento nuclear, ressuscitada por Obama mediante discursos histriônicos,<sup>33</sup> centrados na louvável iniciativa de eliminação total das armas nucleares mediante uma “nova estratégia” de longo prazo baseada em dois elementos centrais: i) a retomada das discussões com a Rússia para orquestrar uma diminuição conjunta dos arsenais nucleares estratégicos; ii) a redução do papel da dissuasão nuclear na política de segurança dos EUA, mediante a *substituição* progressiva das ogivas nucleares por armamentos convencionais que tenham a mesma função (como o projeto *Prompt Global Strike*), porém, com danos colaterais menores. Esses dois elementos centrais, hipoteticamente, cuidariam de reduzir, no longo prazo, a propensão à proliferação nuclear por parte de Estados e forças hostis aos EUA, tornando possível *abolir* os armamentos nucleares. Não é difícil notar o caráter irrealista desta postura, dada a contradição entre os dois esforços: o segundo objetivo só pode ser realizado *plenamente* com o êxito do programa *ballistic missile defence* (o

---

33 O primeiro deles foi proferido no dia 5 de Abril de 2009, em Praga, onde reconheceu a responsabilidade especial dos EUA – o único país a usar armamentos nucleares – e afirmou que tomaria “medidas concretas” para criar um mundo sem armas nucleares. Esse mesmo discurso tem sido repetido por ele ou por representantes com alguma frequência, mas as ações do governo vão no sentido contrário: o orçamento para o dispêndio com armamentos nucleares projetado para 2015 foi majorado em 7%, bem como prevê aumentos significativos até 2019. O dinheiro será direcionado à *National Nuclear Security Administration* (uma agência semiautônoma do Departamento de Energia cuja missão é “aumentar a segurança nacional através do emprego militar da ciência nuclear”) e tem como diretriz básica “modernizar “ as ogivas e o sistemas de lançamento dos armamentos nucleares. Já o orçamento para desmontar com segurança as bombas mais antigas será reduzido. Cf. Yuki TANAKA “Notes on Nuclear Weapons: Towards abolition or armageddon?” *The Asia Pacific Journal: Japan Focus*, 27 Maio de 2014.

escudo antimísseis), algo pouquíssimo provável, tanto por motivos técnicos,<sup>34</sup> quanto por motivos geopolíticos: os russos reagem negativamente à expansão do escudo antimísseis ao seu perímetro estratégico mais imediato.<sup>35</sup> Apesar da imensa retórica, o objetivo de Obama é muito mais modesto (e congruente com medidas tomadas por Clinton e, sobretudo, por Bush): *reequilibrar* a proporção entre o arsenal convencional e o nuclear, pois a dissuasão nuclear não funciona contra “ameaças transnacionais”. O segundo problema com esta postura é que, quanto mais Washington aumentar a sua superioridade em meios convencionais, *mais atrativas vão ser as armas nucleares para os Estados menos poderosos*, exatamente por seu potencial de dissuasão a custos relativamente pequenos.<sup>36</sup>

Por fim, é exatamente a exagerada assimetria de poder militar (convencional e nuclear) em favor dos EUA que, na prática, engendra o “terrorismo” como tática dominante pelos grupos mais fracos e, sobretudo, como um fenômeno transnacional:

Mas em suas manifestações precedentes, o terrorismo surgia como um elemento detonador da revolta, a antessala de enfrentamentos abertos e maciços que culminariam na vitória da ‘boa’ causa. O que há de perturbadoramente novo na forma que ele adquire no presente é a sua conversão tendencial em estratégia autônoma, desconectada dos processos de luta conduzidos por grupos sociais identificados. Essa estratégia conta com a elevada sensibilidade da opinião pública aos espetáculos mórbidos de violência indiscriminada que patrocina, e se vale de todas as possibilidades abertas pelos meios de comunicação de massa para veicular sua dupla mensagem. *Nesse sentido, o terrorismo transnacional é o avesso do ‘novo modo ocidental de guerra’: uma forma extrema, pelo mais fraco, de produção de assimetria.*<sup>37</sup>

Portanto, as “saídas” pela via militar e pela *Realpolitik* simplesmente reproduzem e intensificam os problemas. É fundamental voltar a pensar *além* dos marcos do *status quo*.

## **7. Capitalismo e Relações de Propriedade: a cristalização da violência e da exclusão social**

---

34 O escudo é bastante ineficaz contra mísseis de cruzeiro. Além disto, há a questão do volume. O escudo não poderia deter integralmente um ataque sincronizado de grandes proporções. Além disso, para poupar o recurso, o agressor poderia mesclar mísseis convencionais e nucleares no ataque. Uma operação dessa natureza teria elevada probabilidade de causar dano significativo, inclusive nuclear. Além disso, o escudo depende da rede de satélites de monitoramento, que podem ser destruídos previamente por mísseis antissatélite (que os russos e os chineses possuem).

35 Isto gera a clássica tensão diplomática em torno da composição da agenda de negociações: Moscou quer tratar o tema do desarmamento e do escudo antimísseis como um tema único, enquanto os oficiais dos EUA afirmam que são assuntos distintos. Se somarmos a isso a continuidade da política de expansão da Otan, fica evidenciado o contraste entre o discurso e as práticas de Washington.

36 Cf. Andrew FUTTER “Obama’s Nuclear Weapons Policy in a Changing World” *in*: KITCHEN, Nicholas (org) *The United States After Unipolarity. Ideas – Special Report* Londres: London School of Economics, 2011

37 Sebastião VELASCO e CRUZ “Evolução Geopolítica: Cenários e Perspectivas” Ipea – Textos Para Discussão No. 1611 (2011) p 28 (grifo meu).

De uma perspectiva predominantemente *gerencial*, o movimento acima esboçado teve suas origens mais remotas no final do século XIX e seu epicentro correspondeu à emergência das grandes corporações estadunidenses, crescentemente apoiadas na finança.<sup>38</sup> Por conta da derrota da Alemanha e as condições peculiares de Bretton Woods, esta forma organizacional se irradiou para os demais países centrais entre as décadas de 1960 e 70. Neste ponto é fundamental fazer um adendo importante. A História é marcada por temporalidades múltiplas, porém entrelaçadas. O esquecimento disto favorece uma visão apressada que, como estou tentando ressaltar, exagera o peso e a profundidade das efêmeras transformações conjunturais. Essa miopia é particularmente acentuada quando o tema é o “sistema de Bretton Woods” ou, até mesmo, o “novo” capitalismo financeiro. As raízes mais profundas da financeirização – eclipsadas momentaneamente pelos arranjos supostamente “keynesianos” da era dourada – podem ser detectadas em um longo período (1840-1970), cuja *ilustração* fundamental reside na evolução dos EUA:

Nesse sentido é possível identificar, pelo menos, duas fases características ao longo dessa evolução. A primeira se inicia com o surgimento das grandes empresas ferroviárias em meados do século XIX e se encerra com o extraordinário surto de fusões de 1896-1904. (...) O segundo período, que vai de 1904 a aproximadamente 1970, marca o desenvolvimento dos mecanismos institucionais de liquefação da propriedade capitalista (ações e títulos em geral), de sorte a transformar a unidade empresarial num aglomerado de ativos negociáveis e recombináveis a qualquer tempo e de forma quase instantânea. A tipificação dessa nova fase é ilustrada pelo movimento de conglomeração (aquisição de empreendimentos não relacionados) dos anos de 1960, imediatamente seguido pelos desinvestimentos (venda de unidades empresariais) dos anos de 1970.<sup>39</sup>

Em suma: qualquer diagnóstico sobre as causas da financeirização – ou, até mesmo, dos fundamentos do neoliberalismo – deve levar em conta esta escala de tempo mais ampliada.

Para tornar o texto mais sucinto estou simplificando um pouco a reconstituição do processo. Embora países não possuam “capitalismos”, por praticidade, podemos formular a questão nos seguintes termos: na grande fase de rivalidade geral compreendida, grosso modo, entre 1890-1945 *nada* garantia de antemão a vitória do “capitalismo americano” sobre os seus concorrentes. Contudo, só estavam no páreo as potências que conseguiram combinar de forma eficaz a centralização dos capitais com a concentração de poder estatal (imperialismo). No entanto, por conta da heterogeneidade das forças sociais em cada região, as formas específicas

---

38 cf. Nelson Prado ALVES PINTO “A Institucionalidade Financeira” *Crítica Marxista*. No. 28 (2009) p. 53-60; Georges DÚMENIL & D. LÉVY. “Periodizing Capitalism. Technology, Institutions and relations of production” In: ALBRITTON, R. *et al* (org.) *Phases of Capitalist Development: Booms, Crises and Globalizations*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2001 cap. 8.

39 Nelson Prado ALVES PINTO “A institucionalidade...” op. cit. p. 53.

de combinação eram bastante variadas. Além disto, o cambiante jogo de alianças entre as potências e suas áreas de influência gerava ainda mais heterogeneidade. Mas o fato é que, no final, ao derrotar a Alemanha e o Japão, o “capitalismo americano” preponderou e foi o principal referencial na remodelação do bloco capitalista e, indiretamente, ao ditar os termos gerais da “Guerra Fria”, limitou enormemente o grau de atuação da União Soviética que, desde a década de 1920, se distanciava cada vez mais do internacionalismo socialista de base revolucionária. Neste sentido lato, podemos falar em uma “hegemonia” do capitalismo estadunidense ou uma “ordem americana”.

Porém, de qualquer modo, a partir de 1970 a *intensificação* da competição intercapitalista e as novas bases tecnológicas aceleraram ainda mais estas transformações que, contudo, só encontraram uma situação ideal na década de 1990 quando, *orquestradas em grande parte por um novo arranjo de relações interestatais*, ocorre a consolidação e difusão também para a periferia de medidas tais como a desintermediação, ascensão patrimonial e ampliação do papel dos investidores institucionais. Neste novo ambiente as empresas de ponta puderam se organizar a partir dos centros administrativos fundados nas operações financeiras e no setor de P&D (especialização no “*core business*”), do qual passou a emanar uma ampla e diversificada rede produtiva transacional baseada na crescente *terceirização (outsourcing)* e na fragmentação das demais funções da produção.<sup>40</sup>

Um último mito a ser questionado diz respeito ao grau de inclusão social do “Welfare State” e o clima de relativa paz social. A “Era Dourada” foi para poucos e era baseada em privilégios materiais e imateriais. Exatamente por conta da velocidade e intensidade das transformações em curso, este período foi marcado por agudas agitações sociais, só menos intensas se comparadas à experiência do seu passado imediato, a “Era da Catástrofe” (1914-45). Uma das principais raízes destas tensões foi, claramente, o modo como 1917 repercutiu e alastrou em escala global as demandas igualitárias que já haviam despontado no período situado entre 1789 e 1848. O ímpeto básico por detrás destes movimentos era uma demanda realmente mundial por liberdade e pela destruição dos privilégios que almejava suplantar definitivamente o falso cosmopolitismo do século XIX. Porém, especialmente nos países centrais, o segredo para conter esta pressão foi dissolver o radicalismo pela constituição da “cidadania fordista”, escorada na instrumentalização do racismo, da xenofobia e dos diversos preconceitos sociais como arma para *ocultar* e silenciar os trabalhadores precários<sup>41</sup> que, à margem dos direitos dos trabalhadores formais, ficavam encarregados de realizar as tarefas

---

40 Desenvolvi esse argumento em “Ordem e Desordem Internacional: tendências do capitalismo contemporâneo” Observatório da Economia Global (CECON/IE-UNICAMP) - Textos Avulsos n°9 (2011).

mais degradantes. Nas reconstruções do período feitas pelos defensores do capitalismo civilizado estes personagens geralmente só aparecem depois da “crise do fordismo”, como se sua situação fosse um produto do “desarranjo” do compromisso keynesiano, e não um *componente estrutural* da expansão dos anos 50 e 60.

Ruy Braga, corretamente, questiona a tese de que a precarização do trabalho foi um efeito residual, desvinculado dos fundamentos dos “Anos Dourados”.

Ao contrário, entendemos que em decorrência da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital, a precariedade é constitutiva da relação salarial. Consequentemente, o precariado não deve ser interpretado como o antípoda do assalariado, seu “outro” bastardo ou recalcado. Na realidade ele é a própria condição de existência do salariado: tanto na Europa ocidental quanto nos Estados Unidos, o compromisso fordista mostrou-se bastante eficiente em proteger a fração profissional, branca, masculina, adulta, nacional e sindicalizada da classe trabalhadora, à custa da reprodução da fração proletária não qualificada ou semi-qualificada, feminina, negra, jovem e migrante.<sup>42</sup>

Neste período os extremamente ricos – a alta burguesia e seus asseclas mais imediatos - *aumentaram* os seus privilégios e o *alcance* das suas fortunas. A pequena burguesia e os trabalhadores qualificados gestaram novas barreiras sociais para conter os desfavorecidos e, desse modo, melhoraram ainda mais a sua posição social relativa. Logo, a cidadania fordista era extremamente *limitada* e calcada na remodelação dos privilégios antigos e na gestação de novos, geralmente cristalizados nos novos espaços de sociabilidade criados nas escolas e universidades mais destacadas, nas profissões mais prestigiosas e ao seu redor, só acessíveis aos que puderam combinar, desde a mais tenra infância, o lazer com a educação de alta qualidade. Além disto, boa parte das competências dos trabalhadores qualificados – especialmente com a entrada das mulheres na faixa mais nobre do mercado de trabalho – dependia indiretamente dos serviços recrutados entre os imigrantes e demais marginalizados, que realizavam a baixo custo parte de seus afazeres, liberando o *tempo*<sup>43</sup> usado para aprimorar as suas competências técnicas e, de forma menos visível, para cristalizar, no ambiente familiar e nos espaços de convivência que frequentam, as barreiras não-econômicas que segregam os precários e ajudam a ocultar a dominação de classe.

A combinação entre a aceleração da vida com a generalização (parcial) do arrivismo, essa bizarra herança dos anos “dourados”, consolidou mais uma fonte de prestígio que lembra

41 Cf. Immanuel WALLERSTEIN “The Ideological Tensions of Capitalism: Universalism versus Racism and Sexism” in: BALIBAR, Etienne & WALLERSTEIN, Immanuel *Race, Nation, Class: ambiguous identities* Londres: Verso, 1991.

42 *A Política do Precariado* São Paulo: Boitempo, 2012 p. 17.

43 No caso do Brasil, Cf. Jessé SOUZA *A Ralé...* op. cit. p. 23-4.

palidamente a situação da nobreza na Alta Idade Média ou os cidadãos gregos: o *controle* sobre o próprio tempo – o “elogio da lentidão” e dos aspectos mais elementares da vida. – como uma das mais altas marcas de distinção social e, como destacou Paulo ARANTES em seu último livro, um *ativo* de luxo:

Numa virada histórica de aceleração máxima, não espanta que o tempo, assim como os demais pré-requisitos elementares da vida, como espaço, sossego, atenção etc., redescobertos ao término de seu périplo, tenha se tornado o mais importante dos ativos de luxo.<sup>44</sup>

*Pouquíssimos* podem se dar a esse luxo que, na realidade, se converte em uma prisão. As camadas intermediárias da sociedade já estão presas na eterna armadilha do consumo conspícuo/criação dos meios para esse consumo. O espaço do “lazer” na juventude – o fator que realmente separa a classe média “tradicional” das camadas inferiores – é cada vez mais preenchido com atividades destinadas a aprimorar seu capital dito social e habilidades suplementares (domínio de línguas, viagens, esportes sofisticados, gastronomia, habilidades musicais, etc.; as quais moldam modos de comportamento que geram distinção e prestígio), decisivas na hora de lutar pela “carreira”.

A ilusão do desenvolvimento se espalhou também para a periferia, onde os nefelibatas tinham como preocupação central promover o desenvolvimento das forças produtivas “*nacionais*” a qualquer custo, lutando para captar os “dinamismos” provenientes do capitalismo central, *de forma subordinada*. Porém, no plano interno, esta forma de inserção exige uma sociedade autoritária, baseada na exploração brutal dos recursos naturais e energéticos, a serviço de um restrito grupo de privilegiados, cercados por uma massa gigantesca de miseráveis, constantemente sendo expulsos da terra e jogados para os espaços urbanos, em busca de qualquer serviço degradante, tendo de manter um sorriso no rosto e agradecer ao patrão pelo privilégio de ser explorado. O ponto decisivo é que privilégio dos *setores intermediários* da sociedade não é transmitido principalmente pelo patrimônio: além do mecanismo disciplinar orientado para o “sucesso” no mercado de trabalho típico das “boas” escolas e universidades ditas “de (para a) elite”, boa parte das habilidades cognitivas e emocionais que geram distinção social – como as hierarquias do “gosto” que configuram o *habitus*, nos termos de Pierre BOURDIEU<sup>45</sup> – são transmitidas de forma invisível, na vida familiar<sup>46</sup> e nos círculos sociais desta camada social.

Essa herança imaterial gera identificações subjetivas – e quase inconscientes - que reforçam a endogenia nas classes médias e, reversamente, tende a perpetuar e naturalizar a

---

44 *O Novo Tempo do Mundo* São Paulo: Boitempo, 2014 p. 154-5.

45 Cf. *A Distinção: crítica social do Julgamento* Edusc & Zouk: São Paulo e Porto Alegre, 2007.

desigualdade. Logo, por conta disto, a desigualdade não pode ser eliminada *apenas* pelo crescimento econômico, mesmo que combinado com um complemento de renda e a provisão de competências técnicas para as camadas inferiores da sociedade. O imbricamento entre a escassez de recursos e de acesso aos hábitos e padrões de sociabilidade dos “vencedores” condena de antemão os inferiorizados.

É a presença desses dois elementos conjugados, que faltam à ralé, que permite às crianças de classe média o acesso às características emocionais e cognitivas que irão, mais tarde, separar aqueles que terão sucesso escolar e, conseqüentemente, sucesso no mercado de trabalho. A ‘renda’ econômica que advém desse sucesso é, portanto, ‘efeito’, e não ‘causa’ das diferenças entre as classes. A confusão entre efeito e causa, aliás, é o que faz as classes sociais, na sua determinação mais importante, que não é econômica,” [no sentido formal da palavra]”tornarem-se invisíveis aos olhos do senso comum. E apenas porque as classes se tornam invisíveis é que o senso comum e (...) as ‘ciências’ que se constroem a partir delas podem ver o indivíduo e o mérito individual como justificativa de todo tipo de privilégio. As classes sociais se reproduzem, portanto, de maneira duplamente invisível: primeiramente porque a construção das distintas capacidades de classe é realizada no refúgio dos lares e longe dos olhos do público; depois, invisível ao senso comum, que só atenta para o resultado, apresentado como ‘milagres do mérito individual’, deixando as precondições sociais e familiares desse ‘milagre’ cuidadosamente fora do debate público.<sup>47</sup>

Logo, as fórmulas tecnocráticas da “boa gestão” macroeconômica traduzida para as políticas públicas são inócuas, pois não enfrentam o problema fundamental.

O fato a ser destacado é que a combinação entre a desigualdade extrema e as barreiras não econômicas de segregação social estão deixando de ser uma marca visível apenas na

---

46 “O que a classe média ensina aos filhos é comer nas horas certas, estudar e fazer os deveres de casa, arrumar o quarto, evitar que os conflitos com os amigos cheguem às vias de fato, chegar em casa na hora certa, evitar formas de sexualidade prematuras, saber se portar em ambientes sociais etc. As famílias de classe média ensinam, portanto, os ‘valores’ de uma ‘classe’, que são os valores da autodisciplina, do autocontrole, do pensamento prospectivo, do respeito ao espaço alheio, etc. Que esse aprendizado seja ‘esquecido’ ou não tematizado deve-se ao fato de que ele é transmitido afetiva e silenciosamente no refúgio dos lares.” Jessé SOUZA *A Ralé Brasileira* op. cit. 45.

47 Ibid p. 46-7. Essa formulação é útil para distinguir a classe média “tradicional” da camada precarizada, que é o sentido geral, neste momento, da argumentação de Jessé Souza. Contudo, Jessé exagera demais no peso de Weber e na desvalorização da *centralidade* da tensão entre o capital e o trabalho como o nexo da questão. André SINGER expõe esse ponto com clareza: “O problema é que Jessé Souza, ao dar centralidade ao conflito *inclusão versus exclusão*, tira o capitalismo de cena. Embora numa sociedade que reproduz a exclusão de maneira tão estrutural e contínua o conflito que a exclusão produz seja de alta relevância, não se pode esquecer que a oposição entre o capital e o trabalho define o destino de toda a época em que vivemos, sendo necessário integrar o problema da exclusão ao conjunto das relações de produção, se quisermos desvendar a totalidade.” *Os Sentidos do Lulismo* São Paulo, Cia das Letras, 2012 p. 43. Crítica contundente, que inspirou – ao lado das reflexões de Ruy Braga - o modo como tentei incorporar neste texto as reflexões de Jessé Souza. Além do seu ego inflamado, há outra grande limitação em sua visão: Jessé não consegue ultrapassar o campo especializado da sociologia compreensiva: Bordieu e Charles Taylor são protagonistas secundários na sua sociologia, pois é uma variante da interpretação geral de Max Weber sobre a modernidade que conduz e dá o tom de sua explicação. E isso o conduz para uma curiosa forma de elitismo: a realidade só pode ser desvendada para além do senso comum se baseada no método da *sociologia moderna* (que ele aprendeu na Alemanha: em seu julgamento, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque fazem parte do senso comum). Suas constantes referências à uma “arte autêntica” – acessível apenas a estes espíritos mais elevados – são mais uma flagrante evidência desta arrogância que costuma acometer os “intelectuais”.

periferia. Como tentei indicar, especialmente nos países centrais, a “era de ouro” *mitigou e ocultou* provisoriamente esse tipo de diferenciação, ao criar a miragem de que haveria espaço para todos. A explosiva luta pelos “direitos civis” na década de 1960 *evidenciou* esse fato, mas não resolveu o problema. A partir da década de 1980, com a generalização do “multiculturalismo” *confinado ao horizonte liberal*, a questão foi varrida para debaixo do tapete, ressuscitando, sob novas bases, o debate pautado pelo economicismo e pelo fetiche da política econômica. Logo, a homogeneidade entre os Estados preconizada pelos entusiastas da globalização está se materializando em bases radicalmente diferentes: não o mundo imaginário baseado na generalização do consumo de massa e no equilíbrio dos indicadores sociais, mas a universalização das características dos países periféricos, isto é, a rígida estratificação social e um espaço público restrito e precário, geralmente associado aos grandes plutocratas e a sua rede de clientela.

Colateralmente, por conta de seus hábitos de consumo suntuosos, essa plutocracia acabou favorecendo a constituição de um poderoso pilar conservador no interior das sociedades em que penetrou: o amplo e variado setor de serviços pessoais de luxo que movimenta uma parcela considerável da riqueza mundial. A diversificação do consumo como meio de distinção social favoreceu a redefinição do papel de boa parte da classe média tradicional e alguns “emergentes” (pois a *ralé* – nos termos definidos por Jessé Souza - continua confinada aos bastidores da vida social, a exercer as tarefas mais degradantes), convertendo-a em um espalhafatoso grupo de estafetas de luxo, destinado a prover, de forma resignada e subserviente, as extravagâncias dos muito ricos e poderosos. O ponto é que a questão fundamental não repousa – ou pelo menos não principalmente – no *peso econômico específico* dos provedores de serviços pessoais (que, entretanto, não é nada desprezível), *mas sim no seu papel político*, que deriva do modo como eles se incrustam nas redes plutocráticas. O seu conservadorismo está radicado em duas bases. A mais superficial desdobra-se da tendência à emulação dos padrões de consumo e dos estilos (e preconceitos) sociais dos seus padrões. A segunda, mais importante é que, por conta da sua dependência da aceitação em um círculo social restrito, não possuem nenhum tipo de poder de *contestação* social ou de mobilização política ampla em favor de uma ordem alternativa. Além disso, esse padrão de inserção social forma uma circularidade: as redes de clientela se desdobram internamente, pois os estafetas de destaque possuem renda suficiente para contratar seus congêneres de outro ramo, e isto produz uma rede cruzada de indicação que vai gerando grupos relativamente coesos, baseados no compadrio. Logo, isto cristaliza interesses particularistas

que, no limite, são hostis a qualquer orientação genuinamente democrática e, essencialmente, dependentes da polarização de renda e do consumo conspícuo.

## 8. Capitalismo e informação: a fronteira final?

Podemos agora dar o passo derradeiro. Laymert Garcia dos Santos apresenta um bom ponto de partida para discutir parte das características mais fundamentais do capitalismo contemporâneo e de sua dinâmica:

Estamos passando por uma desmontagem de todo o referencial tradicional e moderno enquanto se começa a construir uma sociedade nova cuja dimensão é, paradoxalmente e ao mesmo tempo, molecular e global. Molecular porque é no nível ínfimo e invisível, no nível da informação digital e/ou genética que se produzem suas maiores realizações; global porque cada transformação molecular operada está destinada a ser incorporada e repercutida por uma rede de valorização planetária.<sup>48</sup>

Este encontro entre o nível molecular e a rede de valorização planetária não é fruto exclusivo da técnica, mas expressa e ecoa os movimentos muito mais gerais e profundos discutidos até agora. Essa transformação tem como um de seus fundamentos o reforço *radical* e a intensificação dos tentáculos dos Estados mais poderosos, de cunho autoritário, que se entrecruzou com os sistemas de governança das corporações privadas, com o objetivo claro de *reforçar* em escala mundial os direitos de propriedade e uma nova rodada de *predação* muito mais intensa, porém *quase* invisível do homem e da natureza.<sup>49</sup> Processo que, como as transformações mais profundas da “Era de Ouro” - as quais *criaram* a tragédia que vivemos - passaram por baixo do nariz da esmagadora maioria dos especialistas em Economia e Política Internacional (e, tragicamente, de muitos entusiastas da perspectiva do sistema-mundo). E essa cegueira permanece, mas sob novas roupagens. A “financeirização” parece ser a chaga do nosso tempo. No entanto, ao ser abordada de forma oblíqua, isto é, a partir de uma utópica tentativa de domar o capital financeiro e preservar sua “base produtiva”, esta concepção ofusca os olhos dos diversos especialistas. Não se trata de reduzir a importância do fenômeno. Pelo contrário: como já afirmei, ele precisa ser inserido no movimento geral, do qual é uma expressão e, o que é mais importante, deve ser apreendido na sua própria temporalidade. E, para tanto, é preciso ir muito além do campo de visão proposto por Minsky e seus interlocutores. As novas formas de pilhagem – amparadas na tecnociência e nos novos

---

48 “A Virtualização da Biodiversidade” in: Politizar as novas tecnologias: o impacto sóciotécnico da informação digital e genética. São Paulo: Editora 34, 2003 p. 81

49 É exatamente neste sentido que a chamada “globalização” é um sinal da *intensificação* do imperialismo.

sistemas de propriedade intelectual, que adentraram no nível das informações genéticas e no patenteamento de seres vivos<sup>50</sup> – que estão na fronteira do capitalismo hoje *foram concomitantes* ao conjunto de transformações que, como já fiz referência, *entrelaçaram* a liquefação das formas de propriedade capitalista às novas formas de operação das empresas transnacionais e à “internacionalização do Estado”, só para citar os exemplos mais salientes.

Mas em que sentido preciso podemos falar em *pilhagem*? Como se sabe, a biogenética converteu-se em um setor de ponta na concorrência mundial no exato momento em que se tornou evidente a redução da biodiversidade no terceiro mundo. Mas isto era a outra face do *mesmo movimento* prévio que situou o setor de P&D na vanguarda da concorrência intercapitalista: a “crise ambiental” dos anos 80 foi um dos efeitos colaterais da urbanização, da transformação radical da produção rural e do deslocamento das etapas mais poluentes da produção e das indústrias intensivas em mão de obra e recursos naturais para a periferia. Como o processo de atração do Investimento Direto Estrangeiro foi marcado pela truculência e orquestrado pelos interesses mais imediatos das plutocracias locais e sua rede de clientela, as transformações foram ainda mais erráticas e virulentas de modo que, não só animais e plantas, mas a própria carga genética dos indígenas (bem como seus conhecimentos fitoterápicos) estava sobre ameaça. Ainda de acordo com Laymert, a saída imediata foi coletar e armazenar este patrimônio genético, mesmo não sabendo *exatamente* o que fazer com ele. Dada a magnitude e a escala da concorrência oligopolista, o segredo era a *antecipação*, muitas vezes disfarçada de consciência ecológica.

Logo, trata-se de uma pilhagem mais muito mais sutil do que fora a colonização do novo mundo e a conquista da África. Mas, mesmo assim, uma pilhagem.<sup>51</sup> Os resultados começam a transparecer agora: os países dotados de megadiversidade foram logrados já na década de 1990. Como de hábito, Laymert expõe o âmago do problema:

---

50 “No plano molecular, a relação entre a tecnociência e o capital” – escreve Laymert – “se institucionaliza através dos laços jurídicos que unem a invenção à propriedade intelectual. Mas para que isso ocorresse, foi preciso transferir para este terreno o regime de patentes, que vigorava na esfera industrial e selava as relações entre o direito e a ciência, protegendo a propriedade de artefatos e máquinas, isto é, das coisas que não existiam na natureza inanimada.” Ibid p. 89.

51 Antonio José Escobar BRUSSI, embora use outros exemplos e tenha outros propósitos em vista, também identificou esse padrão: a pirataria como a vanguarda das formas capitalistas de apropriação. Os atos ilícitos ou de legalidade duvidosa “1) surgem sempre como “inovações” ético-empresariais a princípio fortemente questionadas por seus contemporâneos; 2) envolvem as periferias do sistema-mundo como partes fundamentais do processo; e, por fim, com o passar do tempo, 3) transformam-se em práticas correntes, amplamente reconhecidas e largamente difundidas. Se essa interpretação apresenta fundamentos de algum modo consistentes, então a banalização do ilícito – e sua subsequente transformação em regras de conduta – pode ser tratada como manifestação recorrente de processos mais longos.” In: Pedro Antonio VIEIRA, Rosângela de Lima VIEIRA & Felipe Amin FILOMENO *O Brasil no Capitalismo Histórico* São Paulo: Unesp, 2013 p. 171.

É interessante notar que enquanto se arrastam ao longo dos anos as iniciativas jurídicas para proteger o acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento, às inovações e práticas das comunidades tradicionais e das populações indígenas a eles associados, o acesso às inovações tecnocientíficas já se encontra mundialmente protegido pelo regime de propriedade intelectual, tal como podemos ler nos acordos GATT-Trips, da Organização Mundial de Comércio [OMC]. Trips protege o valor informacional dos produtos e processos manipulados pela biotecnologia e pela tecnologia da informação; mas não pode proteger outros valores, como os valores de uso modernos e tradicionais, e nem o valor da vida, porque eles não cabem no sistema.<sup>52</sup>

A transferência do regime de patentes para a dimensão da propriedade intelectual assegurou a habilidade do capital em garantir o “acesso e o controle da informação nos dois extremos, isto é, no plano molecular em que ela se encontra, mas também no plano global, no mercado mundial em que ela será explorada depois de reprogramada” (*ibid* p. 19).

A lógica de tais operações parece ser: os seres biológicos – vegetais, animais e humanos – não tem valor em si, como existentes; o que conta é seu potencial. Pois se os seres contassem, a iniciativa consistiria em tentar salvá-los da extinção, em preservá-los em sua integridade, em protegê-los e ao seu habitat. Mas não é essa a idéia: o foco não estava nos corpos, nos organismos, nos indivíduos, nos seres vivos, e sim nos seus componentes, nas suas virtualidades. A tecnociência e o capital global não estão interessados nos recursos biológicos – plantas, animais e humanos. O que conta é seu potencial para reconstruir o mundo, porque potencial significa potência no processo de reprogramação e recombinação. Levando a instrumentalização ao extremo, tal estratégia considera tudo o que existe ou existiu como matéria-prima a ser processada por uma tecnologia que lhe agrega valor. Nesse sentido, a única “coisa” que conta na nova ordem é o que pode ser capturado da realidade e traduzido numa nova configuração. A única “coisa” que conta é a informação.<sup>53</sup>

O problema é, portanto, muito mais profundo do que a mera “regulamentação” do sistema financeiro internacional, tal como apregoam os pseudocríticos da financeirização.

E isto expressa, de forma radical, o encontro entre a dimensão molecular e a rede de valorização planetária, que levou à conversão da *informação* em um instrumento de uma oligopolização em escalas sem precedentes, pois disparou uma corrida tecnológica com o objetivo de tentar controlar a dimensão virtual da realidade:

Ora, é possível compreender todo esse deslocamento por meio da importância ascendente da informação, tal como é aqui entendida. *Com efeito, como germe que atualiza a potência do virtual, ela é o operador da passagem de uma dimensão da realidade para outra, se lembrarmos que a dimensão atual da realidade é a dimensão do existente, ao passo que a dimensão virtual é a do que existe enquanto potência.* Assim, é a informação que permite ao capital global e à tecnociência passarem da dimensão atual da realidade para a sua dimensão virtual. Agora se torna possível investir sobre toda criação, inclusive a criação da vida. Sabemos que por meio da privatização das telecomunicações, da colonização das redes e do próximo loteamento do campo eletromagnético, o capital global busca controlar o acesso e a exploração do ciberespaço; mas nos esquecemos de que a ambição maior da nova economia é

---

52 Revolução Tecnológica, Internet e Socialismo São Paulo: Perseu Abramo, 2013 p. 21.

53 *Ibid.* p. 83-4.

assenhorear-se da dimensão virtual da realidade, e não apenas da dimensão da realidade virtual, do ciberespaço, como tem sido observado.<sup>54</sup>

Portanto, o capital deu um passo suplementar, ao conseguir combinar a exploração da força de trabalho com o monopólio e instrumentalização *das informações* capazes de reprogramar a natureza e a vida humana.

## 9. Síntese final e conclusão

Podemos agora fazer a síntese do que foi discutido até aqui. O capitalismo é um sistema de exploração que sempre teve uma elevada capacidade de *ocultar* as diversas formas de coerção – políticas e simbólicas – que engendra para poder operar, criando a ilusão de que a violência é uma herança pré-capitalista que será abolida pelo seu próprio desenvolvimento. Neste caso, o capitalismo é erroneamente concebido não somente como *o* indutor do “progresso material”, mas também como portador de um aspecto civilizatório em um sentido bastante preciso: de *substituir* o conflito violento pelas formas sublimadas de competição racional, travadas no mercado e no jogo político “democrático”. Este duplo pressuposto está na base da sobreposição fantasiosa entre capitalismo, progresso, modernidade e civilização, a qual se encontra profundamente arraigada nas ciências sociais e nas práticas e instituições que lhes correspondem. Essa imagem, contudo, não condiz com o fenômeno em pauta. A força motriz da *sociedade de mercado* é a acumulação incessante de capital, que só pode se sustentar mediante a mercadorização sistemática do Homem e da Natureza que, entretanto, só contam enquanto *suportes* do processo de valorização do capital. Com o progresso da tecnociência a serviço do capital, o capitalismo deu um passo suplementar, tornando-se capaz de *colonizar* a dimensão virtual da realidade, onde atualmente se situa a fronteira da rivalidade intercapitalista. Foi isso que impeliu a sociedade produtora de mercadorias a se expandir tanto no plano mundial quanto no plano (sub)molecular, pela manipulação e proteção jurídica da *informação*, entendida simultaneamente “como germe que atualiza a potência do virtual” e o veículo da passagem de uma dimensão à outra. Tarefa que não repousa apenas na tecnociência, mas em um arcabouço jurídico acordado entre os Estados centrais e as grandes corporações. É neste sentido que este novo patamar da acumulação tem como fundamento a estrutura gestada pela simbiose entre a rivalidade interestatal e

---

54 *Ibid* p. 18. (grifo meu) Ver também Donna J. HARAWAY *Simians, Cyborgs, and Women: the reinvention of nature* Nova York: Routledge, 1991 p. 164-5; Pierre LÉVY *O Que é o Virtual?* São Paulo: editora 34, 2013 cap. 1.

intercapitalista, típica da era imperialista, fator que agrava ainda mais o seu potencial *autodestrutivo*. Isto nos obriga a recolocar no centro do debate público a única questão que é realmente fundamental: a contradição entre o capital e o trabalho no âmbito do “*novo*” *imperialismo*. É a partir desse quadro de referências que, com as devidas mediações, as demais questões devem ser formuladas. Logo, é fundamental abandonar de vez qualquer ilusão de que existe algo de civilizatório no capitalismo e, portanto, retomar a luta pela sua superação em todos os planos. Isto é, retomar a proposta básica de Immanuel Wallerstein: impensar as ciências sociais e as falsas promessas da modernidade.

# ATIVISMO PELAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA VIRADA DO SÉCULO: PRATICANDO “ANTISSISTEMISMO”?

Hoyêdo Nunes Lins<sup>55</sup>

*La revolte n'est pas en elle-même un élément de civilisation. Mais elle est préalable à toute civilisation. (CAMUS, 1951, p. 341)<sup>56</sup>*

## Introdução

Em famoso e polêmico ensaio filosófico, motivador de nada menos que o rompimento de uma duradoura amizade com Jean-Paul Sartre, o escritor Albert Camus – vencedor do Prêmio Nobel de Literatura em 1957 – assinala que “[...] a história atual, pelas suas contestações, força-nos a dizer que a revolta é uma das dimensões essenciais do homem. Ela é nossa realidade histórica. A menos que se fuja à realidade, é preciso que encontremos nela os nossos valores.” (CAMUS, 1951, p. 37).

De algum modo, é de revolta que se trata neste artigo. Melhor dizendo, de iniciativas com sentido de revolta, ou pelo menos com perfil de denúncia e recusa. Em relação a que? Às condições de trabalho e, mais amplamente, ao quadro de reprodução social amargados por numerosos trabalhadores envolvidos em processos produtivos na periferia e semiperiferia do capitalismo. As atividades intensivas em mão de obra, determinadas por grandes clientes dos países mais ricos que possuem marcas muito conhecidas e têm presença destacada nos mercados, constituem o foco principal da atenção.

Observe-se que, em regra, esses clientes não produzem. Seu papel incide, principalmente, nos elos mais “nobres” das redes ou cadeias de vínculos desdobradas internacionalmente: concebem e desenvolvem produtos e, de um modo geral, contratam a fabricação junto a empresas que atuam na América Latina, na Ásia ou na África, as quais, além de produzir diretamente, costumam mobilizar numerosas capacidades de produção e de trabalho externas. Tais clientes distribuem e comercializam esses produtos em diferentes

---

55 Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Membro do corpo de docentes permanentes dos programas de pós-graduação em Economia e em Relações Internacionais dessa Universidade.

56 “A revolta não é em si mesma um elemento de civilização. Mas ela precede toda civilização.”

mercados, em escala mundial, sendo a indústria de artigos de vestuário especialmente paradigmática desse tipo de configuração produtiva e comercial.

Uma característica básica dessa arquitetura é que, nesses vínculos produtivos, marcados pela subcontratação internacional impulsionada por grandes empresas, pululam realidades trabalhistas, em países mais pobres, com clara e renitente agressão aos direitos dos trabalhadores e inobservância mesmo de algumas das mais básicas condições de trabalho decente. Contra isso erigem-se ações tingidas do sentido de revolta, implicando denúncia e frontal recusa, envolvendo ativistas articulados em instituições sindicais e organizações não governamentais (ONGs).

Esse é o tema do presente trabalho, cujo objetivo é contextualizar, apresentar e discutir o referido ativismo. A inspiração situa-se na convergência entre o debate sobre movimentos antissistêmicos, na perspectiva encontrada na abordagem dos sistemas-mundo, e aquele que explora (e propõe o uso) as ideias de “globalização contra-hegemônica” e “globalização desde abaixo”. O intuito é relacionar o ativismo em prol dos direitos dos trabalhadores e de melhores condições de trabalho com os novos movimentos antissistêmicos surgidos no período recente, conforme indicado pela literatura sobre o assunto. Do mesmo modo, tendo em vista que esse ativismo se apresenta em redes internacionais de relações, procura-se associá-lo a uma possível globalização contrastada com a que caracteriza as narrativas dominantes sobre a conjuntura da virada do século.

Assim concebida, a pesquisa deu origem a texto composto de duas partes principais. Na primeira sistematizam-se alguns termos do debate sobre os movimentos antissistêmicos, examinando-os em perspectiva histórica. Na segunda aborda-se a internacionalização da produção industrial, especificamente na indústria do vestuário, destacando os problemas ligados ao trabalho. É aí que se fala das ações de ativistas – sindicatos e ONGs – em defesa dos trabalhadores e se interroga sobre o seu caráter antissistêmico, inclusive examinando a pertinência de considerá-los como vetores de uma “globalização contra-hegemônica” ou “globalização desde abaixo”.

## **1. Reconhecendo o terreno: nota sobre a questão dos movimentos antissistêmicos**

Valem para o início de uma seção que objetiva situar a problemática dos movimentos antissistêmicos, as palavras de abertura de um livro inteiramente dedicado ao assunto, publicado algumas décadas atrás: “O conceito de movimentos antissistêmicos [...] presume uma perspectiva analítica sobre um sistema. O sistema aqui referido é o sistema mundial do

capitalismo histórico que, argumentamos, originou um conjunto de movimentos antissistêmicos.” (ARRIGHI; HOPKINS; WALLERSTEIN, 1989, p. 7).

Esse sistema, simultaneamente social e histórico, desenvolveu-se em trajetória multissecular desde o surgimento de uma economia-mundo capitalista na Europa Ocidental entre o final do século XV e o início do XVI. A expressão “economia-mundo” designa uma “entidade” econômica, contendo importantes e necessários vínculos dessa natureza entre as partes constituintes e desdobrada sobre múltiplas e distintas jurisdições políticas, recortadas por fronteiras ou limites porosos e vazados por interações comerciais (WALLERSTEIN, 1979). O adjetivo “capitalista” indica tratar-se de sistema baseado em “[...] um modo capitalista de produção, cuja característica definidora [é] a acumulação sem fim de capital [...]” (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1987, p. 764).

Dizer “movimentos antissistêmicos” significa, portanto, referir a processos que se contrapõem, ou procuram fazê-lo, ao funcionamento do assinalado sistema social e histórico. Derlugian (1996, p. 148), buscando uma melhor especificação, manifesta o entendimento segundo o qual o termo é utilizado “[...] para significar todos aqueles grupos que perseguem mudança social de maneiras capazes, fundamentalmente, de restringir ou impedir a acumulação de capital, o principal processo subjacente ao sistema mundial capitalista”.

O percurso desse sistema mundial, ou do “capitalismo histórico” – conforme referido algumas vezes por Wallerstein (2001) –, apresenta-se crivado de movimentos antissistêmicos exibindo diferentes traços, objetivos e níveis de intensidade e alcance.

### ***1.1 Lutas do século XIX***

No século XIX, os movimentos antissistêmicos apresentaram-se quase sempre na forma de lutas operárias que, tendo como palco principal áreas urbanas de maior porte, reivindicavam melhores condições de trabalho e de vida (BEAUD, 1989). O contexto geral era a situação deplorável, de disseminada e profunda miséria, dos contingentes proletários, expressando níveis de exploração e opressão motivadores de análises agudas e denúncias indignadas por parte de observadores como Engels (1985, 1998) sobre a Inglaterra e de Fourier (1989) sobre a França.

As engrenagens do crescimento da indústria, ao mesmo tempo em que elevavam sobremaneira a capacidade produtiva no epicentro do sistema mundial, geravam ou aprofundavam a concentração da riqueza e o sofrimento de volumosos contingentes. Todavia, resultavam também, como veementemente assinalado por Marx e Engels (1973), em

intensificação de força capaz de, na perspectiva anunciada no *Manifesto do Partido Comunista*, interpelar e contestar em profundidade a situação vigente, apontando a sua transformação. Com efeito, no dizer dos autores,

As armas de que se serviu a burguesia para abater o feudalismo voltam-se agora contra a própria burguesia. Mas a burguesia não forjou somente as armas que provocarão a sua morte; engendrou também os homens que manusearão essas armas – os trabalhadores modernos, os *proletários*. (MARX, ENGELS, 1973, p. 14 – itálico no original).

A dialética aparece vigorosa nesse texto de combate, do que fornece evidência particular a passagem abaixo:

A condição essencial da existência e da dominação da classe burguesa é a acumulação da riqueza em mãos privadas, a formação e o aumento do capital; a condição do capital é o trabalho assalariado. O trabalho assalariado escora-se exclusivamente na concorrência dos trabalhadores entre si. O progresso da indústria, do qual a burguesia é o agente desprovido de vontade e de resistência, substitui o isolamento dos trabalhadores, que ocorre por meio da concorrência, pela sua união revolucionária através da associação.

Com o desenvolvimento da grande indústria, a burguesia vê desaparecer sob seus pés a própria base sobre a qual ela produz e se apropria dos produtos. Ela produz antes de tudo seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inelutáveis. (MARX; ENGELS, 1973, p. 22).

O *Manifesto* apresenta-se também, por assim dizer, prescritivo. Já no início da sua segunda seção, lê-se que o objetivo do movimento dos trabalhadores é triplo: “[...] formação do proletariado em classe, reversão da dominação burguesa, conquista do poder político pelo proletariado.” (MARX; ENGELS, 1973, p. 24). Depois se indica que “O proletariado utilizará sua dominação política para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, quer dizer, do proletariado organizado em classe dominante [...]” (Op cit., p. 34).

Uma investida dessa magnitude teria que esperar o século XX, no Leste da Europa. Nos 1800, como assinalado, a movimentação social no centro do capitalismo visou, sobretudo, melhores condições de reprodução da força de trabalho, o que implicou esforços de organização dos trabalhadores e de promoção/realização de lutas em diferentes países. Realmente, durante o século XIX

[...] ocorreu uma inovação sociológica de profundo significado para a política da economia-mundo capitalista. Grupos de pessoas envolvidas em atividade antissistêmica começaram a criar uma nova instituição: a organização continuada, com membros, funcionários e objetivos políticos específicos (tanto de longo como de curto prazo). Tais movimentos antissistêmicos organizados nunca tinham existido antes. (ARRIGHI; HOPKINS; WALLERSTEIN, 1989, p. 30).

Mas essas lutas enfeixaram-se, sem que isso surpreenda, em processos que repercutiram profundamente em termos políticos. Tanto assim que, n<sup>o</sup> *O 18 Brumário*, Marx (1978, p. 21) fala em “revoluções proletárias, como as do século dezenove”, em contraste com as “revoluções burguesas, como as do século dezoito”. De fato, no caso francês – objeto da famosa abordagem de Marx, embora diferentes países europeus tenham registrado movimentos sociais do gênero naquele período – o proletariado (sobretudo em Paris) engajou-se decisivamente nos processos revolucionários que, a partir de fevereiro de 1848, puseram fim à “monarquia burguesa”, ela própria decorrente de fortes convulsões populares em 1830, e instalaram uma ordem republicana.

O contexto imediato era de crise econômica, com falências disseminadas nos negócios e aumentos dos preços dos alimentos (GOUBERT, 1984). E o quadro mais amplo apresentava um forte entrelaçamento entre os interesses das camadas sociais mais afluentes e aqueles relacionados ao Estado, a ponto de Honoré de Balzac, atento observador e arguto analista da sociedade francesa durante a primeira metade do século XIX, exclamar que “Os burgueses e o governo, é tudo uma coisa só!” (BALZAC, 1968, p. 88).

A república instalada, todavia – a “segunda república” naquele país –, afigurou-se igualmente “burguesa”, em que pese a *Insurreição de Junho*, uma resposta do proletariado parisiense motivada pela percepção sobre o que estava em curso. Com o triunfo da “república burguesa”, “[...] mais de três mil insurretos foram massacrados [...] e quinze mil foram deportados sem julgamento. Com essa derrota o proletariado passa para o fundo da cena revolucionária.” (MARX, 1978, p. 25). Assinale-se que outras insurreições marcaram o cenário, na França e em outros países europeus, na segunda metade daquele século. A atmosfera geral era propícia: na França, por exemplo, a referida república terminou em 1851 com golpe de Estado que restaurou o Império.

Mas a movimentação operária não deixou de lograr resultados, por meio de iniciativas do Estado em favor dos trabalhadores. Foi o caso na própria França, assim como, pelo menos, na Alemanha (sob Bismarck, perante o avanço do movimento socialista), na Itália e na Grã-Bretanha. Redução da jornada, seguro por conta de acidentes de trabalho e ajuda em caso de doença perfilarão-se entre as ações representativas de avanços na legislação social em escala europeia nas últimas décadas do século XIX. Do mesmo modo, iniciativas de organização dos trabalhadores, como as traduzidas em sindicatos e confederações, passaram a ser institucionalmente reconhecidas (CROCE, 1973).

Tudo isso refletia o “espírito do tempo”. O ambiente em vários países europeus, no apagar das luzes do século XIX, era de intensa mobilização e atuação dos trabalhadores em

defesa dos seus interesses. O clima registrava igualmente, e com destaque, a chegada de candidatos socialistas aos parlamentos e o aumento rápido da sindicalização e da realização de greves. Tratava-se, segundo Silver e Slater (2001, p. 190), do “[...] primeiro grande surto de militância trabalhista desde 1848”.

## ***1.2 Conquistar o Estado como quase obsessão***

No século XX, a conquista do poder político, isto é, do aparato estatal, como eixo e objetivo central dos movimentos antissistêmicos, ostentou (improvável) materialidade na Rússia, em 1917. O processo que desaguou na Revolução de Outubro, “[...] de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado da história moderna.” (HOBSBAWM, 1995, p. 62), foi marcado pela recorrente e disseminada prática do que Rosa Luxemburgo chamou de greve de massa. Essa expressão “[...] designa coletivamente todo um período da luta de classes estendendo-se por muitos anos, às vezes por decênios.” (LUXEMBURG, 1976, p. 128), e indica a “[...] forma adquirida pela luta revolucionária.” (Op cit.).

O Estado instituído como reflexo do alcance pelo proletariado da condição de classe dominante, uma ideia expressada com vigor no *Manifesto*, emerge com plenitude nessa experiência no Leste da Europa, ao menos no seu sentido maior. Tal aspecto é objeto de grande realce nas palavras de Lênine (1976, p. 41 – itálico no original), quando o líder russo proclama, escrevendo no calor da Revolução Bolchevique, que

O proletariado tem necessidade do poder do Estado, de uma organização centralizada da força, de uma organização da violência, tanto para reprimir a resistência dos exploradores como para *dirigir* a grande massa da população [...] na “instalação” da economia socialista.

A referência à violência, e a justificativa (ou defesa) do recurso a esta, mostra-se com contundente frequência na exortação leninista, como ilustrado, por exemplo, pelas passagens abaixo reproduzidas:

Sem revolução violenta, é impossível substituir o Estado burguês pelo Estado proletário. (LÉNINE, op cit., p. 35). [...]

[...] lutaremos pela destruição de toda a velha máquina de Estado, para que o proletariado armado *torne-se* ele próprio o *governo*. (Op cit., p. 183 – itálico no original).

Esse elemento central do projeto leninista de construção do socialismo, relativo à prioridade atribuída à tomada do poder político, marca igualmente presença nos movimentos de libertação nacional protagonizados em meados do século XX, principalmente desde o rescaldo da Segunda Grande Guerra, com repercussão particular na África e na Ásia. Isso teve lugar em período no qual, em diversos países do centro do capitalismo, o movimento operário

logrou conquistar – pelo confronto – importantes resultados em termos de salários e condições de trabalho, e mesmo mais amplamente, no tocante às condições de reprodução mais geral da força de trabalho.

Esses eram os anos do crescimento designado *fordista*, embalado por modelo de desenvolvimento contendo um regime de acumulação intensiva de capital estribada em regulação “monopolista” ou “administrada” (MARGLIN; SCHOR, 1990; BOYER, 1987). O consumo de massa, ou as promessas nesse sentido em “ambiente keynesiano”, repercutiu, nas palavras de Silver e Slater (2001, p. 216), em “[...] esvaziamento do desafio revolucionário representado pelos movimentos trabalhistas do centro [...]”, especialmente nos Estados Unidos.

Até na esfera dos movimentos antissistêmicos passou-se a acreditar que os benefícios seriam disseminados, e isso ajudou a tornar os seus protagonistas objetos de uma verdadeira cooptação, de acordo com Derlugian (1996), seja no centro ou na semiperiferia imediata do capitalismo. Com efeito, a promoção de bem estar e segurança, sob o signo do funcionamento de importantes instituições de alcance internacional, representaram situação de benevolência até então nunca vista no que respeita ao trabalho. De todo modo, esse quadro não deixou de espelhar o nível do embate entre capital e trabalho, no mundo ocidental, no início da segunda metade do século XX (ARRIGHI; SILVER, 2001).

Ao mesmo tempo, adquiria contornos cada vez mais fortes a face dos movimentos antissistêmicos que se traduziam em iniciativas de libertação nacional em meados do século XX. É verdade que revoltas nacionalistas que se fundiam com revoluções sociais crivavam o cenário desde, pelo menos, o início daquele século, com surtos também nos anos 1930 e 1940 e com perfil de lutas/revoltas antiimperialistas (SILVER; SLATER, 2001). Mas, no Segundo Pós-Guerra, os movimentos de libertação nacional disseminaram-se, pontilhando porções expressivas da Ásia, da África e do Caribe. Vislumbrava-se como orientação futura, uma vez quebrados os laços colonialistas formais, a promoção do desenvolvimento nacional. A estratégia como um todo implicava, na periferia do capitalismo,

[...] primeiro uma mudança política que estabeleceria a soberania (pela primeira vez, mesmo, nas colônias, e pela primeira vez de fato em países do Terceiro Mundo que já eram independentes); depois, uma mudança econômica envolvendo o estabelecimento de uma burocracia estatal eficiente, a melhoria dos processos produtivos (“industrialização”) e a criação de uma infra-estrutura social (especialmente na educação e na saúde).

[...]

Os países do Terceiro Mundo embarcaram nesse pacote [...]. Já que o pacote tinha duas etapas, eles [...] partiram primeiro para a etapa inicial. Esta era a via da luta anticolonialista nas colônias e de revoluções políticas análogas naqueles países que [...] já foram chamados de semicolônias. Depois de 1945, o Terceiro Mundo forçou a marcha em toda parte. (WALLERSTEIN, 2002, p. 23).

Com todos esses processos, mostram-se tríplexes os resultados dos principais movimentos antissistêmicos testemunhados no sistema mundial no século XX, particularmente após o fim da Segunda Guerra Mundial: a chegada ao poder de partidos comunistas, principalmente no Leste – na esteira da experiência russa –; a instalação de governos social-democratas, com variantes, em diversos países, sobretudo na Europa Ocidental; a descolonização, no seio de iniciativas de libertação nacional. Wallerstein (2002, p. 262) refere-se ao conjunto dizendo tratar-se de, nada menos, uma “[...] grande realização dos extraordinários anos 1945-1968: o triunfo mundial das forças anti-sistema.”.

### ***1.3 Frustrações, ranger de dentes e nova geração de movimentos antissistêmicos***

Todavia, o final da década de 1960 evidenciaria o grau de frustração com os resultados desses movimentos, assimilados por Wallerstein (2002) à “velha esquerda”. Isso pode ser observado nos protestos que varreram países e cidades ocidentais, como decorrência da constatação, por exemplo, de que o desenvolvimento nacional fora, em muitos e diversos casos, não mais que uma quimera – do que fornece uma eloquente indicação, entre outras, o título de um livro de Arrighi (1997), *A ilusão do desenvolvimento*, e também o de um livro, anterior, de Lipietz (1985), *Miragens e milagres*.

De um modo geral, ganhou força a percepção de que os movimentos antissistêmicos haviam sido capturados pelo burocratismo. A experiência comunista – a da União Soviética à frente – , por exemplo, passou a ser vista como não contestadora, de fato, da ordem estabelecida mundialmente (ao contrário, alinhava-se a esta), cujo pilar era a hegemonia dos Estados Unidos, com sua capacidade beligerante, conforme manifestada na Guerra do Vietnã, um alvo privilegiado nos protestos que marcariam o final da década de 1960. Portanto, o “reformismo racional” (WALLERSTEIN, 1996b, p. 236) incrustado nos movimentos antissistêmicos “tradicionalistas” não mereciam mais credibilidade. Por exemplo,

[...] o movimento socialista dos países industrializados [...] se converteu na principal força parlamentar na luta pela realização das reformas liberais. Por meio de seus partidos e sindicatos, os socialistas exerceram pressão “popular” para conseguir o que os liberais queriam, a domesticação das classes trabalhadoras. (WALLERSTEIN, 2002, p. 240).

Sem exceção, os movimentos antissistêmicos históricos, como um todo, foram colocados, assim, na mira dos ataques (WALLERSTEIN, 1996a). Ao longo dos anos 1960, principalmente no final dessa década e durante a seguinte, o crescimento e a disseminação de sentimentos antiburocráticos – pela constatação de que, até então, eram muito mais os

interesses das próprias estruturas burocráticas, e não propriamente os dos trabalhadores, que se mostravam contemplados pelas iniciativas – deram vazão a novos movimentos. Ganhou terreno a preferência por ações não mediadas pelas organizações burocráticas, e sim protagonizadas de forma direta e mais incisiva.

O ano de 1968 é um marco dessa maré montante de inconformismo, pois corresponde a uma ebulição que teve nos estudantes de vários países (a França, talvez principalmente, mas também em outros, como os Estados Unidos) os seus protagonistas centrais. Sobre isso assim se pronunciou Hobsbawm (1995, p. 433-434):

A revolta estudantil de fins da década de 1960 foi a última arremetida da velha revolução mundial. Foi revolucionária tanto no antigo sentido utópico de buscar uma inversão permanente de valores, uma sociedade nova e perfeita, quanto no sentido operacional de procurar realizá-la pela ação nas ruas e barricadas, pela bomba e pela emboscada na montanha.

Hobsbawm (1995, p. 432) assinala, igualmente, que essa rebelião contribuiu para que numerosos integrantes daquela geração estudantil aprofundassem a sua politização, voltando-se quase naturalmente “[...] para os inspiradores aceitos da revolução radical e total transformação social – Marx, os ícones não stalinistas da Revolução de Outubro e Mao”, com diversas consequências no decorrer dos anos 1970 (luta armada, por exemplo). Mas a politização ocorreu igualmente, e fortemente, na abordagem, em meio à efervescência dos protestos, de questões diversas dizendo respeito à igualdade social e ao bem estar – saúde, pobreza –, que tinham permanecido de fora, praticamente, da interlocução política nos países centrais durante os anos de rápido crescimento econômico a partir de 1945 (SHEILA; CASPARIS, 1996). De fato,

[...] nos 1960s, e ainda mais nos 1970s, começou a ocorrer uma “ruptura com o passado” com o crescimento de um novo tipo de movimento antissistêmico (ou movimentos dentro dos movimentos) em locais [...] tão diversos como América do Norte, Japão, Europa, China e México. Os movimentos estudantis, de negros e anti-guerra nos Estados Unidos; os movimentos estudantis no Japão e no México; os movimentos trabalhistas e estudantis na Europa; a Revolução Cultural na China; e como os movimentos feministas dos 1970s; não tinham raízes idênticas ou mesmo efeitos comuns. Cada um situava-se em processos políticos e econômicos modelados pelas particulares e diferentes histórias, e pelas diferentes posições no sistema mundial dos locais onde surgiram e se desenvolveram. Entretanto, por padrões históricos mundiais, ocorreram no mesmo período e, mais do que isso, compartilharam alguns temas ideológicos comuns que claramente os separaram das variedades anteriores de movimentos antissistêmicos. (ARRIGHI; HOPKINS; WALLERSTEIN, 1989, p. 35).

Um novo cenário de movimentação, que talvez apresentasse, como assinala Derlugian (1996, p. 160), um “completo sabor antissistêmico”, começou a ser esboçado desde então. Temas como ambientalismo, feminismo e defesa dos direitos humanos e das minorias,

passaram a canalizar as atenções e a motivar iniciativas de grupos. De acordo com Santos (1995, p. 88),

[...] surgem novas práticas de mobilização social, os novos movimentos sociais orientados para reivindicações pós-materialistas (a ecologia, o antinuclear, o pacifismo); ao mesmo tempo, a descoberta feita nos dois períodos anteriores de que o capitalismo produz classes é agora complementada pela descoberta de que também produz a diferença sexual e a diferença racial (daí o sexismo e os movimentos feministas, daí também o racismo e os movimentos anti-racistas).

Contudo, permaneceram presentes e incisivos os protestos dos trabalhadores, na forma de ondas de greves e de aumento do controle dos pátios das fábricas – notadamente na indústria automobilística –, a reboque dos surtos de reestruturação produtiva que crivaram os anos 1970, nos países centrais. Nos 1980s, as ondas de militância e ação trabalhista depararam-se com situação adversa, a rigor, de crise aguda, em países como a Grã-Bretanha sob o governo Thatcher e os Estados Unidos sob o governo Reagan, no seio do que Arrighi e Silver (2001, p. 22) designaram como transição para um “regime hostil ao trabalho”. Contudo, tais movimentos avançaram nos países e regiões que haviam registrado um crescimento industrial expressivo, no Leste da Europa e no Terceiro Mundo (SILVER, 2005).

A mudança na geografia (e, talvez, a renovação) dos movimentos de tipo antissistêmico, como reação às alterações na configuração espacial da produção industrial, é um aspecto central do quadro contemporâneo e do tema de que se trata neste artigo. Na sua base encontra-se uma das tendências estruturais do funcionamento da economia, conforme apontado por Arrighi, Hopkins e Wallerstein (1989, p. 47): o aprofundamento do que os autores chamam de “divisão axial do trabalho”, quer dizer, um “[...] tão ordenado complexo de processos de produção/transporte inter-relacionados, que a mais valia criada [...] é [...] desproporcionalmente apropriada nos centros organizadores das múltiplas [...] cadeias ou redes de processos de produção interdependentes”.

De fato, um dos fatores da “globalização” de tais movimentos antissistêmicos,

[...] e no presente contexto, talvez, o [fator] principal, é a realocação ora em curso de processos industriais que utilizam muita força de trabalho para a semiperiferia, e, assim, a transferência para esses locais do epicentro do conflito de classe “classicamente” estruturado e conduzido – lutas capital-trabalho diretas, organizadas e de grande escala. Esse epicentro, e, portanto, a sua trajetória histórica, será, por conseguinte, crescentemente formada no interior das jurisdições dos Estados dessa zona, e suas políticas refletem cada vez mais, com efeito, a transformação. (ARRIGHI; HOPKINS; WALLERSTEIN, 1989, p. 90).

Mais:

[...] a busca crescente pelo capital de abrigos seguros em relação à agitação dos trabalhadores organizados produz, é claro, uma crescente realocação da proletarianização industrial e, portanto, dos esforços coletivos para controlar esse processo e/ou melhorar seus efeitos. O resultado líquido pode muito bem ser uma consciência de classe crescentemente direcionada

ao sentimento nacionalista impregnado nas zonas externas ao centro, particularmente em Estados semiperiféricos [...]. (ARRIGHI; HOPKINS; WALLERSTEIN, 1989, p. 112).

É em relação a esses últimos aspectos postos em destaque que se deve colocar em perspectiva o conteúdo do que se segue no presente artigo.

## **2. Internacionalização produtiva e trabalho: terreno fértil para práticas contestatórias**

A internacionalização da produção industrial, leia-se, a distribuição de setores, segmentos e atividades da indústria através das fronteiras dos países, é um traço maior da chamada globalização, embora movimentos dessa natureza crivem a história do capitalismo. As grandes empresas representam a ponta de lança de tal processo, que exibiu um forte surto em meados dos anos 1970.

O ambiente, naquela década, era de crise econômica em vários países centrais (com dramáticos reflexos sociais, notadamente pela escalada do desemprego), e o capital buscava intensamente custos de produção mais baixos, o que rimava, em diferentes setores, com salários menores e condições mais precárias de trabalho. Localizações no leste e no sudeste da Ásia, e também na América Latina, sobressaíram entre as opções privilegiadas (LIPIETZ, 1985).

Esse processo só fez intensificar-se, paralelamente ao aumento da concorrência em escala mundial e também à melhoria nos transportes e comunicações e à desregulamentação (em vários sentidos) adotada em diferentes países. “Deslocalização” é como parte da literatura passou a designar as iniciativas observadas, que igualmente repercutiram no florescimento ou na expansão da forma “empresa-rede”, implicando a “[...] „desverticalização” das grandes companhias em redes de empresas especializadas, ou o agrupamento de empresas nessas redes [...]” (CHESNAIS, 1996, p. 109).

Principalmente para os setores em que é mais intenso o uso do fator trabalho, destacaram-se entre os determinantes locacionais a oferta de mão de obra representativa de menores custos salariais e as condições trabalhistas indicativas de reduzida capacidade de organização operária e reivindicação. Foi (e tem sido) assim quer para capacidades produtivas diretamente mobilizadas pelas grandes empresas, quer – configurando a maioria das situações – no tocante a vínculos envolvendo encomendas ou subcontratação/terceirização produtiva.

Ganhou vulto a internacionalização ligada às operações de cadeias globais, uma expressão que designa conjuntos ou redes de “[...] atividades envolvidas no *design*, na produção e na comercialização de um produto [...]” (GEREFFI, 1999a, p. 1). Seduzindo

pesquisadores atuando em diferentes instituições (BAIR, 2005), essas cadeias revelam-se estruturas transnacionais “[...] que ligam as atividades econômicas das firmas às redes tecnológicas, organizacionais e institucionais usadas para desenvolver, fabricar e comercializar mercadorias específicas.” (GEREFFI, 1995, p. 113). A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) enxerga na sua grande presença uma nova etapa da globalização: “Os processos produtivos ficaram mais dispersos em termos geográficos, pois as empresas passaram a localizar cada vez mais os diferentes estágios da produção em vários países, utilizando redes de fornecedores independentes e suas próprias subsidiárias.” (OECD, 2013, p. 14).

### ***2.1 Indústria do vestuário: paradigma de internacionalização e de precariedade do trabalho***

A indústria do vestuário perfila-se entre as que mais se internacionalizaram nas últimas décadas, pertencendo ao tipo de cadeia global que Gereffi (1994, 1995, 1999a) tipificou como “comandada por compradores”. Em tal modalidade, a coordenação e o controle são exercidos por grandes varejistas internacionais, empresas de comercialização e donos de marcas, que impõem determinações produtivas sobre numerosas empresas de menor tamanho encarregadas da fabricação de bens de consumo sob encomenda – em setores intensivos em mão de obra –, geralmente em países externos às zonas centrais do capitalismo.

Essa indústria apresentou importantes mudanças no passado recente, em nível mundial, com respeito à tecnologia e à organização. O mesmo cabe dizer sobre a localização, haja vista os movimentos de reconfiguração espacial que outorgaram proeminência sobretudo à Ásia. O Japão foi envolvido inicialmente (anos 1950-1960), depois Hong Kong, Taiwan e Coreia do Sul (anos 1970) e, posteriormente, China continental, Sri Lanka e o sul e sudeste da Ásia (a partir dos 1990), sendo o Vietnã atingido mais tarde. A América Latina não ficou ao largo, pois México, Jamaica e Honduras, por exemplo, passaram a canalizar encomendas de empresas dos Estados Unidos, e tampouco o norte da África, que atraiu o interesse de empresas europeias (GEREFFI, 1999b).

Os mais expressivos resultados em exportações referem-se à Ásia, no leste (China, Vietnã, Indonésia) e no sul (Bangladesh, Índia, Paquistão). Conforme Fernandez-Stark, Frederick e Gereffi (2011), esse desempenho também reflete, sobretudo no tocante ao leste asiático, o *upgrading* alcançado por vários fabricantes: da simples montagem de produtos, com insumos recebidos por vínculos de subcontratação, vários tornaram-se produtores de

artigos completos com *design* especificado pelo comprador. Alguns, em virtude da *expertise* obtida, passaram a utilizar *design* próprio e comercializar itens com suas próprias marca (GEREFFI; MEMEDOVIC, 2003).

Mas prevalecem as atividades de montagem e a produção baseada em *design* pertencente ao comprador. Os custos de mão de obra figuram entre os determinantes básicos dessa geografia industrial, ao lado de fatores como taxa de câmbio, logística e infraestrutura, em combinações variáveis, os dois últimos com bastante influência quando a produção ocorre em Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs). Estas constituem “[...] zonas industriais com incentivos especiais criadas para atrair investidores estrangeiros, onde materiais importados passam por algum grau de processamento antes de serem (re)exportados [...]” (ILO, 2003, p. 1). Milberg e Amengual (2008, p. 1) destacam o seu caráter de espaços regulatórios voltados à atração de “[...] companhias exportadoras mediante a oferta de concessões especiais em impostos, tarifas e regulamentos”.

Uma questão maior no debate sobre a produção internacionalizada refere-se às condições de trabalho, sejam as atividades de fabricação realizadas diretamente pelas grandes empresas ou por subcontratação e/ou encomendas junto a outros produtores e prestadores de serviços. A problemática geral refere-se à divisão espacial do trabalho em escala mundial, foco de interesse há décadas em estudos interessados nas desigualdades socioespaciais de desenvolvimento vinculadas à organização industrial (LIPIETZ, 1983; MASSEY, 1984).

De fato, nas operações das cadeias globais, coexistem processos de produção e trabalho bastante diversos em termos de tecnologia, remuneração e condições dos trabalhadores. Essa diversidade marca os numerosos vínculos que interligam atividades realizadas em numerosos locais, em várias escalas espaciais. Os efeitos na órbita do trabalho sobressaem entre os mais discutidos aspectos da produção em tais redes, em particular no que respeita às áreas externas ao centro do capitalismo, como se observa, por exemplo, no estudo de Shepherd e Stone (2013).

Problemas ligados ao trabalho caracterizam principalmente as realidades testemunhadas nas ZPEs, redutos costumeiros de atividades de fabricação vinculadas a estruturas mundiais de “divisão espacial do trabalho”. De fato, o entendimento geral é que, sobretudo em situações asiáticas ou latino-americanas, os “[...] custos baixos do trabalho e a flexibilidade [no uso] dos trabalhadores são razões centrais para firmas estrangeiras investirem em ZPEs.” (PERMAN *et al.*, 2004, p. 7). Uma recente pesquisa informa, com efeito, que “[...] a evidência sobre horas trabalhadas sugere serem comuns longos tempos de

trabalho em ZPEs. Em alguns casos há evidência de que isso é compulsório e não remunerado.” (CIRERA; LAKSHMAN, 2014, p. 26).

Mostram-se enormes, nessas realidades, as dificuldades para a organização dos trabalhadores objetivando a defesa de melhores salários e condições de trabalho. Assim, a luta pela sindicalização costuma ser extremamente árdua nessas situações locais, em confrontos que envolvem tanto empresas quanto governos como interlocutores (ILO, 2003). Bastante agudo é o problema da discriminação de gênero nas remunerações, o que adquire importância especial tendo em vista que, notadamente na Ásia, a participação feminina na mão de obra atuando nas ZPEs é, em geral, muito grande (KUSAGO; TZANNATOS, 1998).

Problemas desse tipo exibem envergadura particular na indústria do vestuário. As atividades vinculadas à fabricação dos correspondentes produtos, na periferia ou semiperiferia do capitalismo, em meio a vínculos organizados em cadeias globais por empresas que encomendam ou subcontratam a produção desde países centrais, oferecem em regra as mais claras ilustrações de precariedade do trabalho. Tal fato é observado em relação a problemas como regulamentação da jornada, nível de remuneração, pagamento de recessos, folgas e horas extras, observação de idade mínima dos trabalhadores e insalubridade, com reflexos na saúde.

As ilustrações são numerosas, na América Latina – onde Honduras mereceu destaque internacional (NINETY..., 1997) – ou na Ásia, com experiências chinesas, como as de Shenzhen, que motivaram abordagens na forma de estridentes denúncias (SERVANT, 2006). Também na Índia a situação provoca relatos dramáticos, tanto sobre os segmentos mais organizados dessa indústria (SURVEYING..., 2014), quanto – e principalmente – sobre as modalidades mais vulneráveis, vistas como periféricas (THE OPPRESSIVE..., 2014), residindo aí o quadro de maior precariedade, com realidades verdadeiramente aviltantes da condição humana.

As adversidades adquirem, realmente, particular dramaticidade nas ZPEs. Perman *et al.* (2004) realçaram, sobre países asiáticos como Bangladesh, China e Sri Lanka, e sobre países latino-americanos como República Dominicana, Haiti, Honduras e México, problemas que incluem discriminação de gênero, excesso de horas trabalhadas, riscos à saúde e segurança e repressão virulenta à sindicalização. Níveis muito altos de precariedade e constrangimento são constatados em Sri Lanka, por exemplo, onde insultos e assédio marcam o cotidiano do trabalho feminino nessas atividades: em ZPEs desse país, “Trabalhadores do sexo feminino no setor do vestuário têm status geralmente baixo e são frequentemente

chamados de „*Juki Girls*’ – nome depreciativo derivado de uma marca popular de máquina de costura [...]” (HANCOCK; MIDDLETON; MOORE, 2009, p. 7).

Situações desse tipo provocaram iniciativas como a intitulada *Better Work*, fruto de parceria entre a OIT e a *International Finance Corporation* (ligada ao Banco Mundial). Integra o rol de países participantes a Nicarágua, que registrou forte crescimento da fabricação de artigos do vestuário por empresas coreanas e taiwanesas que canalizam para os Estados Unidos o essencial das vendas, realizadas sob encomenda (BAIR; GEREFFI, 2013). Contudo, tanto na Nicarágua como em outros países envolvidos (Sri Lanka, Bangladesh, Lesoto), as ações governamentais costumam atribuir às melhorias no trabalho um papel apenas marginal na promoção do desempenho produtivo e concorrencial, segundo assinalam Fernandez-Stark, Frederick e Gereffi (2011). Tal aspecto representa um grande obstáculo às ações que miram condições mais adequadas de trabalho. Quaisquer tentativas são menos eficazes sem uma participação efetiva e realmente interessada do setor público, assinalam Mayer e Gereffi (2010), e essa ausência prevalece nas experiências observadas em bom número de países.

Daí não surpreenderem manchetes como “The factories of lost children” (WEBER, 2006) e “Clothed in misery” (ANDERSON, 2013), ambas sobre atividades de produção de roupas em Bangladesh. Na primeira fala-se de incêndio ocorrido em novembro de 2000, com muitas crianças entre as dezenas de vítimas, e, na outra, do desabamento de um complexo fabril em abril de 2013, provocando numerosas mortes. Ambas integram relação de tragédias praticamente anunciadas, pois inspeções rotineiras anteviram os riscos e advertiram sobre estes, sem que providências fossem tomadas. Esses dois incidentes são evidências a mais do quanto a produção do vestuário é guiada pela histórica e obsessiva busca, como destaca Anderson (2013), de força de trabalho e ambientes representativos dos menores custos possíveis.

## ***2.2 Ativismo social no combate à degradação do trabalho***

Em muitos casos, a precariedade das condições de trabalho reflete problemas incrustados nas próprias legislações trabalhistas dos países. Por essa razão, instituições internacionais voltadas a questões desse tipo priorizam a melhoria da regulamentação das práticas. A principal dessas entidades é a Organização Internacional do Trabalho, que opera por meio de normativas e resoluções oriundas de deliberações tripartites. Todavia, suas convenções não são, de fato, objeto de ratificação compulsória pelos países membros.

Assim, há espaço para que sindicatos e Organizações Não Governamentais (ONGs) atuem com destaque, em escala mundial, na defesa dos direitos trabalhistas e no combate à degradação das condições de trabalho. Em relação à indústria do vestuário, essa atuação representa um tipo de ativismo que não deixa de recorrer à investigação acadêmica ou de ser influenciado por esta, como ocorre com as pesquisas sobre cadeias de produção globais (BAIR, 2005). Esses estudos têm inspirado até mesmo ações de “formação” de trabalhadores, conscientizando-os sobre a posição que ocupam nessas redes e fortalecendo a sua capacidade de reivindicação (QUAN, 2008).

Essa forma de agir dos sindicatos e ONGs exhibe contornos do que Gereffi, Garcia-Johnson e Sasser (2001) chamam de “novo ativismo global”, âmbito em que tem sentido falar de “governança privada” (MAYER; GEREFFI, 2010). O uso da expressão alude ao fato de que, tendo em vista as frustrações com as iniciativas (ou a falta delas) governamentais para coibir práticas trabalhistas agressoras a direitos, “[...] muitos ativistas sociais e grupos de trabalhadores voltaram-se [...] para campanhas de pressão dirigidas às corporações e para outras estratégias de uso da pressão do mercado para regular o comportamento dos produtores.” (MAYER; GEREFFI, 2010, p. 2).

O objetivo básico é a adoção, pelas grandes empresas, de códigos de conduta representativos de melhores condições de trabalho e com incidência ampla, isto é, projetada sobre fornecedores e subcontratados. As certificações constituem um instrumento central, envolvendo a criação e aplicação de regras e o controle das práticas. Esses códigos tornaram-se uma importante área de atuação do movimento sindical internacional, em interações com ONGs e com diferentes movimentos sociais (O’BRIEN, 2000). Assim procedendo, os sindicatos intensificam comportamento observado pelo menos desde os anos 1970 (FAIRBROTHER; HAMMER, 2005) e que enfrenta grandes desafios por conta da globalização: “Sindicatos e sindicalistas deparam-se com duas ameaças inter-relacionadas: uma, de governos hostis, outra, de corporações globais predatórias.” (EWING, 2001, p. 40).

O setor do vestuário sobressai nas investidas de “governança privada”, cujo alvo maior é o próprio lucro das empresas. Nesse ativismo, o consumidor consiste no destinatário principal de variadas estratégias e movimentos de *marketing* anticorporativo que denunciam práticas empresariais imorais e degradantes. A lógica é que, prejudicando a imagem, a divulgação das condutas possa afetar os resultados comerciais e financeiros, pressionando por mudanças efetivas. A mobilização dos consumidores por campanhas de boicote à aquisição de mercadorias fabricadas em condições aviltantes é um mecanismo básico.

Algumas instituições merecem realce, em razão do seu desempenho. Uma é a *Global Exchange*, ONG fundada nos Estados Unidos em 1988, que tenta despertar a consciência geral sobre os reflexos sociais da transferência da produção dos grandes centros mundiais para países com mão de obra pouco qualificada e mais barata. Vendo-se como defensora dos direitos humanos e promotora de justiça social, econômica e ambiental, essa ONG visa o “empoderamento” local dos seus integrantes mediante educação/formação (Cf. <http://globalexchange.org/mission>). A agenda é diversificada, mas as operações de agentes estadunidenses – governo, empresas – são o alvo principal das ações. A razão é o seu envolvimento em denúncias de violações de direitos sociais e trabalhistas – ao menos pelo que fazem os seus fornecedores e subcontratados, implicando responsabilidade compartilhada – e a influência do consumo interno naquele país nas tendências do mercado internacional.

Outra instituição a mencionar é a *Global Labour Rights*, criada nos Estados Unidos em 1981 e oficialmente denominada *Institute for Global Labour and Human Rights* (Cf. <http://www.globallabourrights.org/about>). Considerando os direitos laborais como direitos humanos, a promoção e defesa destes no plano internacional foram definidos como objetivos básicos, para o que se mobilizam advogados aptos a dar apoio a trabalhadores que produzem para o mercado estadunidense em condições precária. Referida em publicações como o livro de Klein (2002), sua ação ressalta os problemas e as soluções buscadas, tentando disseminar e fortalecer reivindicações por salários mais dignos, ambientes de trabalho menos degradados e a livre associação e organização dos trabalhadores.

A *Social Watch*, surgida no Uruguai em 1995, é uma rede de ONGs e de outros grupos da sociedade civil cujas operações miram o combate à pobreza e às várias formas de discriminação (Cf. <http://www.socialwatch.org>). Os numerosos grupos e organizações nacionais que a integram são chamados de *watchers*, pilares de uma grande estrutura voltada à conscientização popular pela divulgação de informações até nas esferas locais. A engrenagem compreende secretariado internacional, comitê de coordenação – um órgão político chave, com membros representativos das regiões envolvidas no mundo todo – e assembleia geral (que representa o ápice da governança). As organizações e grupos que formam a base da *Social Watch* definem, com sua participação, a abrangência e a eficácia das operações.

A *Clean Clothes Campaign*, criada na Holanda em 1989, é uma associação que inclui ONGs e sindicatos (Cf. <http://www.cleanclothes.org/>) e tem presença limitada a 16 países europeus, embora coopere com instituições de Estados Unidos, Canadá e Austrália. Seu foco é a fiscalização das condições de trabalho da indústria do vestuário, objetivo que a faz privilegiar as práticas do *advocacy* e de conscientização e mobilização popular. O intuito é

mudar a conduta dos consumidores e, assim, melhorar as condições de trabalho nas fábricas. Mesmo que a incidência direta seja européia, a abrangência (esperada) é mundial, pois toda a cadeia produtiva é considerada responsável pelos direitos trabalhistas e condições de trabalho. Assim, dezenas de instituições parceiras, operando em diferentes países, identificam problemas e objetivos locais e ajudam a desenhar estratégias de apoio aos trabalhadores, na luta por condições mais dignas.

### ***2.3 O ativismo em ação: registros de algumas repercussões***

As certificações têm um papel central no referido ativismo, como se falou. Sua base são as ações de denúncia das condições de trabalho, realizadas por sindicatos e ONGs, que ameaçam comprometer a imagem corporativa e as marcas, refletindo nas vendas e na lucratividade.

Certificações baseadas em questões de trabalho emergiram em resposta à exposição promovida contra companhias detentoras de marcas *top* que usam fabricantes e subcontratados internacionais, como Wal-Mart Stores em Honduras e Bangladesh, The Walt Disney Company no Haiti, Mattel na China, Nike na Indonésia, J. C. Penney Company e Kmart Corporation na Nicarágua e Liz Claiborne Inc. e Gap Inc. em El Salvador. Os abusos mais típicos incluíam salários extremamente baixos, uso de trabalho infantil, mau tratamento de trabalhadores do sexo feminino e supressão de sindicatos. (GEREFFI; GARCIA-JOHNSON; SASSER, 2001, p. 58).

Essas certificações guardam relação com o uso de códigos de conduta voltados à proibição de trabalho infantil e trabalho forçado, à promoção de remuneração não inferior ao salário mínimo local e à recusa a qualquer discriminação no ambiente de trabalho. Tornados instrumentos centrais nesse ativismo, tais códigos viram a luz em empresas como Levi Strauss & Co., Liz Claiborne, Nike, Reebok e Gap Inc. (KEARNEY; GEARHART, 2005).

As grandes empresas que adotam esses códigos fizeram-nos incidir sobre os respectivos fornecedores, quer dizer, produtores na Ásia, na América Latina e na África, para os quais as primeiras direcionam suas encomendas. Mas houve também casos de ações diretas desses grandes clientes: por exemplo, na década de 1990, com a divulgação das condições de trabalho em fornecedores de El Salvador, a Gap Inc. tentou “[...] engajar líderes sindicais, religiosos e acadêmicos locais como monitores independentes que se reuniam regularmente com trabalhadores para ouvir reclamações, investigar problemas e examinar os registros” (KAUFMAN; GONZALEZ, 2001, S.p.).

A Levi Strauss & Co. sobressaiu na adoção dos códigos de conduta. No começo da década de 1990, percebendo práticas de trabalho escravo em fornecedores estrangeiros, a

empresa foi pioneira no uso desse instrumento. Posteriormente outras corporações adotaram a iniciativa, como Nike e Reebok, o que resultou em disseminação dos códigos entre empresas transnacionais (KOLK; TULDER; WELTERS, 1999).

Mas essa escalada não deixou de gerar controvérsias. Cresceu o entendimento de que, instituídos por corporações ou associações de empregadores, esses códigos representariam, antes de tudo, tentativas de antecipação às ações fiscalizadoras, objetivando basicamente minimizar os impactos ou resguardar a imagem das marcas frente aos ataques às relações corporativas com fornecedores internacionais. Esses códigos não ficaram, portanto, ao largo da apreciação crítica. Interesses espúrios não estariam ausentes, não obstante as boas intenções sociais e o sentido de justiça inerente à sua elaboração e utilização. É sugestivo o seu emprego como estratégia de *marketing* e relações públicas em torno das marcas, visando influenciar agências reguladoras, sindicatos, ONGs, concorrentes, fornecedores e acionistas, além da esfera que dá sentido ao funcionamento das empresas: o consumo, logo, as vendas. Mesmo assim, esses códigos ajudam no processo de verificação das condutas dos empregadores e na informação à opinião pública.

Importante ilustração de uso desse instrumento refere-se à Nike Inc., líder mundial em *design*, distribuição e *marketing* de calçados esportivos, cujas atividades projetaram-se no setor do vestuário em termos mais amplos. Sua trajetória é marcada pelo uso generalizado da terceirização produtiva, com fabricantes fornecedores geralmente localizados em ambientes com mão de obra numerosa, legislações trabalhistas mais frouxas e salários mais baixos.

A partir das primeiras possibilidades oferecidas pelo Japão, a empresa voltou-se para países como Coreia do Sul, Tailândia, China e Taiwan, desdobrando-se depois no sudeste da Ásia rumo à Indonésia e ao Vietnã. Nesse percurso, as atividades “nobres” da cadeia produtiva – concepção, *design*, comercialização – aconteciam ou eram decididas na sede da corporação, e os produtos eram manufaturados em centenas de estabelecimentos e por milhares de trabalhadores em dezenas de países (CHESNAIS, 1996).

A imposição de códigos de conduta junto aos fabricantes era dificultada pelo perfil da rede de fornecedores, grande número dos quais não produzia, no segmento vestuarista, só para a Nike. Também interferia a curta duração dos contratos, refletindo forte variação nas tendências devido à volatilidade nas preferências dos consumidores. Para a Nike, tudo isso significaria isenção, ou pelo menos grande redução, de responsabilidade social com respeito à fabricação dos produtos encomendados e comercializados (LOCKE, 2002). De fato, sua conduta não diferia das de outras corporações, que costumam argumentar não serem responsáveis pelo comportamento dos fornecedores.

Essa posição é veementemente contestada por sindicatos e ONGs, que apontam existir responsabilidade solidária. Assim, os ativistas discordaram frontalmente dos argumentos daquela empresa, e suas ações tornaram o movimento anti-Nike um símbolo da luta contra as desigualdades sociais na globalização e contra a degradação do trabalho: o resultado tomou a forma, de fato, da “[...] mais divulgada e mais tenaz das campanhas baseadas em marcas.” (KLEIN, 2002, p. 393). Denúncias de precariedade já ocorriam nos primeiros anos de funcionamento da empresa, mas a situação agravou-se na década de 1990 em razão de notícias sobre trabalhadores mal remunerados na Indonésia, trabalho infantil no Camboja e no Paquistão e horas extras forçadas na China e no Vietnã.

A experiência de maior repercussão internacional implicou a Indonésia, onde seis estabelecimentos, quatro dos quais pertencentes a fornecedores sul-coreanos, produziam com o emprego de mais de 25 mil pessoas. O foco principal das críticas eram os diminutos salários praticados, em agressão à lei permitida pelo próprio governo da Indonésia. Inicialmente a Nike negou qualquer responsabilidade, alegando não ser dona das fábricas: a *Global Labour Rights* citou em relatório uma declaração da porta-voz da corporação nestes termos, feita em 1997 sobre situação semelhante no Vietnã: “Qual é a responsabilidade da Nike? Estas fábricas não são nossas”<sup>57</sup>.

Essas violações de direitos, na Indonésia e em outros países asiáticos, foram alvos de contundentes campanhas. Diversos foram os relatórios sobre o assunto, entre eles o *Still waiting for Nike to do it*, de maio de 2001, elaborado pela *Global Exchange*. A discrepância entre a retórica da empresa sobre o combate à precariedade em seus fornecedores, de um lado, e a realidade observada via fiscalizações, inspeções e relatos de trabalhadores, de outro, era o assunto central do documento<sup>58</sup>.

Mas a Nike não foi interpelada somente por campanhas desse tipo. Um processo local, originado no Bronx, em Nova York, mostrou-se capaz de afetar duramente o seu departamento de relações públicas, segundo narrativa de Klein (2002). O pano de fundo é a importância dos guetos e subúrbios de cidades dos Estados Unidos para o *marketing* e *branding* da Nike: muitos de seus consumidores são jovens desses ambientes, fãs de atletas e *rappers* cujas imagens estampam as propagandas de produtos da empresa.

O tipo de bombardeio, sobre jovens de famílias pobres ou com adultos desempregados, representado por esse *marketing* fez um assistente social iniciar processo de

---

57 Cf. <http://www.globallabourrights.org/press/from-nikes-pr-missteps-a-lesson-for-loblaw>

58 Cf. <http://www.globalexchange.org/sweatfree/nike/stillwaiting>

conscientização, junto aos frequentadores do centro comunitário onde trabalhava, a respeito de como eram fabricados os tão desejados calçados e roupas: trabalhadores indonésios recebiam US\$ 2 diários em média, e tênis vendidos nos Estados Unidos a preços entre US\$ 100 e US\$ 180 eram fabricados ao custo aproximado de US\$ 5. O processo procurou inocular inclusive a ideia de que corporações como a Nike tinham responsabilidade no tocante ao desemprego amargado nessas famílias e por outras pessoas das redondezas, devido à busca de localizações representativas de baixos custos de produção fora dos Estados Unidos.

Como resultado, vários jovens enviaram correspondências à empresa em que até pediam ressarcimento baseado na diferença exorbitante entre preços de venda e custos de produção. Como o departamento de relações públicas da Nike limitou-se a responder formalmente, numerosos jovens dirigiram-se à *Nike Town* da *Fifth Avenue*, em Nova York, e jogaram sacos com pares de tênis velhos na porta do estabelecimento como forma de protesto. O episódio foi assim noticiado: esses jovens “[...] são parte de um crescente movimento que critica a Nike por sub-remunerar trabalhadores em fábricas asiáticas [...] enquanto cobra de adolescentes *style-setting* mais de US\$ 100 pelos calçados.” (GONZALEZ, 1997, S.p.). A ampla cobertura midiática fez o acontecimento repercutir fortemente na corporação.

#### ***2.4 Que conteúdo antissistêmico nesse ativismo social?***

A mobilização levada a efeito a partir do Bronx representa manifestação, em escala de microcosmo, de um processo que, conforme assinalado nessa segunda parte do artigo, tem contornos de maré montante internacional: denúncias de práticas abusivas e defesa de condições mais dignas de trabalho, no bojo de alianças interinstitucionais envolvendo sindicatos e ONGs, principalmente (ANNER; EVANS, 2005; GALLIN, 2000). É possível assimilar esse ativismo às práticas de cunho antissistêmico que crivam a história do capitalismo e foram tangenciadas, em alguns dos seus grandes traços, na primeira parte do texto?

Na seção 1.3 salientou-se, com base na argumentação de Arrighi, Hopkins e Wallerstein (1989) em *Antisystemic Movements*, que as frustrações acumuladas com os procedimentos da “velha esquerda” e dos movimentos antissistêmicos tradicionais abriram as portas para uma nova geração de iniciativas de mobilização social e de contestações à ordem, desde o final da década de 1960. Assinalou-se que causas feministas, ecológicas e pacifistas, entre outras, passaram a vincar o cenário, e que as ações em torno dos problemas amargados pelo mundo do trabalho foram influenciadas pela crescentemente registrada intensificação do

caráter internacional da produção industrial, um dinamismo que concentra muito ou quase tudo do sentido que se dá à palavra “globalização”, tornada quase um *slogan* da virada do século.

O ativismo repertoriado, significando ação direta em defesa das condições de trabalho, pode ser contextualizado considerando-se, fazendo uso das palavras de Arrighi, Hopkins e Wallerstein (1989, p. 71-72 – itálico no original), que

Fundamental para a constituição da força de trabalho mundial [...] é [...] a rapidamente crescente divisão *técnica* do trabalho em escala mundial, através dos arranjos constitutivos das operações das corporações transnacionais e também integrantes daquelas relativas às agências estatais e inter-estatais socialmente integradas. [...]

Esses continuados prolongamentos de divisões técnicas do trabalho – de processos de trabalho impositivamente integrados por meio da estrutura de planejamento e controle de uma firma capitalista, mais do que por processos de mercado – pressupõem [...] centralizações extraordinárias do (assim chamado) capital produtivo. [...] Essa crescente inter-relação “técnica” de processos de trabalho através desses movimentos de capital igualmente interconecta os trabalhadores assim associados, mais aqueles [...] cujos talentos produtivos são colocados em uso na provisão de meios de bem estar para os diretamente engajados em atividades produtivas no nível mundial [...]. São essas ligações da empresa capitalista em termos mundiais que, conectando segmentos cada mais maiores dos trabalhadores do mundo, propiciam uma das redes relacionais, em ramificação, pelas quais a luta de classes forma as classes por ela interligadas.

Mais do que isso, a dominante tendência de centralização do capital em nível mundial, entre cujas faces principais figura uma progressiva “[...] transnacionalização da produção sob a égide da corporação transnacional” (ARRIGHI; HOPKINS, WALLERSTEIN, 1989, p. 90), define e impõe aos movimentos antissistêmicos, hoje, grande parte da sua direção e das condições de funcionamento.

Em primeiro lugar e, no presente contexto, talvez acima de tudo, está a realocização em curso de processos de fabricação utilizadores de trabalho para a semiperiferia, e, portanto, a mudança para tais lugares do epicentro do conflito de classe “classicamente” estruturado e conduzido – lutas capital-trabalho diretas, organizadas, de grande escala.

Com efeito, a

[...] crescente busca pelo capital de refúgios protegidos da agitação do trabalho organizado carrega consigo [...] uma crescente realocização da proletarização industrial e, assim, dos esforços coletivos para controlar esse processo e/ou para melhorar seus efeitos. O resultado líquido pode [...] ser uma consciência de classe cada vez mais focalizada [inclusive] no sentimento nacionalista que atravessa as zonas externas ao core, particularmente em estados semiperiféricos. (ARRIGHI; HOPKINS, WALLERSTEIN, 1989, p. 112).

Tem sentido considerar que essa distribuição das diferentes funções produtivas, protagonizada pelas grandes empresas, representa campo privilegiado para movimentos antissistêmicos que miram as relações entre capital e trabalho na atualidade. O ativismo de

sindicatos e ONGs, na forma abordada no artigo, procura confrontar as grandes empresas com exigências sobre adoção de códigos de conta estribadas na sua capacidade de denunciar práticas trabalhistas degradantes e atingir as vendas, em razão da grande visibilidade dada às condições encontradas.

Portanto, ao fim e ao cabo, esses ativistas representam grupos em busca de mudanças sociais de um certo tipo. Mais do que isso, a maneira como tentam interpelar as corporações tem o espírito de interferência, de alguma maneira, no processo de acumulação de capital: atingir as vendas, um objetivo maior das campanhas levadas a efeito tão logo são detectadas condições de trabalho degradantes, significa afetar, pelo léxico marxista, a “realização da mais valia”, base da dinâmica acumulativa.

Nesse sentido, pode-se dizer que sindicatos e ONGs revelam-se protagonistas centrais de práticas de tipo antissistêmico na atualidade da economia-mundo capitalista. Parte importante da força que exibem nessa direção, é importante salientar, deve-se às ações conjuntas que executam ou articulam.

Contudo, não se deve pensar, com respeito às alianças promovidas, que as articulações e a convivência entre essas instituições são isentas de dificuldades no tocante aos problemas do trabalho. Ao contrário, mostram-se crivadas de tensões e críticas de parte a parte, tendo em vista as diferenças de enfoque e as discordâncias, e mesmo, em certas situações, a desconfiança (BRAUN; GEARHART, 2005; COMPA, 2005; SIMPKINS, 2005). Por exemplo, uma crítica importante dos sindicatos às ONGs destaca que as campanhas internacionais de denúncias têm efeitos limitados, pois visam muito mais o mercado (comprometimento das marcas e vendas) e muito menos a esfera da política (LIPSCHUTZ, 2005).

Seja como for, merecem realce as postulações de Portes (1997, 1999) e Evans (2000) sobre essas relações institucionais. Redes internacionais assim configuradas, contemplando, a rigor, assuntos tão diversos como a economia e a cultura, passando por comércio e meio ambiente, entre outros – inclusive nutrindo o surgimento e a constituição de comunidades transnacionais –, estariam a impulsionar uma “globalização desde abaixo” (PORTES, 1997, 1999). E os esforços consubstanciados contrapõem-se aos interesses “hegemônicos”, quer dizer, exibidos e defendidos pelas corporações e elites transnacionais, ideologicamente dominantes e com habilidade e desenvoltura na outorga de recompensas materiais e na imposição de sanções.

Com efeito, os agentes dessa, por assim dizer, “outra globalização”

[...] utilizam redes globais e ideologias para mudar o equilíbrio de poder no nível local em favor dos despossuídos. Eles provavelmente não são capazes de derrubar o aparato inteiro, mas constituem desafios aos “negócios realizados como sempre” no plano tanto global como local, e são, nesse sentido, “contra hegemônicos”. (EVANS, 2000, p. 231).

De que modo pensar, sobre as questões contempladas na segunda parte do artigo, em termos de “globalização desde abaixo” e “globalização contra hegemônica” – duas formulações bastante inspiradas e sugestivas –, senão em conexão profunda com o sentido dos movimentos antissistêmicos? O ativismo focalizado no estudo há de ser reconhecido, argumenta-se aqui, como integrante da tendência de surgimento e manifestação dos “novos movimentos antissistêmicos” que floresceram no sistema mundial desde os estremecimentos do final dos anos 1960.

### **Considerações finais**

As mudanças das últimas décadas na economia mundial, com a aparente vitória ideológica e política de posições conservadoras em bom número de países (refere-se aqui ao vagalhão neoliberal do final do século XX), em articulação com transformações na forma de produzir que incluem processos de reestruturação e de reorganização espacial das atividades, não arrefeceram o ímpeto contestador dos atores sociais. Isso é fato, principalmente, junto àqueles grupos para os quais a melhoria das condições de trabalho e de vida das massas menos favorecidas constituem o foco principal de atenção e militância.

“Ações de natureza antissistêmica” é como cabe referir às investidas de interpelação de grandes empresas que usufruem de condições de trabalho deploráveis em diferentes latitudes do sistema mundial. O mesmo deve ser considerado em relação aos governos que, negligentes, cooptados ou verdadeiramente cúmplices, acobertam práticas abusivas e assistem inertes à sucessão de episódios que ofendem até mesmo o senso comum. Num caso ou no outro, o campo de atuação é amplo e as intenções são louváveis, merecendo, sem dúvida, apoio, estímulo e reforço.

Mas o campo é igualmente pedregoso, repleto de obstáculos que forcem admitir a existência de limites a esse ativismo. Combater as adversidades no trabalho configura um desafio enorme em contexto de busca incessante, pelas grandes empresas, de redução o tanto quanto possível dos custos de produção, para lograr as vantagens da prática de preços mais baixos no embate da concorrência travado nos mercados finais. A mencionada convergência de interesses, entre grandes empresas que são clientes de fabricantes instalados na periferia e

na semiperiferia do capitalismo e governantes desses países, torna o combate às adversidades no trabalho um desafio nada menos que formidável.

A opinião pública tem acusado, em certos ambientes e em alguns momentos, o impacto das denúncias. Segundo a literatura, parte da qual foi explorada neste artigo, reflexos no consumo têm sido registrados, mas isso mostra-se mais ou menos localizado no tempo e no espaço. De outra parte, bons resultados nessa direção pelo ângulo do ativismo – a saber, adoção de normas mais rígidas, representando restrição aos abusos em certas circunstâncias e lugares – não raramente se deparam com a adversidade derivada da mobilidade do capital, aparentemente exacerbada na “era da globalização”. Esse caráter resulta em rapidez na mudança da geografia da produção, com manutenção das vantagens outorgadas por legislações frouxas ou simplesmente ignoradas, garantindo condições de trabalho aviltantes.

De todo modo, o terreno merece ser continuamente laborado, quer dizer, os retrocessos não deveriam convidar à inação. Ao contrário, os obstáculos devem ser vistos como desafios a serem ultrapassados no exercício de um, por assim dizer, “antissistemismo” apto a sinalizar – mesmo que temporariamente, ainda que localizadamente – o resgate de condições de trabalho e vida merecedoras dos adjetivos “dignas” e “decentes”. Basta essa possibilidade para que o esforço valha a pena e para que as frustrações sejam encaradas como estímulos para o discernimento de novos passos e estratégias.

## **Referências bibliográficas**

- ANDERSON, M. T. Clothed in misery. The New York Times, April 29th, 2013. Obtido em: [http://www.nytimes.com/2013/04/30/opinion/bangladeshs-are-only-the-latest-in-textile-factory-disasters.html?pagewanted=all&\\_r=0&pagewanted=print](http://www.nytimes.com/2013/04/30/opinion/bangladeshs-are-only-the-latest-in-textile-factory-disasters.html?pagewanted=all&_r=0&pagewanted=print) Acesso em: 5/7/2014.
- ANNER, M.; EVANS, P. Building bridges across a double divide: alliances between US and Latin American labor and NGOs. In: EADE, D.; LEATHER, A. (Eds.). Development NGOs and labor unions: terms of engagement. Bloomfield: Kumarian Press, 2005, p. 33-50.
- ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ARRIGHI, G.; HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. *Antisystemic movements*. London: Verso, 1989.
- ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. Introdução. In: ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora UFRJ, 2001, p. 11-45.
- BALZAC, H. de. *Les paysans*. Paris: Gallimard; Librairie Générale Française, 1968 [1844].
- BAIR, J. Global capitalism and commodity chains: looking back, going forward. *Competition & Change*, v. 9, n. 2, p. 153-180, June 2005.
- BAIR, J.; GEREFFI, G. Better work in Central America: assessing the opportunities for upgrading in Nicaragua’s apparel sector. The University of Manchester, Research Programme “Capturing the Gains”, Feb. 2013. (Working Paper 17). Obtido em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2237473](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2237473) Acesso em: 15/7/2014.

- BEAUD, M. *História do capitalismo de 1500 aos nossos dias*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. BOYER, R. *La théorie de la régulation: une analyse critique*. Paris: La Découverte, 1987.
- BRAUN, R.; GEARHART, J. Who should code your conduct? Labor union and NGO differences in the fight for workers' rights. In: EADE, D.; LEATHER, A. (Eds.). *Development NGOs and labor unions: terms of engagement*. Bloomfield: Kumarian Press, 2005, p. 203-221.
- CAMUS, A. *L'homme révolté*. Paris: Gallimard, 1951.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CIRERA, X.; LAKSHMAN, R. The impact of export processing zones on employment, wages and labour conditions in developing countries. *3ie Systematic Review*, n. 10. London: International Initiative for Impact Evaluation (3ie), 2014.
- COMPA, L. Labor unions, NGOs, and corporate codes of conduct. In: EADE, D.; LEATHER, A. (Eds.). *Development NGOs and labor unions: terms of engagement*. Bloomfield: Kumarian Press, 2005, p. 241-248. CROCE, B. *Histoire de l'Europe au XIX<sup>e</sup> siècle*. Paris: Gallimard, 1973.
- DERLUGIAN, G. M. The social cohesion of the states. In: HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. (Coord.). *The age of transition: trajectory of the world-system, 1945-2025*. London: Zed Books, 1996, p. 148-177.
- ENGELS, F. *A questão da habitação*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988. [1872].
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985 [1845].
- EVANS, P. Fighting marginalization with transnational networks: counter-hegemonic globalization. *Contemporary Sociology*, v. 29, n. 1, p. 230-241, 2000.
- EWING, K. Trade union rights in the Twenty-first Century. *WorkingUSA*, v. 5, n. 1, p. 19-42, 2001. FAIRBROTHER, P.; HAMMER, N. Global unions: past efforts and future prospects. *Relations Industrielles/Industrial Relations*, v. 60, n. 3, p. 405-431, 2005.
- FERNANDEZ-STARK, K.; FREDERICK, S.; GEREFFI, G. The apparel global value chain: economic upgrading and workforce development. Durham: Duke University Center on Globalization, Governance and Competitiveness, Nov. 2011. Obtido em: [http://www.cggc.duke.edu/pdfs/2011-11-11\\_CGGC\\_Apparel-Global-Value-Chain.pdf](http://www.cggc.duke.edu/pdfs/2011-11-11_CGGC_Apparel-Global-Value-Chain.pdf) Acesso em: 10/7/2014.
- FOURIER, F. M. C. *El nuevo mundo industrial y societario*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1989 [1829].
- GEREFFI, G. The organization of buyer-driven global commodity chains: how U.S. retailers shape overseas production networks. In: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. (Eds.). *Commodity chains and global capitalism*. London: Greenwood Press, 1994, p. 95-122.
- GEREFFI, G. Global production systems and Third World development. In: STALLINGS, B. (Ed.). *Global change, regional response: the new international context of development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 100-142.
- GEREFFI, G. A commodity chains framework for analyzing global industries. Durham: Duke University, Aug. 1999a. Obtido em: <http://www.azc.uam.mx/socialesyhumanidades/06/departamentos/relaciones/Pdf.%20De%20curso%20de%20MES%20O/Gereffi%201999.pdf> Acesso em: 10/7/2014.
- GEREFFI, G. International trade and industrial upgrading in the apparel commodity chain. *Journal of International Economics*, v. 48, p. 37-70, 1999b.
- GEREFFI, G.; GARCIA-JOHNSON, R.; SASSER, E. The NGO-Industrial Complex. *Foreign Policy*, p. 56-65, July 2001.
- GEREFFI, G.; MEMEDOVIC, O. The global apparel value chain: what prospects for upgrading by developing countries. Vienna: UNIDO, 2003. (Sectoral Studies Series).

GONZALEZ, D. Youthful foes go toe to toe with Nike. The New York Times, S.p., Sep. 27th, 1997. Obtido em: <http://www.nytimes.com/1997/09/27/nyregion/about-new-york-youthful-foes-go-toe-to-toe-with-nike.html> Acesso em: 30/07/2014.

GOUBERT, P. *Initiation à l'histoire de la France*. Paris: Fayard-Tallandier, 1984.

HANCOCK, P.; MIDDLETON, S.; MOORE, J. Export Processing Zones (EPZs), globalization, feminized labour markets and working conditions: a study of Sri Lankan EPZ workers. *Labour and Management in Development*, v. 10, S/p, 2009. Obtido em: <http://www.nla.gov.au/openpublish/index.php/lmd/article/viewFile/1612/2004> Acesso em: 5/7/2014.

HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOPKINS, T., WALLERSTEIN, I. Capitalism and the incorporation of new zones into the World-Economy. *Review*, X, n. 5/6, p. 763-779, Supplement (Summer/Fall) 1987.

ILO. Employment and social policy in respect of Export Processing Zones EPZs). Geneva: International Labour Office – Governing Body/Committee on Employment and Social Policy, Mar. 2003. (GB. 286/ESP/3)

KAUFMAN, I.; GONZALEZ, D. Labor standards clash with global reality. The New York Times, Apr. 24th, 2001. Obtido em: <http://www.nytimes.com/2001/04/24/world/labor-standards-clash-with-global-reality.html> Acesso em: 22/7/2014.

KEARNEY, N.; GEARHART, J. Workplace codes as tools for workers. In: EADE, D.; LEATHER, A. (Eds.). *Development NGOs and labor unions: terms of engagement*. Bloomfield: Kumarian Press, 2005, p. 249-258.

KLEIN, N. *Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KOLK, A.; TULDER, R. van; WELTERS, C. International codes of conduct and corporate social responsibility: can transnational corporations regulate themselves? *Transnational Corporations*, v. 8, n. 1, p.143-180, abr. 1999.

KUSAGO, T.; TZANNATOS, Z. Export Processing Zones: a review in need of update. Washington, D.C.: The World Bank/Social Protection Group/Human Development Network, Jan. 1998.

LÉNINE, V. *L'État et la révolution*. Paris: Editions Sociales, 1976. [1917]

LIPIETZ, A. *Le capital et son espace*. 2a ed. Paris: La Découverte, 1983.

LIPIETZ, A. *Mirages et miracles: problèmes de l'industrialisation dans le tiers monde*. Paris: La Découverte, 1985.

LIPSCHUTZ, R. D. Sweating it out: NGO campaigns and labor union empowerment. In: EADE, D.; LEATHER, A. (Eds.). *Development NGOs and labor unions: terms of engagement*. Bloomfield: Kumarian Press, 2005, p. 223-239.

LOCKE, R. M. *The promise and perils of globalization: the case of Nike*. Cambridge: MIT, 2002. Disponível em: [http://www.caseplace.org/pdfs/All-MIT-2003-Promise\\_and\\_Perils\\_Nike.pdf](http://www.caseplace.org/pdfs/All-MIT-2003-Promise_and_Perils_Nike.pdf) Acesso em: set. 2013.

LUXEMBURG, R. *Œuvres I*. Paris: François Maspéro, 1976.

MARGLIN, S. A.; SCHOR, J. B. (Eds.). *The golden age of capitalism: reinterpreting the postwar experience*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 15-126. [1852].

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifeste du Parti Communiste*. Paris: Librairie Générale Française, 1973. [1848]

MASSEY, D. Spatial divisions of labour: social structures and the geography of production. London: Macmillan, 1984.

MAYER, F.; GEREFFI, G. Regulation and economic globalization: prospects and limits of private governance. *Business and Politics*, v. 12, n. 3, 2010. Obtido em: <http://www.bepress.com/bap/vol12/iss3/art11> Acesso em: 10/7/2014.

MILBERG, W.; AMENGUAL, M. Economic development and working conditions in Export Processing Zones: a survey of trends. Geneva: International Labour Office, 2008.

NINETY nine per cent perspiration. *The Economist*, p. 36, June 21th, 1997.

O'BRIEN, R. Workers and world order: the tentative transformation of the international union movement. *Review of International Studies*, v. 26, p. 533-555, 2000.

OECD. *Interconnected economies: benefiting from global value chains*. Paris: OECD Publishing, 2013. Acesso em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264189560-en> Acesso em: 20/6/2014.

PERMAN, S.; DUVILLIER, L.; DAVID, N.; EDEN, J; GRUMIAU, S. Behind the branded names: working conditions and labour rights in Export Processing Zones. Brussels: International Confederation of Free Trade Unions, Dec. 2004.

PORTES, A. *Globalization from below: the rise of transnational communities*. Princeton: Princeton University, WPTC-98-01, Sep. 1997.

PORTES, A. La mondialisation par le bas [L'émérgence des communautés transnationales]. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, v. 129, p. 15-25, Sep. 1999.

QUAN, K. Use of global value chains by labor organizers. *Competition & Change*, v. 12, n. 1, p. 89-104, Mar. 2008.

SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

SERVANT, J-C. Petites mains du Sud pour firme du Nord. *Le Monde Diplomatique*, p. 18, Jan. 2006.

SHEILA, P.; CASPARIS, J. World human welfare. In: HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. (Coord.). *The age of transition: trajectory of the world-system, 1945-2025*. London: Zed Books, 1996, p. 117-147.

SHEPHERD, B.; STONE, S. Global production networks and employment: a developing country perspective. *OECD Trade Policy Papers*, n. 154, Paris: OECD Publishing, 2013. Obtido em: <http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/5k46j0rjq9s8.pdf?expires=1406055521&id=id&accname=guest&checksum=0B237FF2A1B9131EE37EFF1C6E313BAB> Acesso em: 22/7/2014.

SILVER, B. J. *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SILVER, B. J.; SLATER, E. As origens sociais das hegemonias mundiais. In: ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora UFRJ, 2001, p. 161-225.

SIMPKINS, J. The global workplace: challenging the race to the bottom. In: EADE, D.; LEATHER, A. (Eds.). *Development NGOs and labor unions: terms of engagement*. Bloomfield: Kumarian Press, 2005, p. 139-151.

SURVEYING informalised labour conditions in India's organized garment sector. *Development Viewpoint*, n. 79, London: University of London, CDPR, July 2014. Obtido em: <http://www.soas.ac.uk/cdpr/publications/dv/file93801.pdf> Acesso em: 10/7/2014.

THE OPPRESSIVE labour conditions of the working poor in the peripheral segments of India's garment sector. *Development Viewpoint*, n. 81, London: University of London, CDPR, July 2014. Obtido em: <http://www.soas.ac.uk/cdpr/publications/dv/file93820.pdf> Acesso em: 10/7/2014.

WALLERSTEIN, I. *El moderno sistema mundial*. Tomo I: La agricultura capitalista y los orígenes de economía-mundo europea en el siglo XVI. México: Siglo Veintiuno Editores, 1979.

WALLERSTEIN, I. The global picture, 1945-90. In: HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. (Coord.). *The age of transition: trajectory of the world-system, 1945-2025*. London: Zed Books, 1996a, p. 209-225.

WALLERSTEIN, I. The global possibilities, 1990-2025. In: HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. (Coord.). *The age of transition: trajectory of the world-system, 1945-2025*. London: Zed Books, 1996b, p. 226-243.

WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, I. *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

WEBER, K. The factories of lost children. *The New York Times*, Mar. 25<sup>th</sup>, 2006. Obtido em: [http://www.nytimes.com/2006/03/25/opinion/25weber.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2006/03/25/opinion/25weber.html?_r=0) Acesso em: 3/7/2007.

**Ocaso do liberalismo e renascimento do radicalismo:  
Junho de 2013 sob a perspectiva dos sistemas-mundo de Wallerstein<sup>59</sup>.**

Daniel de Campos Antiquera<sup>60</sup>

“O centro não pode agüentar”<sup>61</sup>

**Introdução**

Os levantes de junho de 2013 no Brasil são um fenômeno ainda a ser melhor compreendido, tanto em suas causas como em seus desdobramentos. O desafio se torna maior pelo fato de a extensão e intensidade dos mesmos terem sido surpreendentes e inesperados. Também a composição social não foi homogênea e, talvez o principal ponto de perplexidade, não foram frutos de uma organização política que dirigiu todo o processo, seja em seus métodos, mobilização ou objetivos. Poucas pessoas questionariam, no entanto, que aquele movimento gerou frutos que já se evidenciam politicamente: a recolocação das ruas como espaço da política e uma revitalização da ação direta. Na primeira dimensão, a crise política e econômica que atravessa o país desde 2015 parece dar continuidade à prática de ocupação das ruas por um grande número de pessoas, revitalizada pelas jornadas de junho; e na segunda, as ocupações de escolas são um exemplo significativo (seus próprios protagonistas referem-se à influência das experiências de junho)<sup>62</sup>.

O objetivo desta reflexão é pensar se aquele processo político pode ser lido de uma perspectiva histórico-estrutural específica, como é a dos sistemas-mundo, e assim também trazer a economia política internacional para interpretar o processo. Do ponto de vista teórico significa pensar se este processo pode ter uma significação maior e mais regular do que ser uma excentricidade, ou particularidade incomparável, fazer uma leitura não apenas conjuntural e episódica do fenômeno, mas refletir sobre se eles podem ser indicadores de elementos mais estruturais da sociedade e políticas contemporâneas. Possíveis ganhos compreensivos seriam o destaque de elementos que ajudem a explicar causas profundas (não apenas conjunturais ou nacionais) do fenômeno, bem como identificar desdobramentos mais duradouros.

---

59 Trabalho apresentado originalmente no I Encontro de Economia Política Internacional da UFRJ (ENEPI), “As dinâmicas do Poder e a Riqueza no mundo contemporâneo”, ocorrido entre 11 e 13 de maio de 2016. Agradeço os comentários de Carlos Eduardo Martins.

60 Professor do Departamento de Relações Internacionais da UFPB.

61 Verso do poema “The Second Coming”, de Yeats, citado por Wallerstein (2002:135).

62 PRONZATO, 2016.

As interpretações mais recorrentes referem-se à demanda por políticas públicas; à crise da democracia representativa e do sistema partidário e eleitoral; à uma forma de expressão de uma classe média que cresceu numericamente nos últimos anos e foi uma das beneficiárias do aumento do poder de consumo e de políticas de expansão do crédito; da presença da juventude; além de uma miscelânea ideológica que vai do radicalismo anarquista dos Black Blocks, passando pela crítica de setores ricos à carga tributária, um nacionalismo conservador e a demanda de setores mais pauperizados por políticas públicas de melhor qualidade. Este trabalho pretende não substituir estas explicações, mas sim acrescentar a elas uma perspectiva histórico estrutural como é a dos sistemas-mundo. Como esta abordagem não é comum para se discutir as jornadas de junho, este trabalho pretende, destacando elementos nem sempre observados, ser uma modesta contribuição a uma melhor compreensão do fenômeno.

Do ponto de vista da organização do trabalho, ele fará uma breve síntese de algumas leituras típicas de junho de 2013, acrescentando aí alguns comentários do próprio Wallerstein. Posteriormente o trabalho procurará buscar nas obras do autor os elementos teóricos da perspectiva dos sistemas-mundo que poderiam ser mobilizados para se construir esta visão estrutural do processo, para no fim apontar algumas considerações finais.

## **1. Leituras de Junho de 2013**

Os levantes de junho de 2013 são geralmente tratados como uma novidade histórica, no Brasil, no sentido de que: questionariam o aspecto pacífico e passivo da população, significariam a retomada das ruas como espaço de manifestação política e também derrubariam a imagem do país que deu certo:

Em duas semanas o Brasil que diziam que havia dado certo – que derrubou a inflação, incluiu os excluídos, está acabando com a pobreza extrema e é um exemplo internacional- foi substituído por outro país, em que o transporte popular, a educação e a saúde públicas são um desastre e cuja classe política é uma vergonha, sem falar na corrupção. Qual das duas versões estará certa? É claro que todos esses defeitos já existiam antes, mas eles não pareciam o principal; e é claro que aqueles méritos do Brasil novo continuam a existir, mas parece que já não dão a tônica. O espírito crítico, que esteve fora de moda, para não dizer excluído da pauta, teve agora a oportunidade de renascer. A energia dos protestos recentes, de cuja dimensão popular ainda sabemos pouco, suspendeu o véu e reequilibrou o jogo. Talvez ela devolva à nossa cultura o senso da realidade e o nervo crítico. (Roberto Schwarz in VARIOS AUTORES, 2013)

Eles geraram efeitos imediatos e concretos, sendo o principal deles a redução das tarifas, a reprovação acachapante da PEC 37<sup>63</sup>, o anúncio de 5 pactos pelo governo federal e a

---

<sup>63</sup> Proposta de retirada do poder de investigação do Ministério Público.

queda brusca na popularidade da presidente Dilma Rousseff<sup>64</sup>. O quadro abaixo mostra alguns dos resultados.



Fonte: G1 Brasil (disponível em <http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>)

Embora os efeitos dos levantes não tenham sido apenas aqueles imediatos, e justamente este trabalho discute possíveis efeitos mais duradouros, estas conquistas diretas são inegavelmente uma dimensão fundamental do ocorrido:

A mais rápida, expressiva e surpreendente vitória popular de que se tem notícia em nosso país? Quem o diz não são os manifestantes mais envolvidos, mas a própria grande imprensa, num raro e único momento de perplexidade confessa.” (Paulo Arantes in VARIOS AUTORES, 2013)

O elemento político imediato é fundamental. A resposta à queda de popularidade foi a proposição de alguns pactos pelo governo federal:

- 1º. pela responsabilidade fiscal, para garantir estabilidade da economia e o controle da inflação;
- 2º. constituinte exclusiva para a reforma política e maior combate à corrupção;

64 Em março de 2013 a aprovação chegou ao auge, em torno de 65% (datafolha) de bom ou ótimo, no início de junho era ainda de 57% e foi a 30% após os protestos, maior queda entre uma pesquisa e outra desde Collor. Cf FOLHA DE SÃO PAULO 2013b.

- 3°. Saúde: mais médicos, mais unidades e mais vagas para graduação e residência;
- 4°. mobilidade urbana e transporte: ampliar a desoneração da União para o diesel – promessa de mais de 50 bilhões em obras de mobilidade urbana;
- 5°. 100% dos royalties do petróleo e 50% dos royalties do pré-sal para a educação.

Estas propostas não tiveram efeito significativo seja na melhoria da popularidade do governo federal, seja em qualquer mudança mais expressiva nas questões envolvidas com as manifestações. De princípio, o primeiro ponto é uma reafirmação, pelas palavras-chave e prioridades que revelam, de uma política econômica ortodoxa e financista, oposta em tudo à dimensão dos investimentos públicos demandados nas ruas. Muito significativo o fato de vir em primeiro lugar. A proposta de constituinte exclusiva, convocada por plebiscito, foi logo abandonada, substituída pela de uma proposta a ser aprovada por referendo, que também não prosperou<sup>65</sup>. Sem ela, a segunda parte da proposta, de aumento do combate à corrupção, fica incompleta, contraditória e com potencial devastador e não construtivo. Isto porque o próprio sistema político/eleitoral é fonte de corrupção, assim, potencialmente, este combate deveria desestabilizar qualquer poder constituído, sem levar com isso à indicação de outra institucionalidade e cultura políticas. A forma casuística e não sistêmica, estrutural, de tratar o problema é incompleta e sujeita a todo tipo de parcialidade e arbitrariedade, além de reforçar a ênfase nos indivíduos e, pior, na avaliação moral de indivíduos ou de um ou outro partido. A contradição está em que um governo que dê condições para ampliação do combate à corrupção está ele próprio sujeito a seus efeitos, afinal a chegada ao poder e sua manutenção estão inseridos neste *modus operandi*. Os outros três pontos também não apontam para reformas estruturais e políticas públicas mais sistemáticas: são investimentos que podem diminuir, ou mesmo desaparecer facilmente.

Na visão de Iasi (2013), os pactos propostos são “patéticos” e “uma enfática afirmação que tudo deve continuar como estava”. A perspectiva do autor é a de que os levantes representam o amadurecimento de uma consciência de luta e desejo de transformações profundas, fruto das contradições da própria vida na cidade, espaço da sociabilidade capitalista. A resposta, seja do realismo da política de conciliação de classes dos governos petistas, seja da truculência da repressão de governos mais à direita, não estaria à altura do momento e das demandas: “aqueles que se apegarem às velhas formas serão enterrados com elas”.

---

65 Ainda no primeiro discurso após o anúncio do resultado das eleições de 2014 a presidente voltou a falar em reforma política, mas não houve qualquer iniciativa substancial neste sentido. A trajetória dos debates em torno da Reforma Política a partir de 2013 pode ser visto em CARTA MAIOR (2015).

O tema da crítica às velhas formas da política é muito importante na análise do processo, e também tem repercussões para a reflexão deste trabalho. Alguns dados estatísticos já dão sinais importantes. Pesquisa sobre o perfil dos manifestantes na Av. Paulista sobre as eleições presidenciais indicam que, enquanto as intenções de voto para Dilma nacionalmente eram de 49%, entre os manifestantes era de apenas 10%! A oposição tradicional (PSDB) também não tinha qualquer simpatia: 5% entre os manifestantes. O dado importante é que a segunda opção mais escolhida foi branco/nulo/nenhum, com 27% (contra 6% nacionalmente). Acima desta, com 30% (contra 8% nacionalmente) só a intenção de voto em Joaquim Barbosa (alguém de fora do sistema partidário tradicional, e que ganhou fama no processo do Mensalão como paladino contra a corrupção). E na sequência, em terceiro lugar, com 22%, as intenções em Marina Silva, também auto proclamada alternativa à oposição tradicional entre as forças políticas dominantes no país<sup>66</sup>.

O mal estar entre a juventude e as forças (e formas) políticas predominantes é apontado também por aqueles que destacam o uso de novas tecnologias de comunicação como instrumentos de outra forma de sociabilidade, de se fazer política, uma demanda por uma possibilidade de expressão e protagonismo que o sistema político em vigor não permite. Abramovay (2014:144) é mais otimista quanto ao papel das redes na politização das pessoas, e na importância político-social das manifestações virtuais. Já Sakamoto (2013) é mais ponderado, considerando que parte das massas que se somaram aos protestos veio dos chamados pelas redes sociais (e com alguns cacoetes originados ali), mas por outro lado não se trataria de um pessoal politizado (seja à direita ou à esquerda): “... um gigantesco grupo formado principalmente de jovens, precariamente informado, desaguou subitamente nas manifestações de rua, sem nenhuma formação política, mas com muita raiva e indignação” (op.cit:98)<sup>67</sup>.

De uma perspectiva mais coletiva, o Movimento Passe Livre aponta o surgimento de outras formas de organização, menos hierarquizadas, com radicalidade das ações e descentralizadas (MPL:2013), em oposição à tendência de aparelhamento pelos grupos partidarizados, que procurariam se colocar como lideranças, negociar com o poder público, desmobilizar os protestos e, em última instância, monopolizar o sentido das manifestações. A oposição entre as instâncias e os instrumentos políticos tradicionais e a radicalidade do

---

66 Dados de FOLHA DE SÃO PAULO, 2013a.

67 Iasi (2013:44) tem uma visão mais cética sobre o papel dos meios: “Aqui se localiza o atual culto fetichizado dos meios, segundo o qual a atual explosão de insatisfação popular ocorrida Brasil afora em junho de 2013 teria sido determinada pelo uso de novos meios convocativos, como as redes sociais na internet.”.

movimento denunciaria o papel de partidos considerados de esquerda, de fazerem mediações entre os extremos e assim colocarem-se como instrumentos da ordem. Os conflitos de junho, neste sentido, representariam o rompimento da ideologia como forma de acomodação à realidade desigual, à lógica do possível pela realidade existente (IASI:2013). Seria o rompimento de um “consenso” entre a “direita” e a “esquerda”:

Até o próximo round, quando outros atores finalmente entrarem em cena, saberemos se as Jornadas de Junho começaram de fato a desmanchar o consenso entre “direita” e “esquerda” acerca do modus operandi do capitalismo no Brasil. Há vinte anos o país se tornou uma tremenda fábrica de consentimento, todos empenhados em se deixar esfolar com fervor. Batemos no teto? É o que a derrapagem histórica que detonou todo o processo sugere. (Paulo Arantes in VARIOS AUTORES, 2013)

Lincoln Secco (2013) discute o problema da representatividade e considera que as estruturas partidárias tradicionais não tiveram capacidade de direcionar os movimentos de protestos massivos. Para ele a questão não se relaciona apenas ao Brasil, mas seria uma questão mais geral. Na verdade, para o autor, o fenômeno diz respeito a uma recuperação do protagonismo das cidades nos movimentos de transformação, a partir de do fim dos anos 1960:

O século XXI começou na Primavera Árabe em 2011. Depois que as cidades perderam sua condição revolucionária provisoriamente para as grandes revoluções camponesas do século XX, as revoluções urbanas voltaram à luz do dia. Na Europa, o ano de 1968 assinalou isto. Mas também a Xangai de 1967, que, esta sim, sinalizava o ingresso do Terceiro Mundo na dinâmica revolucionária do centro. Agora estamos finalmente diante de revoltas em países de industrialização periférica. Obviamente, cada uma delas é diferente entre si. As revoltas no sul da Europa, em Istambul ou no mundo árabe respondem a problemas domésticos. A pergunta a se fazer é: por que, sendo tão diferentes, guardam entre si um ar de familiaridade? São revoltas disseminadas pelas redes virtuais, nas quais as pessoas agem como singularidades, mas o conjunto é construído pela reação calculada dos donos do poder e da informação. Assim, sua potencialidade revolucionária pode ser cooptada, como foi visto anteriormente. (SECCO:2013).

A colocação das cidades como o centro dos problemas que geram os movimentos é abordada por diferentes obras<sup>68</sup>, destacando os problemas urbanísticos como moradia, privatização e supressão dos espaços e dimensão públicos, mobilidade. Para Macedo (2014), o crescimento enorme da população urbana, sem crescimento correspondente de investimentos, gera problemas de infra-estrutura, mobilidade, saneamento. Neste cenário, ganharia força o questionamento das opções e ineficiência dos gastos públicos, como no caso de grandes obras. Reys (2014) menciona a questão dos megaeventos (copa e olimpíadas), associadas à destinação de vultuosas verbas para obras com utilidade pública questionável, esquemas pouco democráticos com empresas, entidades e empresas patrocinadoras, mas também a

---

<sup>68</sup> Por exemplo GOHN (2014) e VÁRIOS AUTORES (2013).

aprovação de legislações de repressão e criminalização de movimentos sociais e manifestações políticas, em nome da segurança<sup>69</sup>. Para João Pedro Stedile (2014), a juventude<sup>70</sup> que está nas cidades teve algum acesso à educação superior, mas não a correspondente melhora em termos de emprego e renda. As cidades se transformaram num inferno pela especulação imobiliária e a falta de investimentos em transporte público, marcada pela falta de espaços de participação política protagônica para esta juventude.

De uma forma mais geral, Harvey (2014) caracteriza a demanda pelo direito à cidade, como espaço público no lugar de apropriação privada para o lucro de pouquíssimos (as cidades globais, divididas entre ilhas de riqueza e ostentação e as favelas e periferias), está na ordem do dia e marca diversos movimentos de resistência pelo mundo, abrindo a perspectiva de esta demanda por direitos ganhar contornos revolucionários.

Mas o que realmente sabemos é que a hora é agora. O sistema não está somente enfraquecido e exposto, mas também incapaz de qualquer resposta que não seja mais repressão. Por isso, nós, o povo, não temos outra opção que não seja lutar pelo direito coletivo de decidir como esse sistema será reconstruído e com que cara. O Partido de Wall Street teve seu tempo, mas facassou miseravelmente. A construção de uma alternativa por cima de suas ruínas representa tanto uma oportunidade quanto uma obrigação inevitável que nenhum de nós pode e nem deve jamais querer evitar. (HARVEY, 2014:285)

Ele escreveu este texto antes de junho de 2013, mas a análise projeta-se para o caso, e dialoga diretamente com a perspectiva de que as revoltas urbanas apontariam para limites estruturais do sistema capitalista, ou seja, que a luta pela cidade seria uma dimensão fundamental da luta contra o capital (e portanto da própria luta de classes), mesmo que ela não enfatize demandas trabalhistas ou conflitos diretamente manifestos nas relações de produção (HARVEY, op.cit.: 216-226).

Leituras como de Secco e Harvey destacam a possibilidade de se analisar em conjunto os levantes de diferentes países neste começo de século XXI. Para SORJ (2014), por outro lado, os protestos no Brasil se diferenciariam daqueles de outros países por um motivo fundamental: não teriam uma bandeira central, mas sim diversas demandas de natureza distinta e em alguns casos até contraditórias. Ele chama a atenção para o fato de os protagonistas comporem um setor endividado (pelo aumento das políticas de crédito), sem o

---

69 O tema da segurança, da repressão e criminalização dos movimentos sociais também é destacada por Kahn (2014) e SOUTO MAIOR (2013).

70 A maior parte das análises destaca o fato de os manifestantes serem fundamentalmente jovens. Pesquisa divulgada pela Folha de São Paulo (FOLHA DE SÃO PAULO: 2013a) mostra que 51% tinham até 25 anos, e 82% menos de 35 anos. Apenas 5% tinham mais do que 50 anos. Schimitt (2014) acrescenta um argumento “demográfico”: com o envelhecimento da população, a juventude estaria perdendo importância quantitativa. Nos protestos esta juventude teria sido capaz de “compensar suas perdas demográficas quantitativas com inegáveis ganhos qualitativos e simbólicos” (op. cit: 152).

benefício de políticas de transferência de recursos, alta carga tributária sem benefícios com os gastos públicos. Apesar de notar a semelhança dos fenômenos<sup>71</sup>, e assentir que possam ter tido influências entre si (SORJ, 2014:87), ele dá maior ênfase às especificidades de cada caso, sem muita aposta numa explicação mais estrutural:

Alguns comentaristas procuram relacionar o acontecido no Brasil e em outros lugares a uma crise de modelo civilizatório, à impossibilidade de manter uma cultura consumista que alimenta uma insatisfação impossível de ser saciada, além de destruir o ambiente. Esse diagnóstico pode ser verdadeiro como ‘pano de fundo último’ do mal-estar que atravessam as sociedades capitalistas contemporâneas. Porém, como explicação é insuficiente para compreender os motivos e as demandas pelos quais os manifestantes foram às ruas em cada contexto concreto: menos desigualdade, nos Estados Unidos; por emprego e contra os despejos, na Espanha; pelo ensino gratuito, no Chile; contra a corrupção, no Brasil; contra a investida islamizante do governo, na Turquia; por justiça social, em Israel; ou pela derrubada de regimes autoritários, no Oriente Médio (...) Dadas as diferenças de contexto e motivação, as conseqüências das manifestações no Brasil e no mundo não são facilmente comparáveis, em especial quando nos encontramos no interior de um ciclo que não acabou.. (Op.Cit: 96)

Maria da Gloria Gohn (2014) concorda que cada movimento, em cada país, tenha suas especificidades, e que não possuem uma bandeira em comum. Mas eles teriam alguns elementos comuns, como a faixa etária (são movimentos da juventude), a forma de comunicação, que se apropria das novas tecnologias, e a ocupação das praças e espaços públicos tidos como espaços do capital. Para ela, os efeitos de todos são muito significativos: uma mudança nas pautas e discursos. E recorre à análise de Castells, segundo o qual estes diferentes movimentos, com diferentes bandeiras, constituiriam um mesmo movimento global e coletivo, de caráter mais social do que político, e que estariam na base de mudanças profundas, por realizarem mudanças culturais, base para a transformação de poder<sup>72</sup>.

Independente das diferenças de abordagens, o fato de se olharem os levantes do Brasil de 2013 como tendo similaridades com outros de diferentes lugares já traz uma dimensão (de interrogação) estrutural: por que acontecem movimentos com características comuns em lugares e realidades tão diferentes? Quais elementos aparecem em cada um deles como indicadores de fenômenos não apenas locais ou nacionais? Em que medida dimensões estruturais/ sistêmicas podem ser úteis para compreendê-los?

## **2. Apontamentos de Immanuel Wallerstein**

---

71 Ele menciona Chile, Turquia, Israel, Estados Unidos, Oriente Médio e Europa.

72 Esta noção de mudanças culturais como base para transformação do poder, apesar de colocada em outra chave analítica, por Castells, dialoga diretamente com a perspectiva de Wallerstein discutida neste trabalho.

O próprio Wallerstein (2013) já colocou a leitura dos levantes de junho de 2013 no Brasil ao lado de outros como os da Primavera Árabe, Turquia e Bulgária, como expressões de um período de transição sistêmica que teria se iniciado em 1968. Ele reconhece que cada um tem suas particularidades, ligadas à correlação de forças em cada país, mas destaca os aspectos comuns que devem ser olhados “se quisermos dar sentido ao que está acontecendo...”. Ou seja, para Wallerstein, o sentido destes levantes está em seus aspectos comuns, e não em suas diferenças. As características comuns seriam:

- 1) O fato de as manifestações começarem pequenas e se tornarem massivas. Não só o governo, mas o Estado passa a ser questionado. Em geral estes levantes começam à esquerda. Os governos em geral respondem com repressão ou algumas concessões. Ambas são improdutivas – a repressão traz mais gente às ruas e as concessões motivam o aumento das demandas. Mas ele destaca que em geral os governos optam mais pela repressão do que pela concessão.
- 2) Os levantes não se estendem muito no tempo. Por vários fatores, eles acabam refluindo, diminuindo de intensidade, o que não significa, para Wallerstein, uma derrota do movimento.
- 3) Apesar de refluírem, os levantes deixam um legado. Trazem questões à importantes à agenda pública, estimulam o sentimento de inconformismo e ceticismo com a verborragia dos governantes
- 4) As pessoas que aderem ao movimento, em especial os que o fazem mais tarde, não necessariamente o fazem pelos motivos iniciais, mas os pervertem, trazendo um sentido conservador e à direita. Também criticam o governo, mas não por terem posições democráticas ou de respeito aos direitos humanos
- 5) Os levantes estão inseridos nas disputas geopolíticas globais. Assim, as grandes potências intervêm apoiando grupos e bandeiras associados a seus interesses contra grupos e governos que possam contrariá-los. Por isso é indispensável esclarecer que papel aquele processo tem no sistema mundo como um todo.

Apesar de vários autores, como visto, apontarem as semelhanças entre as manifestações no Brasil e em outros lugares, Wallerstein coloca este aspecto como central, e não apenas mais uma perspectiva de abordagem dos fenômenos. Ou seja, para se compreender junho de 2013 não é apenas interessante comparar com outros processos, mas sim a chave explicativa principal. Os pontos em comum remeteriam ao sentido do todo: um processo de

crise sistêmica iniciado em 1968. Aliás, ao se referir a 1968 (e também 1848), Wallerstein tem uma leitura bastante parecida do formato e desenvolvimento deste tipo de irrupção:

A revolução de 1968, assim como a de 1848, deve ser analisada em duas etapas: os acontecimentos imediatos e as conseqüências, e os efeitos de longo prazo. (...) Inflamou-se muito rapidamente (e, é claro, de uma forma mais global que em 1848), e queimou-se quase com a mesma velocidade. Mas, no longo prazo, seus efeitos abalaram o sistema. (WALLERSTEIN, 1998: 43)

Para ele, este tipo de levante teria esta estrutura comum de surgirem rapidamente, de uma forma muito incisiva, e reflúem também em curto período de tempo, mas gerando efeitos estruturais, para além das conseqüências mais imediatas e locais.

No entanto, esta vinculação entre os levantes do século XXI (em especial o de junho de 2013, que é o objeto deste trabalho) e a transição estrutural não é desenvolvida pelo próprio autor, que só a menciona. Em outras palavras, ao comentar sobre as manifestações, ele não explica pela sua teoria os movimentos, como os postulados teóricos podem ser úteis para se compreender tanto os pontos em comum entre os processos, como também aspectos que são apontados pelos estudos de um só caso, como, por exemplo, a radicalidade, a descrença nas instituições e crítica aos padrões político- partidários, os limites das reformas propostas, a busca de novas formas de organização, o aumento da repressão, o aparecimento de um conservadorismo mais radical e explícito etc.

Nos pontos de 1 a 4 mencionados acima, por exemplo, não aparece qualquer referência à estrutura do sistema-mundo ou a qualquer de seus desdobramentos conceituais. O último ponto, sobre as disputas geopolíticas globais, está mais explicitamente referido à perspectiva mundial sistêmica, mas ainda assim não há um desenvolvimento sobre como estas disputas aparecem num momento de transição e se manifestam especificamente como respostas a estes levantes. No caso das manifestações de junho de 2013 este desenvolvimento seria importante, embora difícil, pois não está clara a relação das grandes potências com os protestos, até porque os próprios movimentos tiveram um perfil bastante heterogêneo. De que forma específica os grupos ou governos poderiam contrariar interesses das grandes potências em 2013 que justificariam um apoio aos protestos em massa? Como concretamente teria se dado este apoio?<sup>73</sup> Que papel teria junho de 2013 no sistema mundo como um todo? Isto não está

---

73 A constatação de que a partir de um determinado momento a grande mídia (particularmente a Rede Globo) mudou radicalmente de posição, deixando de denegrir e passando a exaltar e incentivar os protestos, num intuito claro de desestabilização do governo federal, não resolve o problema. Isto não enquadra os protestos automaticamente como tendo um papel no sistema mundo nem nas disputas geopolíticas globais. No caso da Primavera Árabe, por exemplo, talvez esta conexão com os interesses das grandes potências seja menos difícil de se estabelecer, embora ainda assim precisaria de uma explicação consistente. Moniz Bandeira (2013, 2016) tem pesquisado o papel dos EUA nestes processos, mas não há nada conclusivo sobre os levantes de 2013 no Brasil.

de forma nenhuma esclarecido, e mesmo o papel concreto dos EUA no processo precisa ser melhor compreendido<sup>74</sup>. Sem explicações mais específicas e desenvolvidas, pode parecer que os casos sejam apenas exemplos da tese geral da transição estrutural, qualquer processo podendo ser colocado nesta condição.

Como já dito acima, os apontamentos em geral do autor sobre junho de 2013 não foram desenvolvidos, de forma a conectar sua teoria e conceitos à explicação específica deste processo. O que esta reflexão pretende é justamente buscar elementos que possam contribuir com esta vinculação entre a perspectiva mundial sistêmica do autor e a compreensão dos levantes de junho de 2013 no Brasil. O elemento explicativo central, da perspectiva dos sistemas mundo, é a decadência do liberalismo como visão de mundo hegemônica, e o consequente reasenso de posições políticas mais extremadas, o que estaria ligado a um limite econômico do desenvolvimento do sistema.

### **3. Ascensão e queda da hegemonia do liberalismo**

#### As três bases do Moderno Sistema-Mundo Capitalista

Se Wallerstein situa os protestos de junho de 2013 num contexto de transição estrutural, é preciso resgatar as características desta estrutura, para então entender o que estaria mudando e como manifestações como a do Brasil poderiam ser parte deste processo mais amplo. Para o autor (2005), o moderno-sistema mundo tem três pilares: a sua espinha dorsal, que é a economia-mundo capitalista; o sistema interestatal; e a geocultura liberal. De forma bastante sintética, é importante definir cada um deles para refazer a estrutura teórica a ser utilizada para a explicação dos levantes de junho de 2013.

O primeiro aspecto, a economia- mundo capitalista, estrutura-se a partir do século XVI, e significa que há uma grande zona geográfica em que existe uma divisão do trabalho, e um significativo fluxo de bens, capital e trabalho. Ela é capitalista pelo fato de ter como prioridade a acumulação incessante de capital. Esta busca incessante de acumulação de capital se dá em função justamente da divisão do trabalho (consolidada com a expansão geográfica), e é fundada em oposições entre valores defendidos e a realidade do funcionamento do

---

74 Inclusive porque parte dos protestos se volta, como visto, às grandes obras voltadas aos mega eventos (copa do mundo e olimpíadas), os privilégios de importantes empresas e marcas internacionais nestes contratos, a repressão policial e, na sequência, a aprovação de lei que de combate ao crime organizado, que faz referência ao terrorismo. Todos estes aspectos indicam uma colaboração e não uma oposição entre os governos brasileiro e norte americano.

sistema. Basicamente, o sistema elege a livre concorrência como valor fundamental, mas o lucro e a acumulação de capital se dão por meio da busca pelos monopólios, nunca completamente realizada. Portanto, o sistema expande-se com a formação dos quase-monopólios, e contrai-se quando a competitividade aumenta. Esta movimento dá origem aos ciclos descritos por Kondratieff de expansão (fase A) e contração (fase B), que duram entre 50 e 70 anos cada, a depender das políticas adotadas por cada Estado para evitar as fases B. Wallerstein considera os quase- monopólios praticamente suicidas, e em sua atuação causam sempre danos cada vez maiores aos sistemas produtivos e à sociedade em geral. Uma parte importante deste processo de busca incessante de acumulação é a necessidade de trabalhadores com salários e direitos menores em algumas regiões do sistema- mundo, que permitam algum aumento de salários nos países centrais (para retomar a demanda) sem prejudicar completamente a lucratividade. Aí aparece a outra oposição, entre o valor do universalismo, e a realidade da exclusão, fundada em normas anti-universalistas, como o sexismo, o racismo, a xenofobia, o colonialismo etc. A binômio divisão do trabalho e anti-universalismo é fundamental para o sistema-mundo capitalista.

O segundo pilar, estruturado a partir do século XVII, seria o sistema de Estados relativamente autônomos, reivindicado soberania, e buscando aumentar seu poder por meio da burocracia pública (civil e militar). É fundamental destacar a relação entre os Estados e as empresas. Aquele exerce autoridade sobre 7 áreas de interesse destas: regras sobre intercâmbios de mercadorias, capital e trabalho e em que condições podem cruzar suas fronteiras; direito de propriedade intelectual; regras trabalhistas; impostos; custos que as empresas devem assumir; quais setores podem ser monopolizados, e por quanto tempo; atuar internacionalmente para proteger as empresas. Portanto, os Estados (e o sistema de Estados) são fundamentais para a acumulação de capital. Segundo Wallerstein, o lucro quase nunca diz respeito apenas à eficiência, mas também, especialmente, com a assistência estatal. Desta relação entre os Estados e as empresas surge a competição e a hierarquização entre os mesmos, de forma que sempre há algum ocupando o papel hegemônico, outros uma posição periférica, e outros ainda uma semiperiferia do sistema. Esta divisão estrutural também é fundamental para a acumulação de capital. E surgem daí os ciclos hegemônicos, com a sucessão de Estados a ocupar o papel central e principal.

O terceiro pilar do Moderno Sistema-Mundo, que ele chama de geocultura<sup>75</sup> liberal, consolidou-se no século XIX, a partir de 1848. Seria uma perspectiva de centro, como resposta aos extremos do conservadorismo e do radicalismo. O conservadorismo seria contrário à proclamação de igualdade da Revolução Francesa, postulando diferenças essenciais entre os indivíduos e daí a manutenção de privilégios. O radicalismo, por sua vez, seria a reivindicação de direitos efetivos, de uma democracia realmente popular, para além da igualdade formal. O liberalismo caracterizaria-se pela noção da modernização racional conduzida pelo Estado, da normalidade (e deseabilidade) da mudança gradual, da soberania popular e do voto, de algumas concessões em termos de direitos (como o Estado de Bem Estar) e, no plano internacional, autodeterminação, soberania e desenvolvimento. O embate entre o liberalismo e a democracia se deveria ao fato de, por um lado, “na medida em que o liberalismo é a defesa do governo racional, baseado no julgamento informado dos mais competentes, a igualdade se lhe apresenta como um conceito nivelador, antiintelectual e inevitavelmente extremista” e, por outro, “a democracia implica precisamente desconfiar dos especialistas, dos competentes – de sua objetividade, de seu desinteresse, de sua virtude cívica”. (WALLERSTEIN, 2002b:132)

Em poucas palavras, o liberalismo seria um conjunto de promessas (contrárias em princípio à visão de mundo conservadora - desigualdade, e contrárias de fato à demandas dos radicais - igualdade). Seu predomínio, a partir da repressão rápida e violenta das revoluções dos trabalhadores e das nacionalistas de 1848, significa que os conservadores teriam aberto mão da manutenção das coisas como eram, e os radicais teriam acreditado nas promessas do liberalismo. Em suma, para o autor as três ideologias teriam convergido para a centralidade do Estado, e seu fortalecimento<sup>76</sup>. E o Estado é a materialização da perspectiva liberal: mudança conduzida por “especialistas”, de forma “racional” (amparada por burocracias), soberania popular, mas representativa. Mas, principalmente, internamente a idéia de cidadania é contrária aos desejos de diferenciação dos conservadores, e ao mesmo tempo amparada na exclusão dos não cidadãos (contra os planos de igualdade dos radicais). Internacionalmente, significaria a crença na autodeterminação dos povos e no desenvolvimento. Na prática o Estado estaria fundado na exclusão de grupos internos e de estrangeiros.

---

<sup>75</sup> Importante destacar que, para Wallerstein (2000b:272), a palavra cultura é usada como o sistema de idéias da economia mundo capitalista, voltado para lidar com suas contradições, justificar suas inequidades e mantê-las num mundo em permanente mudança.

<sup>76</sup> Cf Wallerstein (2002:107-108).

Estes três pilares do Moderno Sistema-Mundo teriam funcionado muito bem entre 1848 e 1968. Para o autor, o liberalismo teria sido bem sucedido principalmente porque o socialismo (ou radicalismo) teria aberto mão das mudanças radicais, e assim, se tornado a fonte principal de sustentação do sistema, ao representar a esperança das massas excluídas de que poderia haver reformas que as contemplassem, e sempre contidas pela estratégia dos dois passos: chegar ao poder do Estado, para depois mudar o mundo. Mas

Um dia, ficaria inevitavelmente claro que a metade do bolo jamais se tornaria o bolo inteiro, pois se as forças populares recebessem o bolo inteiro, o capitalismo não poderia mais existir. E, neste dia, a Velha Esquerda, os avatares radicais/socialistas do liberalismo, perderiam inevitavelmente sua credibilidade. (WALLERSTEIN 2002b:75)

No princípio do Século XX, a Revolução Russa teria revitalizado a perspectiva radical, mas não demorou a passar por um processo de desradicalização, a partir da perspectiva da revolução num só país e da adaptação à competitividade econômica e por poder, que é a lógica de comportamento no sistema internacional<sup>77</sup>. No plano internacional, a versão do voto popular e do Estado de Bem Estar Social seriam os equivalentes aos princípios da autodeterminação dos povos e do desenvolvimento.

O auge deste sistema teriam sido os 25 anos após a Segunda Guerra Mundial, quando há as experiências do Estado de Bem Estar Social, a descolonização, com a crença na possibilidade de desenvolvimento, uma enorme expansão econômica (“a fase A mais espetacular da história da economia mundo capitalista”), e a chegada ao poder de vários partidos ou movimentos de esquerda, nacionalistas ou populistas.

#### A crise a partir do fim dos anos 1960 e suas consequências

Entre 1967 e 1973, a Economia-Mundo teria entrado em uma fase B, de retração econômica, e ela foi acompanhada por abalos nos dois outros pilares do Sistema: uma crise de hegemonia dos EUA e, principalmente, uma Revolução (1968)<sup>78</sup> que destronaria o predomínio tranquilo da geocultura liberal: “o liberalismo não desapareceu em 1968, mas perdeu, isso sim, seu papel de ideologia definidora da geocultura” (WALLERSTEIN, 2002a:145)

O centro da revolução de 1968 teria sido a crítica do sistema mundo dominado pelos EUA, mas em conluio com seu “oponente retórico”, a URSS, e crítica da perda do caráter transgressor da Velha Esquerda. A revolução teve efeitos duradouros, o principal deles sendo

---

77 Cf Wallerstein (2002: 110-11).

78 Cf Wallerstein (2000: 355-375).

“a destruição do consenso liberal e a libertação tanto dos conservadores como dos radicais do canto da sereia do liberalismo” (WALLERSTEIN, 2002b:76). Na sua leitura, teríamos voltado ao cenário de 1815-1848, com a disputa entre as três ideologias. O conservadorismo apareceria “... frequentemente sob o falso nome de neoliberalismo. E se mostrou tão forte que, longe de mostrar-se hoje como um avatar do liberalismo, é o liberalismo que começa a se apresentar como um avatar do conservadorismo.” (id.ibidem). O radicalismo/socialismo tentou se renovar com diferentes tipos de maoísmo do começo dos anos 1970, e os movimentos da “Nova Esquerda” (Verdes, movimentos de identidade, feminismo radical, e outros). O colapso dos comunismos da Europa oriental e da URSS teria sido o último suspiro do falso radicalismo. No entanto, notar que, diferente do conservadorismo, o autor não aponta o surgimento de um novo e verdadeiro radicalismo, sistemático, contundente, com um programa claro. Então, o cenário que se desenha é sombrio no sentido de que a extrema direita tem tido mais avanços e clarezas do que a extrema esquerda. De qualquer forma, o mais importante aqui é a consequência do ressurgimento dos extremos a partir de 1968, seja à direita, seja à esquerda.

O autor (2002b: 77-78) sintetiza as consequências políticas das dificuldades da economia mundial deste período em dois pontos :

- 1) Descrédito da velha esquerda, dos antigos movimentos anti-sistêmicos: movimentos de libertação nacional do mundo ex-colonial, movimentos populistas da América Latina, partidos comunistas da Europa (ocidental e oriental) e dos movimentos sociais democratas/trabalhistas da Europa Ocidental e da América do Norte. A maioria deles achou que, para sobreviver eleitoralmente, teriam que se tornar mais centristas – com isso o apoio de massas declinaria consideravelmente.
- 2) As populações voltaram-se contra o Estado, incentivadas pela direita em ascensão, mas não quer dizer que comungam com o projeto conservador, e sim que descreditaram na melhoria via reformas conduzidas pelo Estado. “A atitude anti-Estado se reflete não apenas na rejeição do papel do Estado na redistribuição econômica, mas também numa visão negativa geral dos níveis de tributação e da eficácia e motivação das forças de segurança do Estado. Reflete-se igualmente numa detração ativa renovada dos especialistas/peritos que por tão longo tempo foram os intermediários da reforma liberal. Expressa-se num desprezo abertamente crescente pelos procedimentos legais e, sem dúvida, na criminalidade como forma de protesto.” E a questão seria cumulativa, porque as pessoas passariam a incentivar segurança privada (e poderíamos falar em outros serviços, como o de

saúde), ficariam mais reticentes a pagar os impostos, e o Estado se enfraqueceria ainda mais e teria mais dificuldade de cumprir suas funções.

Este cenário político de descrença no Estado e nas tradicionais organizações e movimentos da esquerda seria ainda mais grave pelo fato de a fase B que se inicia nos anos 1970 seguir a fase A mais pujante da história do sistema, de forma que a decepção e as demandas seriam muito maiores.

(...) o que essa fase B de Kondratieff deixou claro foram os limites dentro dos quais o chamado desenvolvimento econômico das nações subdesenvolvidas pode ocorrer. A industrialização, mesmo quando possível, não era um remédio per se. Pois a maior parte da industrialização das zonas periféricas e semiperiféricas foi uma industrialização de segunda mão, deslocamento de atividades que não podiam ser mais monopolizadas e por isso não tinham mais a capacidade de gerar as taxas de lucro muito altas da antiga zona central nos países receptores. (op. Cit: 76,77)

Ao falar dos limites do desenvolvimento, Wallerstein equivocou-se ao tratar do “dependentismo marxista”. Para o autor, este seria um contraponto à teoria da modernização assim como a teoria leninista seria ao wilsonismo<sup>79</sup>, ou seja, contrapontos não contraditórios: “Mais uma vez, ambos os conjuntos de teorias envolviam recomendações específicas sobre políticas públicas, embora na prática estas tenham sido diametralmente opostas. Os dois grupos de assessores profissionais confiavam em que, se os governos implementassem suas recomendações, o desenvolvimento nacional viria mesmo e os respectivos países conseguiriam superar o atraso.” (WALLERSTEIN, 2002a: 123, 124). Nada pode ser mais distante dos postulados da teoria marxista da dependência, inclusive tratá-los como assessores profissionais que recomendam políticas públicas capazes de levar ao desenvolvimento. Talvez o autor esteja se referindo à obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, e ainda assim ela não se resume a isso. Este tipo de simplificação enfraquece muito a argumentação, pois parece forçar a barra para sustentar a tese de que a visão liberal/ centrista seria hegemônica até o fim dos anos 1960, e assim não haveria contestação à crença no desenvolvimento. Qualquer contato mínimo, por exemplo, com a obra de Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos ou Vânia Bambirra (estes sim situados na perspectiva marxista da dependência) seria suficiente para notar que não havia qualquer crença no desenvolvimento (como resultado de políticas públicas específicas).

A questão aqui está em saber o quão fundamentais são estas distorções para a tese central do autor. Ou seja, se é possível descartar estas simplificações (no mínimo imprecisas)

---

79 A propósito, a própria simplificação dos conflitos ideológicos entre liberais, socialistas e conservadores no Século XX como “pseudo batalhas”, “oposição retórica”, ou o socialismo como “avatar do liberalismo” são alvo de crítica às teses do autor (Fiori, 2002)

e manter a estrutura explicativa. Com relação ao ponto específico dos limites ao desenvolvimento, por exemplo, não é apenas sua teoria que aponta para isto. A própria teoria da dependência, em suas várias versões, discute o tema. Mais adiante, Arrighi (1997) e Kurz (1992)<sup>80</sup> também endossam esta perspectiva. E o ponto importante é que estes limites do crescimento econômico estariam associados a uma demanda que não cessaria, pelo contrário, só aumentaria. E isto se refletiria num contexto bastante explosivo após 1989, com alguns parâmetros dentro dos quais as decisões políticas são tomadas:

(...) o primeiro é a desilusão profunda, mundial, com a Velha Esquerda histórica, na qual incluo não só os partidos comunistas, mas os partidos social-democratas e os movimentos de libertação nacional. O segundo é a ofensiva maciça para desregular as restrições ao movimento de capital e mercadorias e dismantelar simultaneamente o Estado de Bem-Estar Social. Esta ofensiva é às vezes chamada de 'neoliberalismo'. O terceiro é a polarização econômica, social e demográfica constantemente crescente do sistema-mundo, a qual a ofensiva liberal promete alimentar ainda mais. O quarto elemento é o fato de que, apesar ou por causa de tudo isso, a exigência de democracia – de democracia, não de liberalismo- está mais forte do que sempre foi em todos os tempos na história do sistema-mundo moderno. (...) O aspecto quiçá mais importante é que a força do sentimento democrático nunca foi tão grande (...) Esta força pode ser observada em três reivindicações específicas, cuja operação pode-se ver em todo o mundo: mais verbas para a educação, mais assistência de saúde, piso de renda mínima mais elevado. Ademais, o patamar mínimo aceitável veio aumentando constantemente, sem nunca diminuir ou recuar. Isto, é claro, está em choque profundo e frontal contra a política de dismantelamento do Estado de Bem-estar Social, e radicaliza consequentemente o potencial de conflito social agudo- por um lado, sob a forma de uma mobilização operária relativamente espontânea (ocorreu na França, por exemplo<sup>81</sup>) ou, por outro lado, e mais violentamente, sob a forma de rebeliões civis (como aconteceu na Albânia...). (WALLERSTEIN, 2002b: 134, 135)

Por isso a tendência de conflitos, sejam internos, sejam globalmente entre o norte e o sul. Neste sentido, os levantes como os do início do século XXI seriam expressão desta combinação entre desilusão com as promessas de inclusão e ascensão social, e limites econômicos a satisfazer as demandas e políticas conservadoras, que conjugam arrocho econômico (e concentração dos ganhos nas finanças) e repressão.

Do ponto de vista geopolítico, a crise do poder norte americano não se caracterizaria por uma simples substituição do Estado hegemônico por outro (ou seja, pela passagem de um ciclo hegemônico para outro dentro do mesmo Sistema-Mundo). As respostas norte americanas à crise (violência, racismo, guerra, retirada de direitos individuais e flexibilização do estado de direito, intervencionismo, agressividade na competição econômica) apenas

---

80 Por vias e fundamentos distintos, a tese de Kurz converge com a de Wallerstein de que o colapso da URSS não significaria a vitória, mas sim a crise e início da derrocada do sistema capitalista.

81 O artigo originalmente é de 1997.

agravariam o processo de débâcle, sem que outra potência apresente-se como apta a substituí-lo como fiadora da ordem internacional (cf WALLERSTEIN, 2004)<sup>82</sup>.

Do ponto de vista econômico, a questão crucial é o fato de, para o autor, haver limites para uma recuperação econômica global substancial. Isto se deveria a diversos motivos

- 1) Um sistema de competitividade mais visceral (portanto mais difícil de se consolidarem os quase-monopólios fundamentais à acumulação de capital). Para ele, inclusive, a Guerra Fria não seria neste sentido um sistema realmente bipolar, mas sim o que se seguiria a ela, com um conflito menos político, mas mais acirrado economicamente.
- 2) Em termos de investimento, com a contração da fase B, sobrarão muito menos para o resto do mundo (ele apostava, em 1995, na concentração dos investimentos na Rússia e China). Com relação ao Sul global, pode ser que o processo de desenvolvimento continue numa nova fase A, mas as demandas econômicas aumentarão.
- 3) Brecha demográfica (entre o Norte e o Sul) e pressão migratória (do Sul para o Norte), o que gerará enormes conflitos.
- 4) Revolta das classes médias que se beneficiaram e sofrerão com o arrocho necessário para a competitividade (o autor refere-se aos países centrais, mas poderíamos estender o argumento para os periféricos).
- 5) Restrições ecológicas, que significam diminuição das possibilidades de externalização de custos e diminuição da base ecológica para a expansão econômica.
- 6) A possibilidade de o fim da fase B se dar por um colapso deflacionário.
- 7) Dificuldade de expansão real e efetiva da demanda.
- 8) Necessidade de um investimento produtivo considerável, a ser alocado desproporcionalmente no Norte e aumentando a marginalização do Sul.
- 9) Desruralização do mundo, o que “eliminou virtualmente o mecanismo compensatório tradicional de abrir novas zonas de produção primária, e

---

82 A tese da decadência do poder norte americano é outra das críticas feitas por Fiori (2002): “(...) Wallerstein resiste a ver o que hoje é um consenso: a partir da década de 1980, os Estados Unidos recuperaram a vanguarda tecnológica em quase todos os setores decisivos da economia, e não apenas no campo estratégico-militar, impondo ao mesmo tempo o dólar como a moeda de um novo sistema monetário internacional, sem base metálica ou padrão de referência que não seja o próprio poder americano”. Este debate tem atualizações a partir da crise do fim dos anos 2000, mas não será feito aqui, pois para este trabalho esta questão não é central. O que é mais importante é pensar porque a estrutura do sistema mundo, para Wallerstein, levaria a uma conflituosidade social maior, e potencialmente massiva e radical.

portanto o custo mundial da mão-de-obra vai aumentar em detrimento da acumulação de capital”.

- 10) Aumento da demanda popular por serviços estatais, apesar da “virada anti-Estado”, principalmente em função do aumento da classe média no Sul, com um custo altíssimo para garantir o nível de consumo
- 11) Sul se tornará mais turbulento e aumentará o nível de desordem global.
- 12) Colapso da Velha Esquerda acaba com as forças de moderação mais efetivas das forças desintegradoras do sistema.<sup>83</sup>

Todos estes elementos se combinariam para dificultar uma nova fase de expansão econômica global. Por isso, para Wallerstein, a “prolongada” fase B iniciada em 1967/1973 ainda não teria terminado<sup>84</sup>:

The world-economy entered into a long stagnation over the next thirty to forty inglorious years (1970s-2012+). This period was marked by growing indebtedness (of more or less everyone), growing unemployment worldwide, and growing retreat for many, perhaps most, investors from the stock market to the safety of the bond markets, most notably to U.S. Treasury Bonds. (WALLERSTEIN, 2012)

O ponto central, para o autor, não é a reivindicação de investimentos e serviços públicos, mas sim a incapacidade de o Estado corresponder a estas demandas. Para ele, então, neste período de crise, o Estado não seria o principal veículo de ação, mas sim um obstáculo. Fiori<sup>85</sup> critica esta perspectiva:

Não fica muito claro nesta estratégia defendida por Wallerstein, o que as forças anti-sistêmicas ou de esquerda deveriam fazer durante os próximos 50 anos de ‘transição’, com relação às necessidades materiais dos ‘condenados da terra’ que forem incapazes de se globalizar, ficando ‘recluídos’ dentro dos atuais Estados nacionais. (...) Ou seja, as redes de dominação imperial e das altas finanças se globalizam, mas os espaços de luta dos trabalhadores, pobres e excluídos segue delimitado pelas fronteiras dos estados nacionais. As ‘causas’ são internacionalistas, mas as lutas e conquistas fundamentais se dão território por território, estado por estado, onde os pobres da terra são ‘estocados’, e onde se geram e acumulam os recursos capazes de alterar a distribuição desigual da riqueza e do poder entre os grupos sociais. (FIORI, 2002)

Esta sim é uma controvérsia central para a discussão deste trabalho: se a direção dos movimentos anti-sistêmicos deve ser pelo fortalecimento dos Estados ou para sua

---

83 Cf WALLERSTEIN (2002a:41-49, 2002b: 80-81).

84 A delimitação dos ciclos é outra das polêmicas teóricas. Carlos Eduardo Martins (em comentários à apresentação oral deste texto), por exemplo, considera que teria havido uma fase A mais curta, na primeira década.

85 Carlos Eduardo Martins apresentou, no comentário a este trabalho, crítica semelhante. Para ele, inclusive, os protestos de junho de 2013 refletiam a demanda por mais Estado. Na verdade, este ponto específico não é inteiramente contraditório com a perspectiva de Wallerstein, pois a demanda é por mais políticas públicas e direitos. O problema seria a incapacidade de o Estado as prover.

transgressão. Isto se reflete também na própria questão organizacional (e que aparece nos levantes de 2013, como visto inicialmente). Para Wallerstein,

a esquerda mundial acreditou nos últimos duzentos anos que isto significa ação altamente coordenada, de preferência dentro de uma única estrutura hierárquica, acreditando ser essa a forma de ação mais eficaz, talvez a única. Penso que essa premissa já provou estar errada. (WALLERSTEIN, 2004:246).

O autor não nega, por exemplo, a importância circunstancial das eleições e da necessidade de se escolherem pragmaticamente as opções menos piores. No entanto, isto não deveria ser o centro das ações ou preocupações da esquerda. E, após as eleições, entendidas como momento defensivo, deve-se partir para uma ofensiva em termos de demandas sobre os governos eleitos, por mais saúde, educação, renda. Aliás, para o autor,

Os movimentos populares não devem poupar destas exigências os governos de esquerda que elegeram. Só porque um governo é mais favorável do que um governo declaradamente de direita, isso não significa que devemos nos conter. Pressionar os governos mais favoráveis empurra as forças da oposição de direita para o centro-esquerda. Não pressioná-los empurra os governos de centro-esquerda para o centro- direita. (op. cit: 261)

Em síntese, esta demanda se daria num contexto de alta competitividade (e portanto tendência a limites na lucratividade), aumento de custos, arrocho, financeirização. Por isso, o reascenso dos extremos seria uma consequência não apenas de uma fase B (de contração), mas sim do esgotamento das possibilidades de uma fase A que recupere a expansão e cumpra as promessas e satisfaça as demandas. Mas o problema central não é meramente econômico. “A diferença nos próximos 25 a cinquenta anos não estará tanto no funcionamento do mercado mundial, e sim no funcionamento das estruturas políticas e culturais”. (WALLERSTEIN, 2002a: 269)

Esta é uma chave interessante para se pensar a retomada das ruas no Brasil a partir de 2013, com alto grau de crítica à ordem vigente, e inclusive manifestações incisivas à direita e à esquerda. Evidentemente, a perspectiva teórica apresentada acima não explica todos os elementos dos protestos de junho, mas traz alguns elementos interessantes para conectá-los a uma leitura estrutural-sistêmica. Claro também que algumas controvérsias, imprecisões e lacunas precisam ainda ser preenchidas, mas o esforço aqui foi contribuir para o início deste debate, não sua conclusão.

### **Considerações finais**

Da perspectiva dos sistemas-mundo, o radicalismo dos levantes de junho não se deveria à ação dos Black Blocks, embora fosse um de seus elementos. Mas o ponto principal

seria sem dúvida a crítica à ineficiência do Estado, aos partidos e às organizações políticas. Ou melhor, a descrença nestas instituições e em sua capacidade de canalizar e viabilizar as demandas. Os entraves a um projeto de desenvolvimento, (conduzido pelo Estado, como capacidade de prover a população com direitos básicos, bem como um crescimento econômico sustentável), embora não apareçam como formulação consciente, também aparecem nas insatisfações. Por outro lado, aparece nas manifestações o oposto ao radicalismo, e também concorrente com o liberalismo: o conservadorismo. Este vai agregar à crítica ao Estado (expressa na forma de crítica à “política”, ao tributos, à ineficiência), bandeiras regressivas quanto aos direitos e liberdades civis: volta da ditadura, contra a liberdade sexual (e a tolerância à diversidade), contra o “vandalismo” das manifestações políticas, pelo aumento da repressão, contra os pobres, e reacendendo um patriotismo autoritário e com traços xenófobos. A resposta do centro, capitaneada pelo próprio governo federal, foi acenar com a reforma política e algumas outras medidas capazes de indicar algumas possibilidades de atendimento das demandas. Esta mesmo se mostrou completamente inviável, e a política econômica caminhou no sentido contrário ao aumento de investimento público e gastos sociais.

O grande problema é que, se as manifestações apontaram o renascimento do radicalismo, delas não saiu um programa à esquerda, mas sim à direita. Além dos partidos, a direita tem diversos e muito eficazes meios de organização, como os meios de comunicação, só para ficar num exemplo evidente. A rigor, inclusive, os movimentos não podem ser chamados de anti-sistêmicos. Talvez, pelo contrário, devam ser caracterizados justamente como movimentos sistêmicos, ou seja, são derivados da crise sistêmica e sua manifestação e não tem como objetivo incidir sobre a estrutura sistêmica mundial. O próprio Wallerstein indica, ainda nos anos 1990, que a maioria dos movimentos não teria a princípio qualquer concepção ou programa, mas eles podem começar a formulá-los assim que perceberem a inviabilidade de suas demandas.

A maior incógnita é se aparecerá agora uma nova família de movimento de oposição ao sistema, com uma nova estratégia, forte e flexível o bastante para ter influência determinante no período 2000-2025. (WALLERSTEIN, 2002a: 53)

A grande questão é como construir um programa. Para o autor, o tema seria o da democratização radical, ampliação à participação e acesso, contra a xenofobia, racismo, machismo etc. No entanto, como formular mais clara e concretamente este programa e, principalmente, como lutar por ele sem as organizações políticas como concebemos. Não se trata apenas de ter uma boa ideia, sua implementação, o que é um problema político

fundamental. Ele indica (2004:246-247) que o caminho estaria na construção de coligações amplas, plurais, para além do parlamento, e nos mais variados níveis, do local ao global. E como seria a substituição do Estado como eixo central da vida econômica, política e social? Nada disso está sequer esboçado. Pelo menos não à esquerda.

The new movements however not offered a fully coherent alternative strategy. A coherent alternative strategy is still today to be worked out. It will possibly take ten to twenty more years<sup>86</sup> to do so. (WALLERSTEIN, 2000a: 373)

Antes de chegarmos a conclusões apressadas, é preciso refletir melhor sobre as possíveis diferenças entre os postulados teóricos e os processos empíricos que analisamos. Por exemplo, não vemos no Brasil, em particular em junho de 2013, a formação de grupos identitários ou de demandas muito específicas como a forma de manifestação política predominante ou mesmo tendencial (algo que o autor aponta como uma das tendências contemporâneas). Não vemos, principalmente à esquerda, uma descrença tão grande no Estado, embora um forte desconforto generalizado e algumas críticas. Na América Latina, nunca tivemos um predomínio de uma visão liberal no sentido da normalidade da mudança, da afirmação da burguesia (com seu ideário contra os setores mais reacionários) e da revolução nacional<sup>87</sup>. É preciso analisar melhor em que medida isto pode ser um problema para a análise de Wallerstein aqui exposta, ou se é possível ajustar a análise com a incorporação de conceitos mais precisos e adequados à realidade da América Latina. O papel dos EUA nas manifestações de junho também precisam ser melhor compreendidos, bem como o sentido deste movimento na geopolítica global.

Também não é incontestável que estejamos num período de transição, nem de crise final do capitalismo<sup>88</sup>. Mas boa parte dos acontecimentos de junho de 2013 e os posteriores reforçam o argumento do autor de que o centro é incapaz de predominar nos tempos em que vivemos... A proposta de generalização da terceirização, aumento da repressão e da violência (incluindo leis anti-terrorismo), a tentativa de redefinição do trabalho escravo, a dívida pública inviabilizando investimentos (e o veto presidencial à auditoria da dívida por um governo de centro-esquerda), bem como o crescimento de tendências fascistas ou

---

86 O artigo é originalmente de 1989, portanto o autor acreditava que entre 1999 e 2009 poderia surgir uma estratégia alternativa coerente para enfrentar o cenário. Apesar do entusiasmo do autor com o que ele chama de “espírito de Porto Alegre” (referência ao Fórum Social Mundial. WALLERSTEIN, 2004: 259) os textos mais recentes, inclusive nos que analisa os levantes, mostram que isto ainda não aconteceu.

87 Cf, por exemplo, FERNANDES (1968).

88 Esta é mais uma polêmica estabelecida por Fiori (2002).

semifascistas, e também da intolerância de diversas naturezas, só reforçam os argumentos do autor.

## Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Pedro. “Entrevista”. In BORBA, Maria; FELIZI, Natasha e REYS, João Paulo (orgs) . Brasil em movimento – reflexões a partir dos protestos de junho. Rio de Janeiro: Rocco, 2014
- ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- CARTA MAIOR. Reforma Política: manifestações de junho de 2013 deram o grande impulso ao debate. Disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Reforma-politica-manifestacoes-de-junho-de-2013-deram-o-grande-impulso-ao-debate/4/32983> , 2015, acesso em 16/5/2016.
- FERNANDES, Florestan. “O Desenvolvimento como problema nacional” In Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1968
- FIORI, José Luis. Wallerstein traça programa para uma nova esquerda. Disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Wallerstein-traca-programa-para-uma-nova-esquerda/20823> , 2002, acesso em 16/5/2016.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Perfil dos manifestantes. São Paulo: Datafolha, 2013a. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2013/06/19024-datafolha-perfil-dos-manifestantes.shtml> , acesso em 16/5/2016.
- \_\_\_\_\_. Popularidade de Dilma cai 27 pontos após protestos. São Paulo: Datafolha, 2013b Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml> , acesso em 16/5/2016.
- GOHN, Maria da Glória. Manifestações de junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no mundo. Rio de Janeiro: Vozes, 2014
- HARVEY, David. Cidades Rebeldes – do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014
- IASI, Mauro. “A rebelião, a cidade e a consciência”. In Vários Autores. Cidades Rebeldes – passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Carta Maior e Boitempo, 2013
- KAHN, Tulio. “A segurança pública e as manifestações de junho de 2013”. In FIGUEIREDO, Rubens (org.). Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.
- KURZ, Robert. O colapso da modernização – da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992
- MACEDO, Roberto. “Uma visão econômica e política dos protestos juninos”. In FIGUEIREDO, Rubens (org.). Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.
- MPL (Movimento Passe Livre- São Paulo). “Não começou em Salvador. Não vai terminar em São Paulo”. In Vários Autores. Cidades Rebeldes – passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Carta Maior e Boitempo, 2013
- PRONZATO, Carlos. Acabou a paz! Isto aqui vai virar o Chile! Escolas ocupadas em São Paulo. Rio de Janeiro: Lamestiza audiovisual, 2016 (documentário cinematográfico)
- REYS, João Paulo. “Um panorama dos dias quentes de junho de 2013 e além”. In BORBA, Maria; FELIZI, Natasha e REYS, João Paulo (orgs) . Brasil em movimento – reflexões a partir dos protestos de junho. Rio de Janeiro: Rocco, 2014
- SAKAMOTO, Leonardo. “Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas”. In Vários Autores. Cidades Rebeldes – passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Carta Maior e Boitempo, 2013

SCHMITT, Rogério. “Os jovens na população brasileira: uma breve análise política”. In FIGUEIREDO, Rubens (org.). Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.

SECCO, Lincoln. “As Jornadas de Junho”. In Vários Autores. Cidades Rebeldes – passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Carta Maior e Boitempo, 2013

SORJ, Bernardo. “Entre o local e o global”. In FIGUEIREDO, Rubens (org.). Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. “A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais”. In Vários Autores. Cidades Rebeldes – passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Carta Maior e Boitempo, 2013

STÉDILE, João Pedro. “Entrevista” . In BORBA, Maria; FELIZI, Natasha; Reys, João Paulo (orgs). Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos de junho. Rio de Janeiro: Rocco, 2014

VÁRIOS AUTORES. Cidades Rebeldes – passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Carta Maior e Boitempo, 2013

WALLERSTEIN, Immanuel. “1968, Revolution in the World-System: theses and queries”. In The Essential Wallerstein. New York: The New Press, 2000a

\_\_\_\_\_. “Culture as the ideological battleground of the Modern World-System”. In The Essential Wallerstein. New York: The New Press, 2000b

\_\_\_\_\_. Após o Liberalismo- em busca da reconstrução do mundo. Rio de Janeiro: Vozes, 2002a.

\_\_\_\_\_. O fim do mundo como o concebemos – Ciência Social para o século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2002b.

\_\_\_\_\_. Utopística ou as decisões históricas do século vinte e um. Rio de Janeiro: Vozes, 2003

\_\_\_\_\_. O declínio do poder americano. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

\_\_\_\_\_. Análisis de Sistemas-mundo. Uma introducción. México: Siglo XXI, 2005.

\_\_\_\_\_. “The economic recovery that isn’t happening”. Commentary No. 335, Aug. 15, 2012, disponível em <http://iwallerstein.com/economic-recovery-happening/> ), acesso em 16/5/2016

\_\_\_\_\_. “Uprisings here, there, everywhere”, Commentary No. 356, July 1, 2013, disponível em <http://iwallerstein.com/uprisings/> ), acesso em 16/5/2016. Versão em português disponível em <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Wallerstein-Levantes-aqui-ali-e-em-toda-parte/2/28373>

## Parte II – CHINA E TRANSIÇÕES HEGEMÔNICAS

## A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Jales Dantas da Costa<sup>89</sup>

A China vem chamando a atenção do Ocidente não só pela *performance* de crescimento espetacular e única na economia mundial. Também por seu regime político tido como “antidemocrático” e pela falta de “liberdades”, pela exploração do trabalho e pela degradação ambiental que seu crescimento tem provocado, e nem tanto pela intensificação das lutas sociais, pelo aumento da desigualdade de renda entre áreas urbanas e rurais e seus estratos sociais, para não falar da expressiva redução da miséria e da pobreza e das soluções que vem apresentando para a superação de inúmeros problemas. A frase de Wladimir Pomar de que “talvez nenhum país tenha tão deturpada sua realidade pela mídia mundial quanto a China” (2009, p.15) parece-me ainda válida. E como já observou Carlos Aguiar de Medeiros (1999), o amplo debate sobre o desenvolvimento chinês na literatura especializada foi e ainda é “altamente ideologizado”, tanto por aqueles que se inspiram na abordagem da economia institucionalista, como pela visão ortodoxa do desenvolvimento encampada pelos estudos do Banco Mundial – ambos omissos quanto aos condicionantes políticos e as estratégias de poder atuantes na via de desenvolvimento chinês mais recente, bem quanto à importância de sua história conjuntural e de longa duração.

A China já fora no passado a “vanguarda do desenvolvimento mundial” (a expressão é de Gilbert Rozman<sup>90</sup>), isso por pelo menos dois mil anos, até meados do século XIX. Duas observações de dois renomados historiadores nos dão uma ideia geral da histórica superioridade chinesa frente aos outros.

A China considera-se uma grande potência e uma grande civilização; ela sempre acreditou em sua superioridade sobre o resto do Universo, no primado de sua civilização, fora da qual não havia, aos seus olhos, senão barbárie. Ela teve outrora um orgulho muito semelhante ao do Ocidente de ontem. (Braudel, 2004, p.208).

(...) durante a maior parte desses dois milênios o império chinês, e presumivelmente a maioria de seus habitantes que tinham opinião sobre essas questões, havia considerado a China o centro e modelo de civilização mundial. (...) a China, (...) muito corretamente, via sua civilização, arte, escrita e sistema de valores sociais clássicos como a reconhecida inspiração e modelo para outros (...). Certamente não tinha nenhum senso de qualquer inferioridade

---

89 Mestre em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do Departamento de Economia da UnB.

90 Gilbert Rozman. *The East Asian Region: Confucian Heritage and its Modern Adaptation*. Princeton, Princeton University Press, 1991, p.6. Citado em Arrighi, 2008, p.17.

cultural e intelectual, coletiva ou individual, em comparação com qualquer outro povo. O fato mesmo de a China não ter Estados vizinhos que pudessem mesmo levemente ameaçá-la, e, graças à adoção de armas de fogo, não ter qualquer dificuldade de repelir os bárbaros em sua fronteira, confirmava o senso de superioridade, embora deixasse o Império despreparado para a expansão imperial do Ocidente. (Hobsbawn, 2001, p.448).

Quanto ao despreparo do Império chinês frente ao poderio do Ocidente, ou nos termos mais amplos de Giovanni Arrighi, o segredo da subjugação do Oriente pelo Ocidente, revela-se, no seu entender, muito mais pela diferença entre forças militares do que pela “artilharia metafórica das mercadorias baratas”, como pareceu indicar Karl Marx. Certo ou errado esse entendimento, o fato é que a China sofrera “um eclipse relativamente rápido, mas profundo” (ROZMAN), que transcorreu no decorrer de cem anos, das Guerras do Ópio entre 1839-1842 e 1856-1860, travadas entre a Grã-Bretanha e a China, passando pelas guerras russo-chinesa (1858), franco-chinesa (1884-1885), sino-japonesa (1894-1895), sino-alemã (1898), até o fim da Segunda Guerra Mundial.

A profundidade desse eclipse justifica-se pelo agudo declínio ter produzido efeitos tão deletérios não apenas para a China como para a região da Ásia oriental em geral, tal como relatado por Arrighi.

Depois de uma guerra desastrosa, da eclosão de grandes revoltas e de uma segunda guerra igualmente desastrosa com a Grã-Bretanha (dessa vez com a ajuda da França), a China praticamente deixou de ser o centro de um sistema interestatal asiático-oriental centrado em si mesmo. Ao contrário, no decurso de cerca de um século, ela tornou-se membro subordinado e cada vez mais periférico do sistema capitalista global. Esse *status* crescentemente periférico não foi resultado apenas da incorporação subordinada da Ásia oriental ao sistema europeu. Também foi importante a mudança radical das relações interestatais dentro da Ásia oriental, precipitada pelas tentativas chinesa e japonesa de seguir as pegadas do caminho europeu de desenvolvimento. (...) No fim da Segunda Guerra Mundial, a China havia se tornado o país mais pobre do mundo; o Japão era um Estado “semi-soberano”, militarmente ocupado; e a maioria dos outros países da região ainda lutava contra o domínio colonial ou estava prestes a ser dilacerada pela divisão emergente da Guerra Fria. (Arrighi, 2008, p.347 e 20).

Não se trata aqui de retomar uma das grandes questões levantadas por este sociólogo em seu último livro “Adam Smith em Pequim”, qual seja, a de estabelecer às relações entre o atual renascimento econômico da Ásia oriental com a tradição mais antiga do seu “desenvolvimento não-capitalista baseado no mercado”, com o seu eclipse secular, bem como com a tradição revolucionária que deu origem à República Popular da China. Mais do que perceber a ligação entre o atual renascimento econômico em toda a região da Ásia oriental e seu longuíssimo passado de desenvolvimento, seus reveses e revoluções, objetivo aqui compreender o desenvolvimento da República Popular da China, os elos entre a tradição

revolucionária desse país e suas transformações econômicas, políticas e sociais, desde a época de Mao Tsé-tung, passando pelas reformas de Deng Xiaoping até a atualidade com Xi Jinping no comando do país mais populoso (cerca de 1,4 bilhão de habitantes) e o quarto de maior extensão no mundo (9,6 milhões de km<sup>2</sup>).

## **1. A tradição revolucionária na China**

A tradição revolucionária na China remonta à década de 1920, quando da fundação do Partido Comunista da China (PC) em 1921 e da criação do Exército Vermelho (1927), e desenvolve-se após a ocupação de regiões litorâneas chinesas pelo Japão em fins dos anos 1930. Ao expulsar os japoneses, derrotar as forças do Kuomintang e posteriormente instaurar em 1º de outubro de 1949 a nova República Popular da China, os comunistas chineses passaram a ser vistos pela maioria da população como o governo legítimo da China. Eric Hobsbawn argumenta que

há pouca dúvida de que a resistência à conquista japonesa da China foi o que transformou os comunistas chineses de uma derrotada força de agitadores sociais, o que eram em meados da década de 1930, nos líderes e representantes de todo o povo chinês. O fato de que também exigiam a libertação social dos pobres chineses fazia seu apelo de libertação e regeneração nacionais soar mais convincente para as massas (sobretudo rurais). (...) Para a maioria dos chineses, tratava-se de uma revolução que era basicamente uma restauração: de ordem e paz; de bem-estar; de um sistema de governo cujos funcionários públicos se viam apelando para precedentes da dinastia T'ang; da grandeza de um excelso império e civilização. (Hobsbawn, 2001, p.449 e 451-452).

Ao comparar o comunismo russo ao comunismo chinês, ele registra que “ao contrário do comunismo russo, o chinês praticamente não tinha relação direta com Marx e o marxismo. Foi um movimento pós-Outubro, que chegou a Marx via Lênin, ou, mais precisamente, via o “marxismo-leninismo” de Stalin”. (idem, p.452). Já Arrighi enfatiza que a tradição revolucionária chinesa apresentou uma inovação ideológica, cujo fundamento é um ramo distinto do marxismo-leninismo, qual seja, mantém-se o princípio leninista do partido de vanguarda, mas substitui-se o ímpeto insurrecional da teoria leninista pela “linha de massa” tal como teorizada por Mao Tsé-tung.

O abandono do ímpeto insurrecional se deu pela impossibilidade de ataques a múltiplos “palácios de inverno”. Já o significado e a originalidade da “linha de massa”, podemos observá-los através de conselhos do próprio Mao (entre 1944 e 1948) sobre como ligar-se às massas e como converter a política do partido em ação delas.

Para ligar-se às massas, importa agir de acordo com as necessidades e aspirações das massas. Todo trabalho feito para as massas deve partir das necessidades destas, e não do desejo deste

ou daquele indivíduo, ainda que bem-intencionado. Acontece frequentes vezes que, objetivamente, as massas necessitam de certa mudança mas, subjetivamente, não estão ainda conscientes dessa necessidade, não a desejam, ou ainda não estão determinadas a realizá-la. Nesse caso, devemos esperar pacientemente. Não devemos realizar tal mudança senão quando, em virtude do nosso trabalho, a maioria das massas se tenha tornado consciente dessa necessidade e esteja desejosa e determinada a realizá-la. (...) Saber converter a política do Partido em ação das massas, saber conseguir que os quadros dirigentes e também as grandes massas compreendam e dominem cada movimento e cada luta que fazemos, isso é a arte de direção marxista-leninista. Ela é também a linha divisória que permite determinar se cometemos ou não erros no nosso trabalho. (TSÉ-TUNG, 2004, p.95 e 99).

Devemos recordar que o PC não se ligou ao proletariado urbano, à classe revolucionária de Marx e Lênin, mas ao campesinato das áreas mais pobres e remotas da China; que a realidade falou mais alto no caso desta escolha, uma vez que no momento desta ligação cerca de 90% dos chineses e quase todo território do país estavam fora das cidades; e que as relações entre o partido-exército e o campesinato na China não foram as mesmas desde sua primeira ligação – na descrição de Mark Selden tratou-se de uma espécie de “processo de socialização de mão dupla”<sup>91</sup>, que Arrighi traduziu como um processo “no qual o partido-exército moldou as camadas inferiores da sociedade rural chinesa numa força revolucionária poderosa e foi, por sua vez, configurado pelas aspirações e pelos valores dessa camada” (2008, p.378).

Será que as massas se tornaram não só consciente da necessidade de mudança como também desejosa e determinada a realizá-la no momento mesmo em que a China encontrava-se, ao final da Segunda Guerra Mundial, como um dos países mais pobres do mundo? E o que dizer da arte de direção marxista-leninista? O partido-exército ao se ligar às massas rurais e ao proletariado nascente e crescente cometera mais acertos do que erros desde então? Qual foi e qual é o sentido do desenvolvimento da República Popular da China? Na busca de respostas nossa aposta é que um melhor entendimento da tradição revolucionária chinesa ajuda a explicar aspectos fundamentais do caminho de desenvolvimento chinês, tanto antes como depois das reformas de Deng Xiaoping.

## **2. A República Popular da China na época de Mao Tsé-tung**

Ao estudar *A China de ontem e de hoje*, Fernand Braudel viu nos primeiros anos da República Popular da China “a mais formidável e violenta experiência humana que ela conheceu no curso de sua longa história” (2004, p.202). Como “parente pobre” encontrava-se

---

<sup>91</sup> Selden. Mark. *Yan'na Communism Reconsidered. Moder China*, v.21, n.1, p.8-44, 1995. Citado em Arrighi, 2008, p.378.

banida na arena internacional, praticando um “nacionalismo suspicaz”, munida do desejo de desferrar-se do Ocidente e de tornar-se a capital do Terceiro Mundo.

Os comunistas inicialmente acreditavam ser possível avançar a passos largos no processo de industrialização. Já em 1953 lançaram o primeiro Plano Quinquenal (1953-1957), e com ele entrou em operação 100 grandes empresas industriais e outras 600 grandes obras de infraestrutura e grandes complexos industriais. Ao final de 1957 a China já possuía indústrias de produção de aço, metal-ligas, aviões, automóveis, equipamentos de geração de eletricidade e de minas, além de máquinas pesadas e de precisão. Altos investimentos foram realizados num montante de cerca de US\$32 bilhões, basicamente oriundos da agricultura, dado as dificuldades de obtenção de créditos externos, tanto pelo bloqueio econômico das principais potências mundiais como pela fraqueza relativa em que se encontrava a União Soviética.

Escrevendo sobre *A revolução chinesa*, Pomar relembra as discrepâncias surgidas sobre os rumos do desenvolvimento sustentado e de longo prazo na China maoísta. As maiores dúvidas residiam no papel que as formas privadas e públicas estatais de propriedade poderiam desempenhar no desenvolvimento do país. Enquanto muitos atacavam as formas privadas de propriedade e suas relações de trabalho e distribuição como entraves ao desenvolvimento, outros as consideravam uma necessidade histórica que não havia sido superada. Fato é que entre os anos de 1956 e 1976 houve rápida e profunda transformação socialista da propriedade privada e das relações de trabalho e de distribuição na agricultura, artesanato, indústria e comércio. Até o ano de 1957 já haviam reduzido de 7% para zero a participação da economia capitalista e de 72% para 7% a participação da economia individual, ao passo que a participação da economia estatal crescera de 19% para 32%, e da economia coletiva ou cooperativa de 1,5% para 53%, e da mista estatal-privada de 0,7% para 8%. É claro que a essa altura a burguesia já se encontrava domesticada, e que diferentemente da burguesia industrial, que em 1956 fora reabsorvida pela transformação das empresas privadas em empresas mistas (privadas e públicas), à burguesia mais rica, a burguesia “compradora” que intermediava comerciantes chineses e europeus, não mais se encontrava na China, pois fugira junto com Chiang Kai-chek já em 1949. Por volta de 1962 havia não mais que uma burguesia de negócios.

Essa rápida transformação socialista da propriedade privada e das relações de trabalho e de distribuição não foi, no entanto, acompanhada da criação necessária de novos postos de trabalho. Estes foram criados, mas não no mesmo ritmo exigido para erigir uma economia de verdadeiro pleno emprego. Essa até foi tentada pela política de 1:3 onde um trabalho assegurava emprego para três pessoas, com evidentes danos para a produtividade. Ainda

assim, o resultado foi o crescimento de insatisfações explicado por um conjunto de fatores, entre eles o fato da renda familiar camponesa ter caído em mais de 20% entre os anos de 1953 e 1957, dado a maior contribuição destes para o aumento da capacidade produtiva do país; a monopolização da maior parte dos cereais pelo Estado chinês para conter a especulação, alvo de críticas dos camponeses, que inclusive obrigaram o Estado a revender uma parcela dos cereais que havia adquirido dos camponeses, prejudicando as exportações agrícolas das quais dependiam a importação de equipamentos industriais; a disparidade entre o alto crescimento da indústria pesada e o precário crescimento da indústria leve, fato que agravou ainda mais os desequilíbrios entre o elevado crescimento industrial e o baixo crescimento da agricultura e do consumo.

Tudo isso contribuiu para o desatar de uma ampla discussão sobre a construção do socialismo na China, sobre como elevar a capacidade produtiva combinada com a garantia do bem-estar da população chinesa, e como industrializar o país simultaneamente ao atendimento às novas necessidades sociais que a superação inicial do atraso e da miséria haviam gerado. O próprio Mao discutiu essas questões em *As 10 grandes relações e Tratamento correto das contradições no seio do povo*, assim sintetizadas por Pomar:

[Em *As 10 grandes relações*, Mao] criticou o modelo soviético, propôs equilibrar a indústria pesada, a agricultura e a indústria leve, sugeriu o desenvolvimento da rede de pequenas indústrias rurais e sua modernização progressiva e defendeu maior descentralização administrativa, para dedicar atenção aos serviços de bem-estar e aos salários. Também sugeriu maior autonomia para as empresas e autoridades locais e aconselhou os chineses a aproveitar a experiência de outros países, inclusive capitalistas, nas áreas de ciências, tecnologia e administração. No *Tratamento correto das contradições no seio do povo*, Mao advogou um tratamento cuidadoso das contradições existentes, pela manifestação livre das correntes de pensamento. Considerava não antagônica a contradição com a burguesia chinesa, apesar das empresas mistas, e defendia a ideia de que a contradição básica da sociedade chinesa residia no fato de as relações de produção ou de propriedade não estarem em correspondência com as forças produtivas. (Pomar, 2003, p.92).

Mao considerou que as forças produtivas estavam mais avançadas do que suas relações de propriedade, trabalho e distribuição. E atacou os que criticavam a pressa na coletivização agrícola e urbana sob o mote de que “tentavam parar a revolução”. O VIII Congresso do PC (1956) aderiu às formas públicas de propriedade como o caminho de construir o socialismo. Os comunistas concordaram com Mao que as dificuldades na construção do socialismo advinham dos desvios no tratamento das contradições no seio do povo, bem como da má utilização da capacidade técnica e científica dos intelectuais. Eis aí uma das razões da convocação de intelectuais da “velha elite” para a campanha das “Cem Flores” (“desabrochem cem flores, disputem cem escolas de pensamento”), com o fito de

atacar as críticas dos céticos e as opiniões de outros líderes chineses, e para que os intelectuais dedicassem todas as suas energias a serviço da construção socialista.

Mas tal campanha não durou mais do que uma primavera (de 8 de maio a 8 de junho de 1957), uma vez que múltiplos descontentamentos desaguaram (greves de operários, abandono de cooperativas, manifestações estudantis e de intelectuais, críticas aos rumos do socialismo, além de ações de sabotadores e antissocialistas), mas que foram logo duramente reprimidos (além da conta mais tarde reconhecidas pelos comunistas). Posteriormente, substituíram as “Cem Flores” por um amplo movimento de retificação interna do PC, dirigido contra o burocratismo, o sectarismo e o subjetivismo, e no qual as empresas subordinadas ao governo central fossem reduzidas (e de fato foram reduzidas de 9.300 para 1.200), bem como afrouxassem os itens econômicos controlados (caíram de 532 para 132) e ampliassem o orçamento nacional para obras locais (subiu de 10% para 50%).

E para demonstrar a superioridade das relações socialistas, um segundo Plano Quinquenal (1958-1962) planejava alavancar a produção de aço e unificar as cooperativas agrícolas em comunas populares. Cada comuna era composta de 25 cooperativas que contavam com cinco a dez mil moradias, organizadas por brigadas e equipes de produção com vinte a cinquenta famílias cada. Milhões de camponeses e trabalhadores urbanos passaram a trabalhar na produção de aço em altos-fornos de quintal. E nas comunas populares outros milhões construía barragens, diques, canais de irrigação etc. Parecia que haveria um “grande salto” na capacidade produtiva chinesa, mas não houve. O que houve foi desgaste e dispersão da força de trabalho e dos recursos materiais, bem como graves desproporções na produção.

Hobsbawn fala em “absurdos mortais do “grande salto””, os quais

se deveram basicamente à convicção (...) de que a agricultura devia ao mesmo tempo alimentar a industrialização e manter-se sem o desvio de recursos de investimento industrial para ela. Em essência, isso queria dizer substituir incentivos “materiais” por “morais”, o que significava, na prática, pôr o volume quase ilimitado de braços humanos disponíveis na China no lugar da tecnologia que não havia.

(...) sem a crença em que “forças subjetivas” eram todo-poderosas, e que os homens podiam mover montanhas e tomar o céu de assalto se quisessem, são inconcebíveis as loucuras do “grande salto avante”. (...) só o fervor revolucionário poderia superar todos obstáculos materiais, e a mente transformar a matéria. (Hobsbawn, 2001, p.455 e 453).

A enorme produção de altos-fornos se mostrou de baixa qualidade, e posteriormente entrou em declínio e passou a produzir menos do que no período anterior ao “grande salto”. A criação de 24 mil comunas populares de agricultores, estabelecidas em apenas dois meses (de 1958) também teve os seus problemas, a exemplo da violência usada na coletivização da vida camponesa. O resultado, segundo esse historiador, foi que “em poucos meses, diante da resistência passiva, abandonaram-se os aspectos mais extremos do sistema, embora não antes

de ele ter se (...) combinado com a natureza para produzir a fome” (idem, p.453) entre os anos de 1959 e 1961. A fome endêmica que já havia sido eliminada voltou em algumas regiões, fruto de colheitas catastróficas, dadas às inundações, secas, tufões, furações, insetos etc. Braudel viu aí um ponto de interrogação diante do futuro da China, um “golpe terrível e parcialmente injusto” para uma economia em vias de desenvolvimento.

Durante o início da nova República Popular, a maioria dos chineses parece ter obtido algum tipo de ordem, paz e bem-estar, e que isso fora fruto do esforço da maior massa de pessoas agrupadas no mundo. Toda a sociedade chinesa fora mobilizada, camponeses, operários, intelectuais e membros do partido, incluindo a nova *intelligentsia*. Para Braudel, foi essa nova *intelligentsia*, atuante e ousada, a responsável por deter o destino da China em suas mãos, uma vez que a “submissa massa chinesa” seguia com obediência aos “novos senhores”. E a “organização burocrática” (da cúpula até a base) é o que para ele explica que todos tenham trabalhado arduamente, e que em tão pouco tempo a China tenha se tornado a força mais jovem e mais progressista de todos os países subdesenvolvidos.

O “chinês médio” viveu uma vida austera nesse período, mas ainda assim a população chinesa de então não parou de crescer, aumentando de 572 para algo como 659 milhões entre os anos de 1952 a 1961. Isso certamente fora uma ameaça de rebaixar o já baixíssimo nível de vida, mas dissipada (a exceção é claro para aqueles que padeceram ou pereceram com a fome) pelas altíssimas taxas de crescimento econômico no decorrer do primeiro e segundo Planos Quinquenais, e pela exuberante progressão da renda nacional (1952, 100; 1953, 114; 1954, 128; 1955, 128; 1956, 145; 1957, 153; 1958, 206; 1959, 249). É certo que o conjunto da população permanecia pobre e o padrão de vida dos camponeses e operários fora afetado, sobretudo pela austeridade a que estavam submetidos. A minoria crescente dos operários permaneceu sob o controle dos sindicatos, os quais agiam em colaboração com o partido comunista. E é certo que enormes esforços foram exigidos dos operários, uma vez que a industrialização pesada era prioridade incondicional da política maoísta. Para a grande maioria dos camponeses – dos 600 milhões mais de 500 milhões eram camponeses no início dos anos 1950 – os esforços podem ter sido ainda maiores.

Há muito o quê dizer sobre as dificuldades porque passou a China desde a segunda metade dos anos 1950 até a morte de Mao. Além das adversidades da natureza, pesou o seu isolamento para com a maior parte do mundo, sobretudo por conta do bloqueio econômico, político e militar imposto pelos Estados Unidos e as principais potências mundiais, e não só durante esses anos, mas por um período que se estendeu até o início dos anos 1970. Mesmo adotando uma diplomacia ativa e discreta com base em “Cinco Princípios de Coexistência

Pacífica” (respeito mútuo à soberania e integridade territorial; não agressão; não ingerência nos assuntos internos dos países; igualdade e benefícios recíprocos; coexistência pacífica), princípios esses que norteavam a política externa chinesa desde 1954. A China manteve relações diplomáticas com não mais do que umas trinta nações, sobretudo asiáticas e africanos. E também pesaram as suas relações conflitantes com a URSS (sobretudo a partir de 1956), cuja consequência foi a perda da importante ajuda material e de outras contribuições vindas de Moscou, a exemplo da retirada em 1960 de técnicos soviéticos que orientavam a construção na China de muitos grandes projetos industriais. Isso levou a China a reajustar sua economia, paralisar grandes obras, centrar mais esforços na produção doméstica camponesa, bem como reduzir o número de trabalhadores nas cidades. O país passara a enfrentar vários anos de dificuldades econômicas. A responsabilidade também coube às próprias políticas do Grande Timoneiro (também de outros dirigentes partidários, como Liu Shaoqi, Zhu Enlai, Deng Xiaping, Chen Yun entre outros), a exemplo da rápida coletivização da agricultura camponesa, da frustração do “grande salto” e da Revolução Cultural – que para Hobsbawn foi uma campanha contra a educação e a inteligência, só findada quando o maoísmo sucumbiu depois da morte de seu líder maior em 1976.

Sobre a Revolução Cultural (1966-1976) é importante dizer que foi um estágio no desenvolvimento socialista da China que ainda precisa ser estudado em profundidade. Segundo Arrighi, por um lado ela consolidou as bases rurais da Revolução Chinesa, mas por outro ameaçou o poder das autoridades estatais partidárias – dado o caráter caótico da política e das disputas interna entre as facções rivais pelo poder durante os últimos anos do período maoísta – e também das conquistas sociais e políticas desta Revolução, assim como de todo o componente modernista da tradição revolucionária. Não se pode descartar a possibilidade de que neste momento a arte da direção marxista-leninista tenha então cometido mais erros do que acertos, e que o partido-exército (ao menos parte dele) tenha mesmo se distanciado das massas, como num processo de ‘individualização de mão única’.

Vejamos agora certas condições das massas, ou melhor, do povo chinês, por meio de um breve balanço social do período maoísta comparado com outros povos do chamado Terceiro Mundo.

Por mais que possamos chocar com o registro dos vinte anos maoístas, um registro que combina desumanidade e obscurantismo em massa com os absurdos surrealistas das afirmações feitas em nome dos pensamentos do divino líder, não devemos esquecer que, pelos padrões do Terceiro Mundo, assolado pela pobreza, o povo chinês ia indo bem. No fim do período Mao, o consumo médio de alimento chinês (em calorias) estava pouco acima da média de todos os países, acima do de catorze países nas Américas, 38 na África e mais ou menos

metade dos asiáticos – bem acima do sul e sudeste da Ásia, com exceção da Malásia e Cingapura. A expectativa de vida média no nascimento subiu de 35 anos em 1949 para 68 em 1982, sobretudo devido à impressionante e – exceto nos anos da fome – contínua queda da mortalidade. Como a população chinesa, mesmo descontando-se a grande fome, aumentou de cerca de 540 milhões para cerca de 950 milhões entre 1949 e a morte de Mao, é evidente que a economia conseguiu alimentá-los – um pouco acima do nível de começos da década de 50 – e melhorou ligeiramente seu nível de roupas. (...) [E] não há como negar que no ano da morte de Mao seis vezes mais crianças iam para à escola primária do que quando ele chegou ao poder. (Hobsbawn, 2001, p.455).

Essas inegáveis conquistas são importantes porque dizem respeito à base social com a qual a China passara a contar no período pós-maoísta.

### **3. A República Popular da China pós-Maoísta**

Após a morte de Mao Tsé-tung, a nova direção do PC e do governo chinês, com Hua Kuofeng à frente, decidiu reavaliar as três décadas de história da China. Reconheceram que a República Popular da China partira de um atraso histórico muito profundo, e que não obstante todos os avanços do maoísmo a China ainda era um dos países mais pobres do mundo. Suas forças científicas, tecnológicas e educacionais estavam muito aquém da dos países desenvolvidos, sobretudo dos Estados Unidos. O mundo passava por uma revolução que alterara as condições da produção industrial e agrícola, que requeria um número menor de pessoas. Caberia a China modernizar-se a partir de uma fraca base produtiva e assegurar trabalho quando menos se requeria dele, e bem-estar a uma enorme população que, mesmo vivendo mais, sendo mais educada e se alimentando e se vestindo melhor, ainda padecia de múltiplas carências e era fundamentalmente pobre para os padrões mundiais da época. E para atender a essas exigências seria preciso desenvolver as forças produtivas do país por meio de “quatro modernizações” (agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e tecnologia) – formuladas por Zhu Enlai ainda nos anos 1960, e, como veremos, levadas adiante por Deng Xiaoping, que após comandar a comissão militar da RPC assumiria a presidência do PC.

Pomar recorda que um conjunto de discussões envolvendo milhares de quadros do PC e do governo, realizadas entre 1977 e 1982, levaram os comunistas a apoiar-se em quatro princípios cardeais de sua história mais recente (quais sejam: persistir no caminho socialista; fortalecer o regime democrático popular e a direção do PC; adoção do marxismo; e do pensamento de Mao Tsé-tung), os quais deveriam ater-se na definição de suas políticas de modernização. Posteriormente, os planejadores chineses agregariam a esses princípios um conjunto de estratégias orientativas, tais como a construção de cadeias produtivas completas, priorizando a agricultura, modernizando as estatais, quebrando monopólios, ampliando

mercados e conferindo centralidade na educação, nas ciências e tecnologias e no chamado “enriquecimento em ondas” no qual os setores sociais que primeiro se enriquecessem puxariam os setores mais atrasados para também enriquecer-se.

Em 1979 já haviam montado uma Comissão Econômica e Financeira, então dirigida por Chen Yun e Li Xiannian, para organizar o processo de reajustamento da economia e preparar um ambicioso programa de reformas e modernização. Considerada fundamental para a retomada das noções de “linha de massa” e prioridade junto ao campesinato, a proposta de reformas fora aceita não só dentro do PC e do governo como também entre a população. Para Arrighi

as reformas de Deng tiveram um duplo encanto: para as autoridades e os quadros do partido, como meio de recompor seu poder e seus privilégios; para os cidadãos em geral, como meio de consolidar as realizações da Revolução Chinesa que a Revolução Cultural ameaçava destruir. (2008, p.373).

Para consolidar as realizações da Revolução Chinesa, os comunistas inicialmente reajustaram sua economia por meio de cortes nos grandes projetos e direcionaram mais recursos para a agricultura, em fontes energéticas, nos transportes, na produção de bens de consumo de massa, na educação, saúde pública, cultura e nas ciências. Tais reajustes se deram de forma generalizada entre os anos de 1978 e 1984. Mas as reformas que se seguiram caminharam gradualmente e tendo em vista o longo prazo (de trinta a cinquenta anos), bem como experimentos variados e assertivos antes de ser disseminados pelo país. As reformas deveriam inicialmente passar por experimentações locais variadas, para só depois se estender ao restante do país, e ainda sim de forma escalonada e sofrendo adaptações conforme as diversas condições que se apresentassem. Objetivavam um desenvolvimento relativamente rápido, mas com estabilidade econômica, social e política. E se valeram de estratégias que combinavam planejamento macroeconômico e macrosocial com o mercado, diversos tipos de propriedades, utilização tanto de trabalho intensivo quanto de capital intensivo, de baixas e altas tecnologias, protecionismo e livre comércio, regulação e desregulação. (POMAR, 2003).

O antigo planejamento centralizado que determinava todo o processo produtivo e distributivo perdeu o lugar que ocupava no decorrer do processo de reformas. Os monopólios estatais de vários setores foram quebrados, excetuando os poucos que ainda atuam (se é que ainda atuam) em áreas sensíveis do abastecimento. Depois de três décadas de monopolização, os comunistas concluíram que suas decisões unilaterais e seus preços administrados foram um empecilho para o desenvolvimento econômico e social do país. A tendência, como explicou Pomar, é que à medida que a escassez fosse superada e os rendimentos elevados, os monopólios seriam extintos e o mercado passasse aos poucos a determinar todos os preços,

conforme a relação entre oferta e procura. E, de fato, o mercado doméstico multissetorial (mercado de consumo, mercado de trabalho, mercado de moradias, mercado de capitais) passou a ser a base para o cálculo econômico e regular os preços e as demandas produtivas. Desde 1990 que os preços livres vêm comandando porções expressivas dos mercados de produtos agrícolas e industriais de consumo. Mas cabe ao planejamento macro do Estado orientar o mercado segundo suas estratégias de longo prazo.

O governo (...) mantém estoques estratégicos e estoques reguladores, assim como sistemas de acompanhamento de ofertas e preços, de modo a evitar migrações erráticas de capitais para uns produtos em detrimento de outros. Além disso, o Estado procura ter uma visão clara das potencialidades do país, das suas cadeias produtivas e do processo geral de desenvolvimento técnico-científico. Atua, então, para completar as antigas cadeias produtivas, instalar novas cadeias decorrentes do desenvolvimento tecnológico, evitar a instalação de novas unidades produtivas em mercados já saturados e assim por diante. Ou seja, procurando conhecer os movimentos do próprio mercado, o planejamento macro orienta-o para aproveitam suas potencialidades e evitar seus defeitos e seus males, embora os riscos sejam evidentes principalmente quando se dá livre curso a diversas formas de propriedade. (Pomar, 2003, p.111).

As reformas deram mesmo curso livre para novas formas de propriedade até então inexistentes na China. Até 1981 existiam no país praticamente apenas duas formas de propriedade, a estatal e a coletiva, já que a propriedade privada era até esse ano desprezível, e mesmo uma década depois não ultrapassava os 6%. Mas esse cenário se alterou significativamente. A estrutura de propriedade chinesa atual provavelmente já não tem mais como sua principal base o setor público, estatal e coletivo. Há muito que novas formas de propriedade, tais como as empresas individuais e privadas (industriais, comerciais e de serviços), nacionais e estrangeiras e diversas empresas mistas, passaram não só a existir como ter garantias constitucionais de que poderiam se desenvolver. A legislação chinesa permite que as empresas privadas, sejam elas nacionais ou estrangeiras, que hoje já representam parcela bastante expressiva no total de empresas, atuem no mercado com igual liberdade que o fazem as empresas estatais e coletivas.

As empresas de propriedade pública estatal reduziram o seu espaço no conjunto das empresas, no emprego e na produção. Hoje talvez possamos dizer que a maioria delas alcançou o padrão científico e tecnológico básico. A modernização das empresas estatais chinesas foi acelerada a partir do ano de 2001, momento em que a China entrou na Organização Mundial do Comércio. Excetuando as mais importantes, elas se tornaram cooperativas por cotas, nas quais todos os trabalhadores tem direito nominal de adquirir as cotas. Muitas delas também foram abertas à propriedade estrangeira. As que restaram continuam sendo de propriedade de toda a sociedade, geridas pelo Estado. Resta saber se as

empresas estatais chinesas ainda mantêm o seu papel instrumental na efetivação das políticas macroeconômicas de desenvolvimento do país, com os mesmos direitos e deveres dos demais tipos de empresas e competindo com elas no mercado em eficácia, eficiência e rentabilidade. E resta saber se ainda são os principais contribuintes da arrecadação, e se ainda controlam majoritariamente os ativos que são responsáveis pela maior parte da produção, da renda e do emprego no país. São certamente questões importantes e que ajudam a explicar a quantas anda o “socialismo de mercado” na China.

Outra novidade em relação ao período anterior às reformas é que a legislação econômica separou o direito de propriedade do poder de gestão, aderindo a diferentes tipos de gerenciamento. Assim, uma estatal pode ter uma gestão escolhida entre seus empregados e funcionários ou por algum acordo entre empregados e o governo, ou ainda uma gestão contratada fora de seus quadros e do governo. No caso das empresas coletivas, ainda expressivas no país, são de propriedade de seus empregados e funcionários, que escolhem seus diretores, gerentes e técnicos em seus próprios quadros ou fora dele, bem como respondem por seus lucros e prejuízos, tal como as estatais.

É certo que as reformas nasceram da abordagem pragmática dos problemas de governança da China pós-Maoísta. Sabe-se que o seu problema de governança fundamental era e é desenvolver um país cuja população rural é maior do que toda a população da África, da América Latina ou da Europa. Registre-se que a China tem mais de 20% da população do globo, mas sua terra arável, que não tem grandes possibilidades de expansão significativa, representa algo como 7% da terra arável do planeta. Ademais, é cedo para decretar o fim do campesinato chinês, dado que grande parte ainda vive na zona rural. A China, juntamente com a África subsaariana e o sul e o sudeste da Ásia continental, são as poucas regiões que ainda em muito permanecem dominadas por aldeias e campos. Não é assim surpreendente que as reformas na China tenham começado pela agricultura, dado a importância estratégica de manter uma agricultura diversificada e pujante.

Das reformas que mereceram maior destaque na avaliação de Arrighi encontramos a introdução do Sistema de Responsabilidade Familiar, que juntamente com a descentralização fiscal e a maior autonomia e incentivo aos governos locais contribuíram na formação das Empresas de Aldeias e de Municípios (EAMs).

A principal reforma foi à introdução, entre 1978 e 1983, do Sistema de Responsabilidade Familiar, que retirou das comunas a responsabilidade das decisões e do controle dos excedentes agrícolas e devolveu-a as famílias rurais. Além disso, em 1979 e novamente em 1983, os preços dos produtos agrícolas foram elevados substancialmente. Como consequência, a produtividade e o lucro da atividade rural aumentaram de forma extraordinária, fortalecendo

a tendência das empresas de comunas e de brigadas a produzir mercadorias não agrícolas. (...) Em 1984, os regulamentos se tornaram ainda mais flexíveis e permitiram que os agricultores trabalhassem em cidades vizinhas, nas novas Empresas de Aldeias e de Municípios (EAMs) de propriedade coletiva. (...) as EAMs tornaram-se a fonte primária da reorientação das energias empresariais dos quadros do partido e das autoridades do governo para os objetivos desenvolvimentistas. Sendo financeiramente auto-suficientes em sua maioria, elas também se tornaram os principais agentes da realocação de excedentes agrícolas para a realização de atividades industriais com uso intensivo de mão-de-obra que pudessem absorver produtivamente o excesso de trabalhadores rurais. (Arrighi, 2008, p.366-367).

No final dos anos 1980, o antigo sistema de comunas agrícolas, de baixa produtividade e necessitado de reformas, fora completamente dissolvido. Ao voltar a operar sobre a terra nacionalizada por meio de contratos de responsabilidade com as cooperativas, as unidades familiares camponesas puderam produzir conforme as suas próprias organizações. No entanto, tem o compromisso de vender ao Estado por meio das cooperativas um determinado volume da produção, por um preço preestabelecido. Tudo o que vier a superar esse volume pode ser vendido, a preços de mercado, ao Estado ou no próprio mercado. Em suma, a terra segue como propriedade pública, mas o seu usufruto e sua organização são privados.

Arrighi argumenta que as EAMs de propriedade coletiva, fruto da criação do Sistema de Responsabilidade Familiar, podem ter desempenhado um papel decisivo na ascensão econômica chinesa. E aponta quatro contribuições para o sucesso das reformas: 1) a orientação para o uso mão-de-obra intensiva permitiu que as EAMs não só absorvessem os trabalhadores rurais excedentes como também criassem renda no campo sem aumentar maciçamente a migração para as áreas urbanas. Registre-se que foi apenas na década de 1980 que a população rural na China foi cair abaixo de 80%. Portanto, o desafio de regular o imenso fluxo migratório campos-cidades era sem paralelos no mundo e ainda representa um grande problema para o governo chinês; 2) a entrada das EAMs em inúmeros mercados aumentou a pressão competitiva, forçando não só as estatais, mas todas as empresas urbanas a melhorar seu desempenho; 3) ao assumir muitos dos encargos e tributos que costumavam recair sobre os camponeses, as EAMs contribuíram na redução do fardo fiscal sobre os camponeses, na estabilidade social (uma vez que os impostos e os tributos eram a principal fonte de queixas dos camponeses), bem como na proteção contra governos locais predatórios; 4) ao reinvestir localmente lucros e rendimentos, as EAMs também ajudaram na expansão do mercado interno e na criação de condições para que houvesse novas rodadas de investimento, geração de empregos e divisão do trabalho.

Quanto à criação de novos empregos, o registro levantado por esse sociólogo é o de que as EAMs criaram quatro vezes mais empregos do que se perdeu em emprego público e urbano coletivo entre os anos de 1980 e 2004. Neste último ano, as EAMs empregavam duas

vezes mais trabalhadores do que a soma de todas as empresas urbanas estrangeiras, privadas e de propriedade conjunta. Outro dado aponta para o elevado crescimento da força de trabalho rural envolvida em atividades não agrícolas, que passara de 28 para 176 milhões de pessoas, entre 1978 e 2003, sendo grande parte deste aumento ocorrido nas EAMs. Dados mais recentes apontam números menos expressivos e maiores dificuldades. Mas é preciso lembrar que o desemprego relativo durante o período pós-maoísta é menor na China do que em tantos outros países no mundo, seja no Norte desenvolvido, seja no Sul ainda majoritariamente dependente e subdesenvolvido.

Está claro que a modernização chinesa pode transformar-se num grave problema social se o desemprego ultrapassar certo patamar da população economicamente ativa e o Estado não tiver recursos suficientes para assegurar a vida dos desempregados. Mas os planejadores chineses implementaram um rigoroso programa de controle de natalidade (hoje mais afrouxado), e estabeleceram a idade limite de sessenta anos para aposentadoria, bem como reduziram a jornada de trabalho para quarenta horas semanais, além de utilizar certas combinações de usos de capital intensivo (de tecnologias tradicionais e novas tecnologias) com trabalho intensivo nas zonas urbanas e rurais – grande parte das empresas chinesas, sobretudo no setor rural, ainda utilizavam tecnologias tradicionais. Com isso, o desemprego se mantém abaixo dos 5% da população economicamente ativa.

Há quem concorde com o argumento de Arrighi de que a expansão do mercado interno aliado à melhoria nas condições de vida das populações residentes nas áreas rurais foram os fatores que mais contribuíram na redução do desemprego. E em menor medida, também num conjunto de ações do governo, seja na expansão e atualização da divisão social do trabalho, na ampliação maciça da educação e no estímulo ativo à concorrência entre capitalistas (e não entre a classe trabalhadora). Muito mais polêmica é sua tese de que continua haver subordinação dos interesses capitalistas ao interesse nacional. Vale contrastá-la com a assertiva de David Harvey de que a China “tomou inequivocamente o rumo (...) da restauração do poder de classe, ainda que “com características peculiarmente chinesas”” (2008, p.163). E não obstante o fato de que as provas da restauração do poder da classe capitalista possam ser “em larga medida intuitivas e de modo algum confiáveis”, fato esse reconhecido por Harvey, seu exame acerca da situação da base da pirâmide social contrastado com a acumulação de riqueza no topo da pirâmide é certamente relevante. Citemos aqui alguns de seus exemplos:

A acumulação de riqueza (...) [no topo] da pirâmide (...) ao que parece, tem ocorrido em larga medida por meio de uma combinação de corrupção, artifícios clandestinos e apropriação direta

de direitos a ativos que foram um dia propriedade comum. Com a transferência de cotas de empresas aos gerentes pelos governos locais, como parte de sua estratégia de reestruturação, muitos gerentes “passaram da noite para o dia a dispor de cotas que valiam dezenas de milhões de *yuan*s, por vários meios, tornando-se um novo grupo de magnatas”. Quando as EPES [Empresas de Propriedade Estatal] foram reestruturadas como sociedades anônimas por ações, os “gerentes receberam parcelas importantes das ações” e auferiam em alguns casos salários cem vezes maiores que os dos trabalhadores médios. (...) Quando o governo se apossa de 45 bilhões de dólares ganhos à custa de trabalhadores altamente explorados e salva bancos, cobrindo seus créditos de difícil recebimento ele pode muito bem estar distribuindo riqueza das classes baixas para as altas em vez de corrigindo os efeitos de investimentos ruins. Administradores inescrupulosos podem obter o controle de empresas recém-privatizadas e de seus ativos com demasiada facilidade, usando-os para enriquecimento pessoal. (...) O desenvolvimento imobiliário, particularmente nas grandes cidades e em seu entorno, assim como nas zonas de desenvolvimento de exportações, parece ser outro caminho para acumular imensas riquezas nas mãos de poucos. (...) A especulação com ativos, muitas vezes mediante o uso de crédito em condições privilegiadas, também teve seu papel, algo particularmente acentuado em imóveis urbanos em cidades como Pequim, Xangai, Shenzhen e Donguang etc. (...) Em todas essas arenas, incluindo a zona oculta da corrupção que não pode ser mensurada, a apropriação de ativos – geralmente por membros importantes do Partido e do governo – os transformou de agentes do poder do Estado em homens de negócios independentes e extremamente prósperos bem capazes de proteger sua riqueza recém-descoberta, se necessário contrabandeando-a para fora do país via Hong Kong. (...) Embora haja várias iniciativas do Partido Comunista destinadas a frustrar a formação de uma classe capitalista, o partido também aceitou a ampla proletarianização da força de trabalho chinesa, a quebra da “tigela de arroz de ferro”, a evisceração das proteções sociais, a imposição de mentalidades e taxas de uso, a criação de um regime de mercado de trabalho flexível e a privatização de ativos que antes eram propriedade comum. Ele criou um sistema social em que empresas capitalistas podem tanto se formar como funcionar livremente. Ao fazê-lo, alcançou um rápido crescimento e atenuou a pobreza de muitos, mas também acolheu grandes concentrações de riqueza nos estratos sociais mais altos. (Harvey, 2008, p.156-159, 162).

O aumento da desigualdade de riqueza e de renda entre as classes sociais na China pós-maoísta é certamente real, mas a sua dimensão é bastante controversa, indo desde aqueles que a minimizam até os mais extremistas que alegam que o país tornou-se uma das sociedades mais desiguais do mundo. O que parece certo é que as desigualdades se ampliaram não só entre as classes, mas também nas áreas rurais e urbanas, assim como entre elas e entre províncias. Samir Amin reconhece haver na China “novos ricos”, mas não “novos pobres”, dado a existência de “uma estrutura maciça polidimensional que garante uma redistribuição gigantesca da renda à escala de 1.200.000 pessoas, que não tem equivalente em nenhuma outra economia do mundo” (2006, p.209).

A esperança de que é possível acabar com a pobreza extrema parece brotar na região da Ásia Oriental, sobretudo na China, já que dos quase meio bilhão de pessoas a superar a miséria entre os anos de 1990 e 2005, pouco menos da metade se deu na China. Em outros espaços o retrato fora mais dramático nesse mesmo período.

*Considerando que la mayor parte de esta disminución se há registrado en China, si este país se deja de lado, los progresos no han sido muy alentadores; la cantidad de personas que*

*viven en la pobreza extrema en realidad aumento en unos 36 millones entre 1990 y 2005. (Asamblea General, A64665, p.05).*

Por meio de sucessivos Informes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a Organização das Nações Unidas (ONU) atesta que a região da Ásia Oriental<sup>92</sup> foi a que apresentou a mais drástica redução da pobreza extrema, saindo de um triste quadro em que cerca de 60% de sua população vivera com menos de míseros \$1,25 em 1990 para 16% em 2005. Estimam que neste período cerca de 475 milhões de pessoas tenham deixado à condição de pobreza extrema nesta região, em grande parte por conta do acelerado crescimento econômico da China. Registram que nas demais regiões o progresso foi mais lento, quando não de retrocesso, como nos casos da comunidade dos Estados Independentes na Ásia, da Ásia Ocidental e dos países em transição no sudeste europeu. Para a região da América Latina e Caribe, apontam que a evolução foi de 11% para 8% da população. Em seu último Informe ODM (2015), a ONU atesta que foi a China que mais percentualmente reduziu a proporção de miseráveis, ao todo uma redução de 94%, passando de 61% em 1990 para 4% em 2015. As regiões da Ásia Sul-oriental, da Ásia Meridional e da América Latina também registraram pronunciados avanços, respectivamente em 73% para a primeira e em 66% para as outras duas. A África Subsaariana é a região que ainda padece com elevado índice de extrema pobreza. Em 1990 registravam 57% de miseráveis, e em 2015 eram ainda expressivos 41%, o que representa redução de apenas 28%.

Os dados do PNUD China registram que o país (des)abrigava umas 85 milhões de miseráveis em 1990. Em 2005 eram 26,1 milhões. Em outros termos, as pessoas que sobreviviam com menos de mísero \$1,00 por dia passou de 31,5% para 10,4% da população chinesa nesse mesmo período. (*MDGs in China*). O avanço ocorreu, sobretudo, entre a população rural, e foi ainda mais acentuado no início do período das reformas (entre os anos de 1978 e 1985). Tomando por base a linha de pobreza oficial da China, o registro é de que os miseráveis “passaram” de 250 para 125 milhões de pessoas no decorrer destes poucos anos. Entre os anos de 1986 e 1993, quando o governo chinês criou agências e fundos especiais no combate à pobreza extrema e lançou uma grande campanha de desenvolvimento, o avanço também foi significativo, de 125 para 75 milhões. Já entre os anos 1994 e 2000, marcado pela promulgação e implantação do sétimo/oitavo Plano Nacional de Redução da Pobreza, o “declínio” foi de 70 milhões para 32,1 milhões. Entre o 2001 e 2007, quando o país se volta para o desenvolvimento das regiões oeste e central, e formula (em 2001) o Programa de

---

92 A Ásia Oriental compreende a China junto com Macau, Hong Kong e Taiwan, Mongólia, Coréia do Norte e Coréia do Sul.

Desenvolvimento de Redução da Pobreza Rural, a redução prosseguiu de 29,27 para 14,79 milhões. Em breve síntese, observando as três últimas décadas (entre os anos de 1978 e 2007) registra-se que a incidência da pobreza extrema rural passou de cerca de 250 para 14,79 milhões de pessoas, de 30,7% para 1,6% da população vivendo em extrema pobreza. Quanto à pobreza extrema urbana, emerge como um sério problema na era das reformas e da abertura econômica, quando as empresas estatais começam a reduzir sua força de trabalho e se acelerava a migração rural-urbana. Apresenta-se, portanto, de forma tardia em comparação à pobreza extrema rural. Segundo o *Human Development Report China 2007/08*, dados sobre a pobreza extrema urbana são muito mais difíceis de encontrar, não só por esta ter emergido como um problema tardio no processo de reforma como também por não ter sido inicialmente acompanhada. O governo chinês afirma ter também destinado consideráveis recursos para sua redução. Em 1999 foi introduzido um sistema de subsídios de segurança voltado à população urbana, e em outubro de 2007, os extremamente pobres urbanos abrangidos por tal sistema alcançava 22,4 milhões de pessoas.

Há quem interprete essa aceleração da migração rural-urbana de que falávamos como nada menos do que “à maior migração em massa que o mundo já testemunhou” (Harvey 2008, p.138), e, que, segundo estatísticas oficiais da China de então (primeiros anos do século XXI), davam conta de haver “114 milhões de trabalhadores migrantes que deixaram áreas rurais, temporariamente ou para sempre, a fim de trabalhar nas cidades”, enquanto especialistas do governo chinês previam “que esse número vai se elevar a 300 milhões até 2020 e até mesmo a 500 milhões”<sup>93</sup> (idem).

Esse enorme fluxo migratório e as difíceis condições de vida do setor rural, assim como as pressões que exercem sobre a vida urbana – dado que a força de trabalho migrante rural é vulnerável à superexploração, o que por sua vez pressiona para baixo os salários dos residentes urbanos –, ajudam a explicar a proliferação das lutas sociais, tanto nas áreas urbanas como rurais, que nos dados levantados por Arrighi “passou de cerca de 10 para 87 mil entre os anos de 1993 e 2005, declinando apenas levemente nos seis primeiros meses de 2006” (2008, p.381). Mas a julgar pelas avaliações de Ellen David Friedman e Ralf Ruckus sobre a situação contemporânea da luta de classes na China, não parece que o leve declínio de 2006 tenha se firmado enquanto tendência da última década. Segundo Ellen, “as greves na China tem sido endêmicas desde meados dos anos 1990, com a primeira onda de privatização de empresas públicas. As lutas crescem e decrescem em função de diversos micro-fatores

---

93 Consultar J. Yardley. In a Tidel Wave, Chinas's Masses Pour from Farm to City. New York Times, 12 set. 2004, Week in Review 6.

econômicos, mas proliferaram de modo marcante durante os últimos vinte anos entre os trabalhadores migrantes, com reivindicações diversas”. Já Ralf aponta que “o padrão de luta dos trabalhadores migrantes alterou-se, uma vez que, antes de 2003, estas tendiam a ser raras, pequenas, isoladas, baseadas em relações de parentesco e defensivas nas suas reivindicações. A partir desta altura, tornaram-se mais frequentes, maiores, contagiosas, baseadas num interesse de classe e ofensivas nas suas reivindicações”.

Os planejadores chineses vêm defendendo que para atender ao crescimento populacional e a elevação do padrão de vida, a China deve atingir o patamar mínimo de 6% a 7% anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Tanto níveis mais baixos quanto muito mais altos que esses podem causar desestabilidades sociais e pôr em risco a estabilidade política. O elevado nível de crescimento entre as duas últimas décadas do século XX provocou um superaquecimento na economia do país, tencionou a infraestrutura existente, gerou pressões inflacionárias nos preços das matérias-primas, energia e transportes, e produziu condições para o surgimento de surtos de instabilidade política, a exemplo do trágico massacre de Tiananmen em 1989.

Sabemos que o crescimento da China pós-maoísta se acelerou significativamente quando contrastado com o período maoísta: a taxa anual média do PIB que fora de 4,4% entre os anos de 1952 a 1978, subiu para 9,7% entre 1980 e 2000. Tal crescimento foi extraordinário não só quando comparado com o passado da própria China, mas também com o ritmo de crescimento de praticamente qualquer outra nação do globo, o que não obstante as adversidades certamente lhe permitiu melhorar consideravelmente o padrão de vida de muitos além de tornar mais sólidos os seus fundamentos econômicos.

A que se deve tamanha excepcionalidade? Para Arrighi, “o sucesso econômico da China se baseou nas conquistas sociais da época de Mao” (2008, p.375) – conquistas essas já apresentadas, basicamente na maior expectativa de vida, alfabetização e melhores condições de vida, e conseqüentemente maior força produtiva e melhor instruída. E, assim como outros, também argumenta que “a maior oportunidade de aumento de sua riqueza e poder veio com a reintegração da China continental ao mercado regional e global, na década de 1980” (idem, p.355).

O início do processo de abertura da China ao exterior se deu ainda nos anos 1970, mais precisamente em 1971, ano em que os Estados Unidos retiram o embargo à China. Nesse mesmo ano ela ingressa nas Nações Unidas e daí em diante amplia progressivamente suas relações diplomáticas. Mas durante os anos 1970, a participação da China no intercâmbio internacional de bens materiais e culturais ainda era bastante modesta, dado que suas próprias

políticas também não contribuía muito para alterar decisivamente o seu isolamento. É apenas a partir de 1979 que o país passa a praticar uma política de abertura econômica e comercial, dando um passo decisivo para a recepção de investimentos estrangeiros e assimilação de novas e avançadas tecnologias do exterior, via a instalação de Zonas Econômicas Especiais (ZEE) e política de Portos Abertos.

Foram 5 ZEE (Shenzhen, Zhuhai, Shantou, Xiamen e Hainan) implantadas durante o começo dos anos 1980. Combinando indústria, comércio, ciências e tecnologias, buscavam processar produtos e exportá-los. Verdadeiros laboratórios na absorção de investimentos e tecnologias, na criação de novas estruturas industriais e na disputa do comércio internacional. Ademais, nada menos do que 14 cidades e portos litorâneos (Dalian, Qinhuangdao, Tianjin, Yantai, Qingdao, Lianyungang, Nantong, Xangai, Ningbo, Wenzhou, Fuzhou, Guangzhou, Zhanjiang e Beihai) também foram abertos ao exterior somente no ano de 1984. Um ano depois, a China abriu os deltas dos rios Changjiang e Zhujiang, a região triangular ao sul de Fujian, as penínsulas de Shandong e Liaodong, a província de Hebei e a região autônoma da etnia Zhuang de Guangxi. Assim, em poucos anos quase todo o litoral chinês estava aberto ao exterior. E esse processo de abertura ainda fora intensificado durante os anos 1990, tanto pela abertura ao comércio e investimentos internacionais de um grupo de cidades da bacia do Rio Changjian, como pela abertura para instalação de 15 zonas livres de direitos aduaneiros, 32 zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico e 53 zonas de desenvolvimento industrial de altas e novas tecnologias para outro grupo de cidades de fronteira e todas as capitais provinciais do interior. Como resultado, “esse conjunto de zonas, portos e cidades abertas ao exterior passou a executar políticas preferenciais para desenvolver a economia orientada para as exportações e assimilar as tecnologias avançadas do exterior” (Pomar, 2003, p.148-149).

A China aumentou em muito a sua participação no comércio internacional. Antes da abertura a participação de suas exportações não alcançava nem 1%. Em 1990 subiu para 1,9%. Em 2000 para 3,9%, 7,4% em 2005 e 8,9% em 2010. Hoje já supera os 10%! Pierre Salama reconhece que a competitividade crescente do país é mesmo impressionante, não só de seus produtos tradicionais, como pela incrível adaptabilidade de suas empresas, que são capazes de produzir rapidamente bens diferenciados e mais sofisticados em resposta às mudanças da demanda dos países desenvolvidos, e, por isso, “não está, no plano mundial, imobilizada na especialização do trabalho intensivo, com baixa elasticidade em relação à renda” (2011, p.87).

Após a abertura, a República Popular da China se transformou em pouco mais de uma década num agressivo polo de atração de investimentos estrangeiros. A evolução dos números

do Investimento Estrangeiro Direto (IED) é surpreendente: de \$20 bilhões de dólares acumulados durante toda a década de 1980 para \$200 bilhões em 2000. Em 2002 ela ultrapassa os Estados Unidos como a principal receptora de investimentos externos. Nos últimos anos vem atraindo IED de monta superior aos \$100 bilhões anuais. Arrighi argumenta que a característica mais atraente da China para o capital estrangeiro não foi somente a sua enorme reserva de mão-de-obra barata, mas também o fato desta ser saudável, educada, capacitada e de fácil mobilização. E mais, tais investimentos foram crescentes somente porque os chineses investiam ainda mais.

(...) o capital estrangeiro aproveitou o bonde da expansão econômica, que não foi ele que iniciou nem liderou. O investimento estrangeiro direto teve papel importante no estímulo à exportação chinesa. Entretanto, o *boom* das exportações foi um episódio tardio da ascensão chinesa. (...) o capital estrangeiro precisava mais da China do que a China precisava de capital estrangeiro. (Arrighi, 2008, p.359).

Ademais, é preciso sublinhar que a abertura da economia chinesa não significou o reconhecimento das virtuosidades das leis do mercado. Ao contrário, como bem explica Salama, tal abertura resultou de uma política industrial deliberada do Estado chinês, que promoveu subvenções à exportação, praticou políticas de taxas de juros seletivas, protecionismo temporário e seletivo. Pomar também defende que a abertura da China ao exterior foi seletiva e discriminada. Isso porque durante mais de uma década os investimentos estrangeiros limitaram-se às ZEE, e ainda tinham como condição se associar a alguma empresa nacional, estatal ou coletiva, além de aportar novas tecnologias e exportar toda a sua produção. Daí a conclusão de que o mercado doméstico estava, por um lado, aberto à introdução das novas tecnologias, possivelmente úteis à modernização de suas próprias empresas nacionais, mas, por outro, fechado aos produtos das empresas mistas sino-estrangeiras. Corolário: a China praticou não só abertura, mas também protecionismo.

Só à medida que suas próprias empresas ganharam experiência e competitividade para disputar com as empresas estrangeiras, inclusive nos mercados externos, ela foi abrindo seu mercado interno, processo que continua. Entre 1980 e 2000, houve uma paulatina abertura das portas da China para produtos externos, ao mesmo tempo que empresas chinesas se jogavam no comércio internacional e conquistavam fatias desse mercado. Essa política permitiu à China tornar-se um dos grandes receptores mundiais de capitais externos, um dos grandes exportadores mundiais de mercadorias e, recentemente, um crescente exportador de capitais. (Pomar, 2003, p.117).

Nos últimos anos a China vem investindo pesado no exterior, comprando ou criando empresas no estrangeiro nas mais diversas latitudes. Ela possui uma das maiores (senão a maior) reservas monetária internacional. É um dos principais investidores financeiros no

mundo, sobretudo nos Estados Unidos, e junto com ele atua como locomotiva da economia mundial. Orlando Caputo vem chamando a atenção para o fato de que a atuação da China na economia mundial vem provocando “uma mudança histórica nos termos de intercâmbio”, na medida em que o país está acirrando a concorrência no mercado mundial e nos mercados nacionais, provocando quebras de empresas e deslocando produções rumo à própria China. O país aprofunda a superprodução de produtos industriais com diminuição dos preços dessas mercadorias, e transforma a superprodução de matérias-primas e energia em subprodução com significativos aumentos de preços dessas outras mercadorias. Além disso,

a China combina o desenvolvimento para dentro com o já forte desenvolvimento para fora. (...) Na China, a força combinada e potenciada de mercado, a regulação e a planificação podem levar a que o capitalismo dependa cada vez mais da China do que o contrário. Um dos fatos mais significativos é que a China é um centro nevrálgico dos lucros na economia mundial atual. (Caputo, 2008, p.146-147).

Daí que qualquer indicação de redução do PIB chinês, por mais diminuta que seja, gera verdadeiro pânico em diversos mercados. Desde 1993 que os planejadores chineses têm se empenhado em obter um patamar de crescimento econômico um pouco mais baixo, entre 7% e 8% anuais, tido como o mais adequado para atender gradualmente as demandas da sociedade (em termos de crescimento populacional e elevação do padrão de vida) e a manutenção do equilíbrio entre reformas econômicas e reformas políticas. (POMAR, 2003). Mas foi somente no decorrer dos últimos anos, especialmente desde 2008, que a China vem se aproximando desse novo patamar, com um crescimento do PIB abaixo dos 9% anuais, e, portanto, mais próximo do que julgam compatível para manutenção da estabilidade social e política. E se contarmos os quatro últimos anos, 2013-2016, o PIB chinês mais se aproxima desse nível inferior, isto é, 7% de crescimento médio anual.

Segundo o atual premiê Li Keqiang, a China trabalha para alcançar um crescimento médio superior a 6,5% nos próximos cinco anos (de 2016 a 2020), em muito baseado em inovação tecnológica – a previsão otimista é a de que em 2020 cerca de 60% do PIB chinês seja fruto de avanços no campo da tecnologia e da ciência. Jia Kiang, um membro da Comissão Política Consultiva, recentemente afirmou que “a meta dos 6,5% [de crescimento] é o mínimo que de modo algum poderá ser atropelado (...) se o crescimento se tornar lento demais ao se aproximar daquela meta mínima, haverá políticas pró-crescimento” (*apud* ESCOBAR, 2016, p.01). Já o presidente Xi Jinping, durante as últimas “duas sessões” (a Conferência Política Popular Consultiva e o Congresso Nacional do Povo), foi mais ousado ao prometer duplicar o PIB e a renda dos chineses até 2020, considerando os números de 2010.

Subestimada pela mídia Ocidental, essas “duas sessões” aprovaram o 13º Plano Quinquenal da China, que prevê um grande plano intitulado “Um Cinturão, Uma Estrada”. Segundo Pepe Escobar

O plano “Um Cinturão, Uma Estrada” é o único plano de integração econômica global hoje em operação (não há planos B), e implica quase \$1 trilhão em investimentos futuros já anunciados. Em junho passado, o Banco de Desenvolvimento da China anunciou que investirá alucinantes \$890 bilhões em 900 projetos do plano “Um Cinturão, Uma Estrada” distribuídos em 60 países. Aí se inclui uma ferrovia crucialmente importante, de 2.000 km de extensão, para trens de alta velocidade, que ligará Xinjiang a Teerã, item essencial da crescente parceira estratégica para energia/negócios/comércio entre China e Irã. (Escobar, 2016).

Ainda segundo Escobar, caberá às empresas estatais o papel crucial nesse ousado plano. O que era de se esperar, ao menos para os que aceitam o argumento de Arrighi de que “em termos mais gerais, a desregulamentação e a privatização [na China] foram [e continuam sendo] bem mais seletivas e avançaram em ritmo bem mais lento do que nos países que seguiram a receita neoliberal” (2008, p.361-362).

É preciso registrar que no caso da China não há consenso em saber se mesma adotou ou não o receituário neoliberal. Para Samir Amin, o socialismo na China não ganhou nem perdeu. O que existe é um projeto coerente que não é um “projeto socialista”, mas um “projeto capitalista nacional e social”, o qual a esquerda socialista chinesa propõe modulá-lo para inscrevê-lo numa longa tradição socialista.

(...) quando se diz – como o Banco Mundial e a mídia dominante – que o “sucesso” da China depois de 1980 se deve ao fato de que ela renunciou ao socialismo, o que lhe permitiu sair da “estagnação maoísta” etc., não só se simplifica vergonhosamente as coisas, mas ainda se proíbe de compreender as verdadeiras razões desse “sucesso”. Com efeito, sem a infraestrutura econômica, política e ideológica construída pelos trinta anos de maoísmo (1950-1980), compreenderíamos mal a natureza da aceleração dos quinze últimos anos. (Amin, 2006, p.208).

De fato, os promotores institucionais do Consenso de Washington, o BM e o FMI, também os Tesouros dos EUA e do Reino Unido, assim como a mídia formadora de opinião, a exemplo do *Financial Times* e *The Economist*, atribuíram o crescimento econômico da China (desde 1980) e a conseqüente redução da pobreza e da desigualdade de renda no mundo ao fato dos chineses terem adotado às políticas por eles recomendadas. Mas Arrighi também desmente a assertiva com base “na longa série de desastres econômicos que a adoção real da receita provocou na África subsaariana, na América Latina e na antiga União Soviética” (2008, p.360). Ele descarta que a ascensão chinesa se deu por sua adesão ao credo neoliberal. Na avaliação deste sociólogo, as reformas não seguiram a receita neoliberal, e a tese de que a China adotou tal receita não passa de um mito proclamado tanto por intelectuais de esquerda

como por promotores institucionais do Consenso de Washington. Argumenta que “a fé utópica que o credo neoliberal dedica aos benefícios das terapias de choque, aos governos minimalistas e aos mercados auto-regulados era (...) estranha aos reformadores chineses” (2008, p.363), e que o retorno da China à economia de mercado seguiu num relativo gradualismo, onde o papel do governo na promoção do desenvolvimento fora inclusive ampliado, a exemplo dos enormes investimentos no desenvolvimento de novos setores, da criação de novas Zonas de Processamento para Exportações, da expansão e modernização da educação superior, assim como dos grandes projetos de infraestrutura sem precedentes em nenhum país de renda *per capita* comparável.

Já para Harvey, os resultados das reformas implantadas na China qualificam-na, “sem dúvida”, como uma “economia neoliberal com características chinesas”. Não que a mesma tenha adotada a “terapia de choque” recomendada pelo Consenso de Washington, mas que as reformas de Deng acabaram por conduzi-la a “um tipo específico de economia de mercado que incorporou crescentemente elementos neoliberais com o controle centralizado autoritário”. (2008, p.131 e 156).

O que se pode dizer com precisão é que a China, ao não seguir a estratégia de “terapia de choque” da privatização instantânea mais tarde impingida à Rússia e à Europa Central pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelo “Consenso de Washington” nos anos 1990, conseguiu evitar os desastres econômicos que assolaram esses países. Ao seguir seu próprio caminho peculiar rumo ao “socialismo com características chinesas” (...), o país conseguiu construir uma forma de economia de mercado manipulada pelo Estado que produziu um espetacular crescimento econômico (que se aproxima de uma média de 10% ao ano) e padrões de vida em ascensão para uma ponderável parcela de sua população durante mais de vinte anos. Não obstante, as reformas também levaram à degradação ambiental, à desigualdade social e no final a algo que parece desconfortavelmente semelhante à restauração do poder de classe capitalista. (Harvey, 2008, p.133).

Pomar, por sua vez, critica os que não entendem ou não querem entender “a impossibilidade de realizar um desenvolvimento econômico e social, do porte empreendido pela China, isento de erros, desigualdades, injustiças e conflitos”, bem como os incrédulos de “que a China consiga dar um verdadeiro salto na proteção e no tratamento do meio ambiente” (2009, p.11). E não descarta “a possibilidade do Estado chinês manter sua natureza socialista” (idem, p.318), ciente de que esta não será tarefa nada fácil, dado o ambiente de múltiplas formas de propriedades, inclusive capitalistas, de enriquecimento desigual, e de constante pressão para a adoção de privatizações e maiores aberturas ao mercado capitalista. Irá depender, sobretudo, do Estado chinês seguir utilizando suas empresas estatais como instrumentos de política econômica, manter-se priorizando as necessidades e aspirações das grandes camadas populares de sua população, bem como permitir que amplos setores dessas

camadas sejam cada vez mais incorporados à educação e à participação política democrática. E é claro que também dependerá do PC manter-se fiel aos seus princípios e ao seu estilo de trabalho, ao reconhecimento do papel que a utilização do marxismo e do pensamento elaborado por Mao e outros intelectuais comunistas desempenhou no curso de todo o processo da revolução chinesa, assim como que o partido continue conservando a legitimidade de dirigir o povo chinês. Ele argumenta que os chineses bem sabem que seu país “ainda se encontra no estágio primário de construção de uma sociedade socialista”, (ibidem, p.11-12), ainda que não bem explicitem todos os perigos que rondam a experiência de construção do socialismo em seu país, além da corrupção e de outros fenômenos ligados em especial a “economia de mercado capitalista”. Em suma, para Pomar “a caminhada não se completou, e os perigos de uma regressão capitalista continuam presentes”, e somente “a prática poderá ser o critério a indicar se a “economia de mercado socialista” com características chinesas vai evoluir no caminho de uma sociedade que supere o capitalismo, como propugnam os comunistas chineses, ou se vai transformar-se numa “economia de mercado capitalista”, mesmo com características chinesas” (p.319).

### **Considerações finais**

A República Popular da China certamente ainda não se desforrou do Ocidente, e se o fará ou não é uma questão que está em aberto. Mas já é mais do que a capital do Terceiro Mundo, e há muito que deixou de estar isolada na arena internacional e de ser considerada uma das nações mais pobres do mundo. Se o que se disse sobre a China Popular na época de Mao está correto, podemos sintetizar esse período como um tempo em que o povo chinês cresceu, viveu mais, se alimentou e se vestiu um pouco melhor, não obstante todos os desafios internos e externos que enfrentou e erros cometidos. Que tal resultado fora fruto de seu próprio trabalho, do camponês, dos migrantes rurais, do operariado, da nova *intelligentsia* e de sua organização burocrática. Traduz-se na rápida e progressiva reforma do campo, desde o estabelecimento das fazendas coletivas até a implantação das comunas rurais e das brigadas de produção, na industrialização, na produção e disseminação de novas tecnologias, na construção coletiva da educação e da infraestrutura rural etc. As inegáveis conquistas desse período formaram a base econômica e social sobre a qual a China pós-Maoísta pode contar. Mas como reconheceu a nova direção do PC e do governo chinês logo após a morte de Mao, ainda era uma base precária, uma fraca base produtiva e que tinha o desafio de assegurar trabalho quando menos se requeria dele, e bem-estar a uma enorme população que, mesmo

vivendo mais, sendo mais educada e se alimentando e se vestindo melhor, ainda padecia de múltiplas carências e era fundamentalmente pobre para os padrões mundiais dessa época.

O desenvolvimento chinês no período pós-Maoísta passou a se dar por meio de reajustes em sua economia e no desatar de um ambicioso programa de reformas e modernizações na agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e tecnologia. E ainda que o foco principal das reformas estivesse voltado para a economia, para a construção de uma forte base material, de uma “economia de mercado socialista” com características chinesas, é errôneo pensar que os comunistas chineses não realizaram reformas sociais e políticas. Todas as reformas caminharam gradualmente e tendo em vista o longo prazo, objetivavam um desenvolvimento relativamente rápido, mas com estabilidade econômica, social e política, que contou com uma combinação de planejamento macroeconômico e macrossocial com o mercado, com diversos tipos de propriedades, utilizando trabalho intensivo e capital intensivo, de baixas e altas tecnologias, combinando protecionismo e livre comércio, regulação e desregulação. Sua *performance* de décadas de crescimento econômico foi mesmo espetacular e única, e caminha a passos largos para se tornar a maior das economias, superando os Estados Unidos. É certo que melhoraram as condições de vida de sua população, com destaque para a atenuação da miséria e pobreza de muitos. Seu mais recente 13º Plano Quinquenal é ambicioso ao prever duplicação do PIB e da renda dos chineses em apenas uma década, até 2020.

Mas o desenvolvimento econômico e social chinês não esteve e não está isento de erros. O socialismo chinês não é perfeito e igualitário. Houve e há inúmeros problemas sociais e ambientais, exploração predatória do trabalho e do meio ambiente, aumento da desigualdade de riqueza e de renda entre áreas urbanas e rurais e seus estratos sociais, acumulação de riqueza inapropriada no topo, afora o debate sobre as provas da restauração do poder da classe capitalista no país e do papel que seu Estado vem desempenhando nas últimas décadas. Houve e há conflitos sociais, lutas camponesas, greves operárias e múltiplas manifestações de descontentamento. Foram e são grandes os desafios de continuidade de construção de uma sociedade socialista na China (ainda em estágio primário). E para melhor compreendermos o futuro do desenvolvimento chinês é imprescindível olhar atento para manutenção ou ruptura com os princípios cardeais de sua história mais recente, para as relações entre o partido-exército e o proletariado crescente, que já supera o campesinato.

## **Referências bibliográficas**

AMIN, Samir. O projeto da China pós-maoísta. *In: AMIN, Samir. Os desafios da mundialização. Aparecida, SP : Ideias & Letras, 2006.*

ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo : Boitempo, 2008.

BRAUDEL, Fernand. A China de ontem e de hoje. *In: BRAUDEL, Fernand. Gramática das Civilizações. São Paulo : Martin Fontes, 2004.*

CAPUTO L., Orlando. Na perspectiva histórica, o capitalismo dependerá mais da China do que a China do capitalismo. *In: SADER, Emir & DOS SANTOS, Theotonio. A América Latina e os desafios da globalização. Rio de Janeiro : PUC Rio; São Paulo : Boitempo, 2009.*

ESCOBAR, Pepe. [A China tem um plano para 2020](http://outraspalavras.net/destaques/a-china-tem-um-plano-para-2020/). <http://outraspalavras.net/destaques/a-china-tem-um-plano-para-2020/>

FRIEDMAN, Ellen David. A situação da luta de classes na China. Entrevista concedida em 05 de maio de 2015. <http://esquerdasocialista.com.br/a-situacao-da-luta-de-classes-na-china/>

HARVEY, David. Neoliberalismo “com características chinesas”. *In: HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo : Loyola, 2008.*

HOBBSBAWN, Eric. Fim do socialismo. *In: HOBBSBAWN, Eric. Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo : Companhia das Letras, 2001.*

MAO, Tsé-tung. O livro vermelho: citações do comandante Mao Tse-tung. São Paulo : Martin Claret, 2004.

*MDGs in China. United Nations Development Programme : at work in China. Annual Report 2007/2008. [www.undp.org.cn/modules.php?op](http://www.undp.org.cn/modules.php?op)*

*NACIONES UNIDAS. Informes de los Objetivos de Desarrollo del Milenio. Nueva York, 2008, 2009, 2010 y 2015. [www.un.org](http://www.un.org)*

*\_\_\_\_\_ . Resolución A64665 de la Asamblea General, 12/02/2010. <http://www.cucid.ulpgc.es/documentos/1-documentos/3/Seguimiento%20ODM%202010.pdf>*

MEDEIROS, Carlos A. China: entre os séculos XX e XXI. *In: FIORI, José Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis : Vozes, 1999.*

POMAR, Wladimir. A revolução chinesa. São Paulo : Unesp, 2013.

*\_\_\_\_\_ . China: desfazendo mitos. São Paulo : Página 13 e Publisher Brasil, 2009.*

RUCKUS, Ralf. A luta de classes na China. Entrevista concedida em 27 de novembro de 2014. <http://www.passapalavra.info/2014/11/101150>

SALAMA, Pierre. Passividade *versus* voluntarismo: a abertura revisitada. *In: SALAMA, Pierre. O desafio das desigualdades. América Latina/Ásia: uma comparação econômica. São Paulo : Perspectiva, 2011.*

*UNDP China. Human Development Report China 2007/08: Access for all : Basic public services for all 1.3 billion people. [http://hdr.undp.org/en/reports/nationalreports/asiathepacific/china/China\\_2008\\_en.pdf](http://hdr.undp.org/en/reports/nationalreports/asiathepacific/china/China_2008_en.pdf)*

# A IDEIA DE CERCO E A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CHINA

Bruno Hendler<sup>94</sup>

## Introdução

O presente trabalho tem como objetivo examinar a inserção da China no sistema internacional e nos principais tabuleiros de poder e riqueza da Ásia no século XXI, mas especificamente após a ascensão de Xi Jinping ao cargo máximo do país e o “retorno” dos EUA à Ásia pelo “pivô estratégico” do governo Obama.

Apesar do recorte temporal relativamente recente, o estudo faz um exercício intelectual de retornar ao século XIII para lançar hipóteses sobre como (e se) a presença da noção de cerco foi uma variável relevante no cálculo político de líderes desde as dinastias mais recentes do “Império do Meio”. Para tanto, o artigo apresenta os seguintes tópicos: a) um debate prévio sobre “desenvolvimento e cerco” na história da China e sua relação com o exterior a partir do século XIII; b) a apresentação de algumas correntes historiográficas sobre a chamada “grande divergência” entre a Europa Ocidental e a Ásia Oriental; c) a inserção subordinada da China no sistema internacional europeu a partir da Guerra do Ópio; d) a percepção de cerco na República Popular da China durante e após a Guerra Fria; e e) as linhas gerais da projeção chinesa em seu entorno regional a partir de uma mescla entre o “cerco benigno” do sistema sinocêntrico e o “cerco westfaliano” do sistema internacional de cunho europeu.

## 1. Um debate prévio sobre “desenvolvimento e cerco” na história da China

Ironicamente, a civilização milenar autoproclamada “Império do Meio” adquiriu, em tempos prévios à Revolução Industrial no Ocidente, uma noção muito distinta de cerco. Em tese, ser o Império do Meio significa estar cercado por outros povos que, obviamente, não estão no centro. Mas ao contrário do cerco no sistema internacional originado no Ocidente, em que as unidades políticas estão em uma competição constante e equilibrada, ou seja, em que não há supremacia plena de uma sobre as demais, a relação da China Imperial com seus vizinhos se deu, ao longo de dois milênios (mas com maior força a partir do século XIII), em

---

94 Bruno Hendler é Doutorando em Economia Política Internacional pelo PEPI-UFRJ. Bolsista Capes.

bases materiais e imateriais muito desiguais, com a assimetria pesando em favor do lado chinês.

A causa dessa desigualdade é alvo de acalorados debates, cujas hipóteses variam de explicações biogeográficas, tecnológicas e institucionais a razões de cunho filosófico/religioso. Porém, um termo que parece ser consenso entre os especialistas é o “sistema comercial-tributário”. Ao contrário dos Estados modernos europeus, as sucessivas dinastias do Império Chinês não desenvolveram uma racionalidade de rivalidade e competição entre unidades políticas “de igual para igual”, mas uma relação hierárquica de comércio-tributação, prestígio e poder com Estados vizinhos, adquirindo, assim, o prenome de “Império do Meio”. Apesar dos ataques de japoneses e de atritos frequentes no continente com cossacos russos, tibetanos, manchus, mongóis e outros povos da Ásia Central, Arrighi (2008, p. 323-324) sugere a ocorrência de uma paz de quinhentos anos na Ásia Oriental centrada na China devido a dois fatores que a diferem do sistema ocidental: a) ao contrário da incessante competição militar entre os soberanos europeus, a Ásia Oriental apresentou uma baixa frequência de guerras entre os séculos XV e XVIII, e; b) os Estados asiático-orientais não competiram entre si pela construção de impérios ultramarinos ou envolveram-se em corridas armamentistas minimamente comparáveis à Europa. Ademais, embora tenha havido uma expansão considerável da China na dinastia Qing (1644-1912), a relação da capital com os territórios e povos incorporados era diferente da lógica ocidental: ao invés de extrair recursos das periferias, o Estado chinês era mais propenso a investir nelas, cooptando os povos das fronteiras (ARRIGHI, 2007, p. 264), permitindo-nos caracterizar esta relação como um “cerco benigno” se comparado à lógica competitiva do sistema westfaliano.

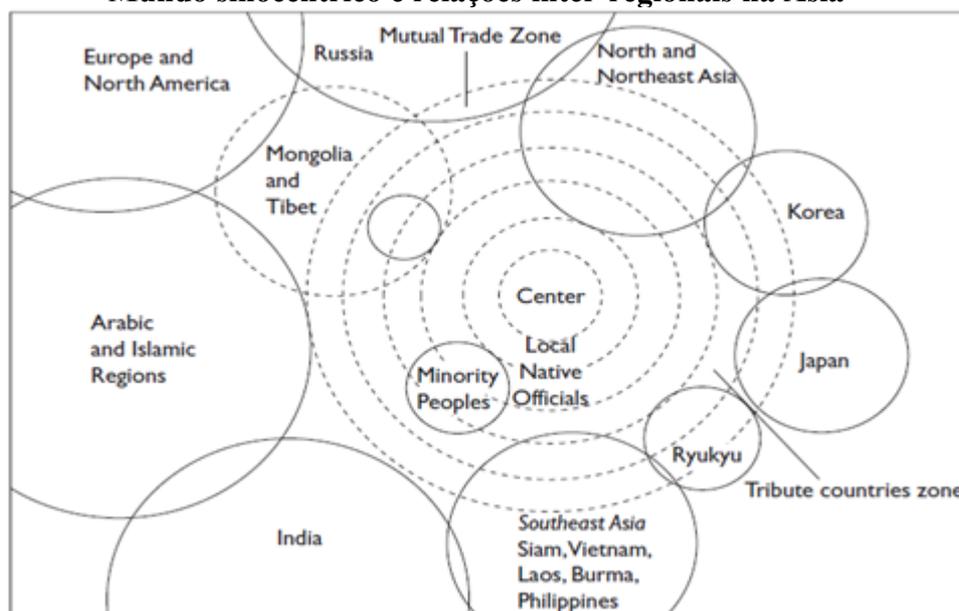
Referência nos estudos da área, John Fairbank (1942) distingue o sistema tributário do comercial, enfatizando o primeiro. Para ele, o sistema tributário é muito mais antigo e tem como característica um valor simbólico de superioridade chinesa, pelo qual os demais povos enviavam tributos por meio de emissários ao Imperador chinês em troca não apenas de bens materiais de maior qualidade, mas de um reconhecimento simbólico que garantia a própria legitimidade dos soberanos vizinhos perante seus súditos. Era uma espécie de investidura conferida pelo Imperador chinês em que as trocas comerciais beneficiavam mais os povos vizinhos do que a própria China. Exemplo curioso é o caso do Vietnã, cujo soberano colocava-se como “Rei” ao comunicar-se com a China, mas como “Imperador” ao lidar com povos subjugados, replicando em menor escala o simbolismo do sistema sinocêntrico e criando uma identidade comum em boa parte da Ásia Oriental (Andornino, 2006, p. 10).

Não obstante, uma base material de excedente agrícola e populacional, bem como uma superioridade militar também eram elementos essenciais da centralidade chinesa. Com frequência, os tributos eram usados para a diplomacia e para a guerra: Fairbank (1942, p. 137) fornece indícios de que durante a dinastia Sung, tais tributos serviram a interesses defensivos, enquanto durante o domínio Mongol serviram a movimentos expansivos e, por fim, para os Qing, foram utilizados majoritariamente para manter a estabilidade nas relações externas. Ademais, o uso de espiões, da diplomacia de alianças e da força (ou ameaça de seu uso) era frequente.

Fiori afirma que a China também foi (e é) um poder expansionista, tendo conquistado, durante a Dinastia Ming, a Mongólia, a Coreia e o Vietnã, além de impor seu domínio a Japão, Java, Brunei, Srivijaya, Sião e Camboja. Para o autor, no tempo em que poder era medido em território, população, excedente econômico e capacidade de tributação, “a China conquistou em três séculos mais do que o dobro do que foi conquistado pela Europa e seus impérios marítimos” (FIORI, 2015, p. 96).

Não obstante, a mescla entre poder simbólico e poder material nos dá indícios de que o sistema sinocêntrico não pode ser compreendido apenas sob a ótica da expansividade das unidades políticas que caracteriza o sistema europeu. Se tentarmos estabelecer um paralelo com a visão ocidental, o Imperador chinês seria uma mescla do poder simbólico da Igreja Católica com o poder material do Imperador do Sacro-Império Romano Germânico, com diferenças importantes: o conjunto de ideias que dão sentido à realidade deriva do pensamento confuciano, que não vincula o comportamento humano com um mundo vindouro, e sim com as forças da natureza; a base material do Imperador chinês deriva de uma produção agrícola muito mais pujante e de uma centralização muito maior de poder militar do que seu par do Sacro Império; e enquanto o sistema ocidental emerge de guerras internas e expansivas pelo controle de pontos privilegiados de acesso aos produtos do Oriente a partir do que o historiador Lucien Febvre (2004) chama de “baixa autoestima” em relação à Ásia, a China desenvolve, desde cedo, uma percepção de autossuficiência e centralidade muito particulares.

## Mundo sinocêntrico e relações inter-regionais na Ásia



Fonte: ARRIGHI, et al., 2003, p. 6.

Portanto, seja pela força, pela riqueza ou pelo prestígio, a história da China até o século XIX é marcada pela centralidade em um sistema comercial-tributário que vigorava na Ásia Centro-Oriental, mas que tinha conexões, ainda que frágeis, com boa parte do Oriente Médio, Ásia Meridional e Europa. E nesse contexto de assimetria, o cerco à China era “benigno” se comparado à lógica expansiva das unidades políticas europeias, ainda que navegadores japoneses e povos das estepes pressionassem as franjas do Império.

## 2. A China e a grande divergência

Essa mescla de centralidade política, econômica e simbólica exercida pela China sobre seu entorno de forma mais intensa a partir do século XIII é problematizada pelo debate conhecido como “a grande divergência”. Esta linha de pesquisa examina os fatores que levaram a Inglaterra (e a Europa Ocidental) a ser o berço da Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII (e ao longo do século XIX), questionando o porquê de regiões da Ásia (em especial China, Índia e Japão), que apresentavam índices de produção, comércio e tecnologia em graus semelhantes de desenvolvimento, não terem dado o mesmo salto qualitativo tecnológico do Ocidente.

Arrighi et. al. (2003, p. 262) apontam para dois elementos chave dessa diferença: 1) a dinâmica de poder nas relações interestatais das duas regiões; e 2) o papel do capitalismo (no

sentido braudeliano) que teria surgido na Europa em contraste com uma economia de mercado (no sentido smithiano) que teria surgido na Ásia.

As relações interestatais na Ásia eram hierarquizadas em torno da China, que atuava como ator hegemônico de estabilização e mediação de conflitos entre os Estados menores. Naturalmente, há diversos registros de guerras entre as dinastias chinesas e os povos vizinhos, mas boa parte dos historiadores nota uma tendência da China em cooptar inimigos com base em presentes e comércio de produtos de alto valor agregado em detrimento do recurso das armas. Já no Ocidente, prevaleceu um sistema mais anárquico e competitivo em que diferentes unidades políticas com capacidades similares digladiavam-se e sucediam-se na posição de hegemonia do sistema. Neste caso, embora diplomacia e dissuasão também fizessem parte do jogo de poder, não havia um Estado capaz de estabilizar o sistema e cooptar inimigos com base em uma superioridade material e simbólica minimamente comparável à chinesa no Oriente.

O segundo ponto é indissociável do primeiro. O capitalismo é definido por Braudel como o “andar superior” da economia-mundo, onde predominam grandes monopólios e os interesses políticos distorcem as regras do livre mercado, transformando-o no “antimercado” e possibilitando, por meio das altas finanças, a ocorrência de “lucros extraordinários” (WALLERSTEIN, 2006, p. 18). Essa lógica emergiu no sistema ocidental em decorrência do “ciclo virtuoso” (e uns diriam sangrento e corrupto) entre a *necessidade de conquista* dos soberanos europeus e a *necessidade de lucro* dos grupos de comerciantes e banqueiros (FIORI, 2007, p. 22-24). Os soberanos careciam de recursos financeiros no curto prazo para promover suas guerras de expansão ou de sobrevivência, dada a intensa pressão competitiva entre os inúmeros reinos que dariam origem aos Estados nacionais modernos. Logo, recorriam constantemente aos serviços dos “comerciantes-banqueiros”. Para estes, os Estados nacionais em formação criaram um ambiente extremamente lucrativo, em que empréstimos, operações de câmbio, comercialização de produtos excedentes, e concessão de crédito para os soberanos, se tornaram as primeiras oportunidades de multiplicação do dinheiro por meio do próprio dinheiro, dando origem à lógica (D-D’) de valorização do capital.

Já na China, a ausência de um ambiente interestatal altamente competitivo foi causa e consequência de um sistema financeiro menos desenvolvido. Em compensação, ao coibir “lucros extraordinários” de agentes econômicos e canalizar a riqueza do Império para a agricultura e para grandes construções, o Estado chinês (principalmente na dinastia Ming) promoveu um período de pujança econômica, explosão demográfica e prosperidade que

culminaria no “fechamento” da China para o mundo exterior, com a proibição das navegações e do comércio exterior.

Portanto, no Ocidente tem-se a formação de um sistema interestatal competitivo e permeado por relações capitalistas que lançariam os europeus às grandes navegações, às colônias ultramarinas e eventualmente ao acesso a recursos naturais e mercados consumidores que seriam os gatilhos para a Revolução Industrial (POMERANZ, 2000). Já na Ásia Oriental, a China (e em menor escala o Japão) seguiu o caminho da Revolução Industrial, marcada pela divisão do trabalho fragmentada em famílias e microrregiões (ao contrário da relação centro-periferia no Ocidente), pelo comércio intrarregional (ao contrário do comércio de longa distância dos europeus), e pela ênfase na agricultura ao invés do próprio comércio de longa distância (ARRIGHI et. al, 2003, p. 283). Assim, ao contrário do que afirma Fiori, as expansões territoriais da China tiveram muito pouco a ver com as expansões europeias, pois ao invés de explorar os recursos coloniais sob a lógica centro-periferia, o Império investia em suas periferias, cooptando os povos estrangeiros e mantendo constantes déficits comerciais com eles – algo que soaria absurdo para os mercantilistas europeus da época. No longo prazo, porém, o choque com os impérios europeus cobraria o preço do fechamento chinês.

### **3. A Guerra do Ópio e o século da humilhação como consequências da grande divergência**

A Guerra do Ópio decorreu da necessidade de reprodução e consolidação do sistema inglês de tributação imerso no sistema interestatal capitalista. Ademais, o conflito deve ser interpretado como o choque do Estado hegemônico deste sistema com o centro do sistema comercial-tributário da Ásia Oriental, a China, que fechara-se para o mundo exterior em decorrência da Revolução Industrial dos séculos anteriores.

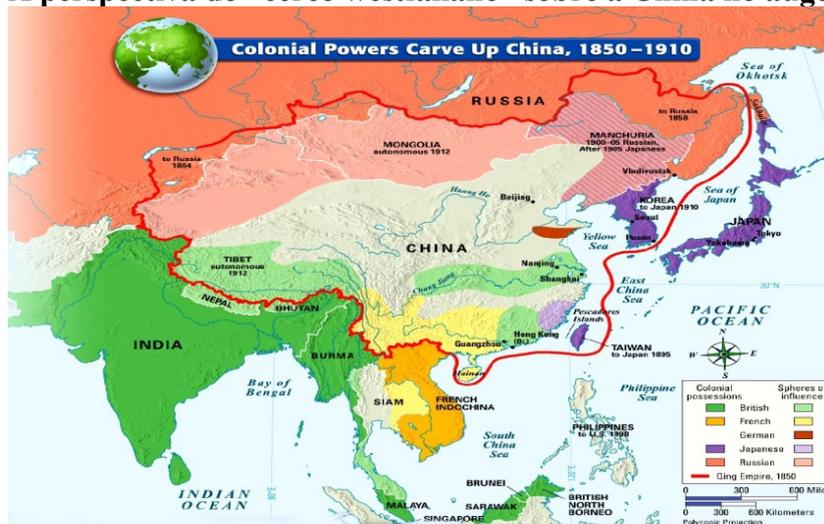
Até então, o contato com os europeus ocorria de forma esporádica, por meio de mercadores ou missionários cristãos, e o comércio com a China era muito mais importante para os europeus do que vice-versa. Para Frank (1998, p. 277), os europeus “pegaram carona” na expansão material asiática e formaram, por alguns séculos, uma parcela importante dos agentes comerciais na Ásia. Primeiro foram os missionários e comerciantes portugueses que arrendaram Macau e foram autorizados a praticar o comércio na região. Depois vieram espanhóis, holandeses, franceses e ingleses, todos buscando espaços privilegiados de comércio ou de difusão da fé cristã (GELBER, 2012, p. 120; 146-7). Porém, a relação da China com a Inglaterra (e depois com os países ocidentais industrializados mais o Japão) no

século XIX seria muito diferente da que tivera com os comerciantes europeus até o século XVIII, um jogo que vinha sendo jogado nas regras chinesas e controlado de forma rigorosa pela burocracia imperial.

Embora o ópio fosse usado há séculos na China para fins medicinais, o seu consumo aumentou consideravelmente com o crescimento da população e das tensões sociais. Este fenômeno não trouxe problemas apenas de cunho social com o aumento da violência e a destruição de famílias. A Inglaterra, cujo saldo comercial com a China era deficitário devido às importações de chá e porcelanas, descobriu no ópio produzido em sua colônia indiana o produto capaz de inverter esta situação. Com o total apoio de seu governo e o suborno de oficiais chineses em Guangzhou (Cantão), as empresas inglesas conseguiram elevar a oferta do produto e disseminar seu uso como entorpecente. Com isso, a balança comercial da China tornou-se deficitária e a prata acumulada ao longo dos séculos foi drenada para bancos na Inglaterra.

Diante dos estragos causados pelo ópio na sociedade e economia chinesas, o atrito tornou-se inevitável. As disparidades tecnológicas e de organização militar de ambos os países ficaram patentes com a invasão inglesa de várias cidades litorâneas da China. Quando, em 1842, uma frota de 48 quilômetros de comprimento navegou o rio Yangzi em direção à capital imperial de Nanquim com a intenção de atacá-la, o imperador não teve outra opção senão assinar a rendição no Tratado de Nanquim (GELBER, 2012, p. 214).

### A perspectiva do “cerco westfaliano” sobre a China no auge do Imperialismo



Fonte: <http://www.owassops.org/>

Assim inicia-se o famoso “século da humilhação” para os chineses ou “século do Tratado” para os ocidentais. Perdurando até a Revolução Comunista em 1949, esse período inseriu a China, à força, na concepção de cerco westfaliano. Sendo recortado entre as várias potências imperialistas, mas autorizado a subsistir de maneira subalterna, o Império do Meio testemunhou o fim de seu sistema comercial-tributário e viu-se cercado por unidades políticas superiores em termos de geração de excedente, capacidade de tributação e tecnologia militar, culminando no derramamento de sangue da guerra civil entre comunistas e nacionalistas e na invasão japonesa dos anos 1930 e 1940.

#### **4. A ideia de cerco na República Popular da China (RPC)**

A Era Mao foi, acima de tudo, uma ruptura política com o “século da humilhação”. Após 1949, a relação da China com o Ocidente mudou radicalmente, pois além do caráter social e da luta de classes, Hobsbawm (1995, p. 449) afirma que o comunismo chinês também teve um caráter nacional. Logo, se no âmbito interno predominou o combate à “extraordinária pobreza e opressão do povo”, a política externa foi influenciada pelo sentimento de que os bárbaros estrangeiros (principalmente os ocidentais) “não representavam nada de bom nem para os indivíduos chineses com quem tinham negócios, nem para a China como um todo”, (idem, p. 449) de forma que Mao “fomentou duas décadas de hostilidade com os EUA” (GELBER, 2012, p. 366) e anunciou a necessidade de “inclinar-se a um lado”, o do bloco comunista. Dessa forma, o novo Estado chinês internalizava a concepção de cerco westfaliano e deixava de lado a ideia do cerco benigno do Império do Meio, já combalida pelo século da humilhação.

Nossa proposta é identificar possíveis relações entre a política externa e a política economia da RPC a partir da ideia de cerco externo no sentido westfaliano.

##### **5.1 O cerco norte-americano e a aliança sino-soviética**

A chamada Era Mao é dividida em três fases. A primeira é marcada pelo cerco norte-americano à RPC na década de 1950. Diante da fuga do Partido Nacionalista (apoiado pelos EUA) para Taiwan e da atuação dos EUA na Guerra da Coreia, a percepção do cerco norte-americano à China ganha força. Essa concepção ganha ainda mais adeptos no Partido Comunista Chinês (PCC) frente à fragilidade da economia e das forças armadas do país,

dilacerado por três décadas de guerra civil e mais de uma década de guerra contra os japoneses.

Essa percepção de cerco teve impactos profundos na política externa do país. Para proteger-se de uma invasão norte-americana que, à época, era tida como possível, a RPC buscou o apoio da URSS. Devido à personalidade e ao prestígio de Stalin, Mao o considerava o chefe inquestionável da família comunista mundial, e via a URSS, principalmente durante a Guerra da Coreia (1950-53) como a única garantia contra um ataque dos norte-americanos, que faziam do Japão sua base de poder regional na Ásia-Pacífico (GELBER, 2012. 371; 380).

O alinhamento diplomático da RPC com a URSS foi formalizado em 14 de fevereiro de 1950 através do Tratado Sino-Soviético de Amizade, Aliança e Mútua Assistência que, entre outros tópicos, alertava para um novo surto expansionista do Japão e previa assistência recíproca em caso de ataque externo (ABI-SAD, 1996, p. 48). Logo, a formação de um eixo unindo os dois países “alterava em substância todo o equilíbrio de poder regional e mesmo mundial” (idem, p. 42). O sucesso das tropas chinesas em fazer frente ao contingente militar ocidental na Guerra da Coreia significou um dado importante para cálculos estratégicos na Ásia e marcou o fim da debilidade militar chinesa diante de estrangeiros (idem, p. 52). Assim, o surgimento do imenso bloco de países comunistas no coração da Eurásia tornou-se o pior pesadelo dos estrategistas geopolíticos norte-americanos que, na prática, já se conformavam com a “perda” da China enquanto aliado do Ocidente e passaram ao Japão a função de “vice-xerife” dos EUA no perímetro defensivo da região Ásia-Pacífico.

Além da aproximação política, a RPC passou a depender da URSS em termos de ajuda econômica e técnica para a adoção do modelo stalinista de desenvolvimento, a partir do qual foi implantado o primeiro plano quinquenal chinês (1953-1958). Gelber (2012, p. 370) define esse auxílio da seguinte forma:

(...) a China agora dependia muito do auxílio dos soviéticos na indústria, no desenvolvimento da infraestrutura, na tecnologia, nas comunicações e no comércio. A influência soviética também era forte na cidade, planejando e aperfeiçoando a educação, concentrando-se no treinamento científico e no estabelecimento de um estilo soviético de educação mais aprimorado, com o envio de milhares de estudantes chineses à URSS. Durante alguns anos os russos foram de uma generosidade considerável. Além de conceder grandes créditos à China, enviaram inúmeros técnicos e grande quantidade de tecnologia e projetos, sobretudo para ajudar a construir e administrar as indústrias chinesas.

Apesar do foco nas indústrias pesadas em detrimento da agricultura (setor primordial para a economia chinesa), os objetivos iniciais do primeiro plano quinquenal foram atingidos. A renda nacional cresceu a uma média de 8,9% e a produção agrícola cresceu a 3,8%, respondendo a um crescimento populacional de 2,4% (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p.

357-358). Porém, os recursos para esses investimentos (cerca de 25% do total) não vieram apenas da URSS, mas também da superexploração da agricultura através de impostos, fundos de acumulação das cooperativas e jornadas voluntárias de trabalho, de forma que a renda familiar camponesa caiu mais de 20% entre 1953 e 1957 (POMAR, 2003, p. 90).

## **5.2 O cisma sino-soviético e o terceiro-mundismo chinês**

A segunda fase da Era Mao iniciou-se com a ruptura da aliança sino-soviética, entre 1958 e 1960. As principais razões teriam sido: um racha ideológico devido ao revisionismo soviético levado a cabo por Nikita Khrushchev; um imperativo realista da URSS, que interromperia a transferência de tecnologia nuclear à China para evitar ter um vizinho com bomba atômica; um litígio territorial que culminaria numa guerra de fronteira dez anos depois; e a frustração chinesa ao ver Moscou negociar diretamente com Washington após a crise dos mísseis.

Diante disso, Pequim viu-se diante de um duplo cerco no sentido westfaliano e se preparava para buscar a autossuficiência econômica com o chamado Grande Salto Adiante. Buscando reduzir a dependência da URSS e as disparidades internas entre a agricultura e o setor industrial, esse plano visou interiorizar a indústria por meio de unidades de pequena escala, mobilizar trabalhadores na construção de infraestrutura e reorganizar o trabalho na zona rural. Porém, seus resultados foram caóticos (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 371). Numa combinação de péssimas condições do clima e erros de comunicação da burocracia estatal o projeto revelou-se catastrófico, causando a morte de dezenas de milhões de pessoas.

Visando romper com o duplo cerco das superpotências, Mao soube aproveitar do contexto de descolonização da África e da Ásia para adotar uma política externa terceiro-mundista ao longo dos anos 1960. A própria Revolução Cultural instigada pelo líder supremo da RPC serviu não apenas para promover expurgos e mudanças políticas internas, mas também para guiar grupos revolucionários de inspiração maoísta mundo afora. Especificamente no Sudeste Asiático, Pequim apoiaria e financiaria partidos e grupos da diáspora chinesa ligados à causa revolucionária, buscando romper com um possível cerco geopolítico norte-americano que se estendesse do Japão à referida região.

## **5.3 O cerco soviético e a aproximação sino-americana**

O duplo cerco das superpotências era nítido para os chineses ainda no começo dos anos 1970. Mas o arrefecimento da Revolução Cultural, bem como o crescimento econômico dos vizinhos asiáticos ligados ao Ocidente traria ventos de mudanças. O cerco soviético se fazia cada vez mais presente, com o apoio ao Vietnã do Norte, a cooperação militar com a Índia e a guerra contra os chineses na fronteira do rio Ussuri em 1969. Ademais, de 1949 a 1969 a China envolveu-se em conflitos “com quase o mundo inteiro” (GELBER, 2012, p. 396-397). Em 1950-53 lutou contra os EUA e a Coreia do Sul, com a Índia duas vezes, reprimiu à força o Tibete e Xinjiang, divergiu seriamente dos mongóis, permaneceu em estado de guerra fria com Taiwan e enviou tropas para combater os norte-americanos no Vietnã (idem, p. 397), ainda que tenha entrado em guerra com o próprio Vietnã em 1978.

E foi ironicamente a partir da Guerra do Vietnã que a relação da China com os EUA, e com o mundo, sofreu uma guinada. Para os EUA, a impossibilidade da vitória militar no conflito demandava um novo arranjo de poder asiático que incluísse a RPC numa aliança pautada pela inimizade contra Moscou.

Assim, a percepção de cerco soviético poderia ser um dos fatores determinantes para Pequim aproximar-se de Washington. Para a China, a aproximação com os EUA representava mais do que a contenção da ameaça soviética – seria o início do processo de abertura econômica e do reconhecimento internacional da legitimidade do Partido Comunista, consolidada com a entrada da RPC na ONU, com direito a assento permanente no Conselho de Segurança. Assim, em 1971 Mao Tsé-Tung e Zhu Enlai recebem Henry Kissinger e preparam a visita do presidente Nixon no ano seguinte, formalizando uma aproximação diplomática de caráter realista e pouco apegada a valores ideológicos.

#### **5.4 A abertura econômica de Deng Xiaoping**

Com a morte de Mao em 1976, o novo líder supremo do PCC, Deng Xiaoping, colocou em prática um plano de reformas, iniciadas em 1978, de acordo com a política das Quatro Modernizações nas áreas da agricultura, indústria, ciência e tecnologia, e forças armadas. Embora a percepção do cerco soviético nos anos 1980 estivesse mais fraca do que nas duas décadas anteriores devido às fissuras internas da URSS e às dificuldades na incursão no Afeganistão, as lideranças chinesas tinham em mente a necessidade do fortalecimento nacional para evitar um novo século de humilhação. A história da primeira metade do século XX estava muito vívida para ser deixada de lado, mas era preciso aprender com os erros da Era Mao para garantir a soberania chinesa a partir do desenvolvimento econômico do país.

Nesse sentido, a criação das ZEE's foi o fator mais relevante para a fusão entre interesse nacional chinês e desenvolvimento. Fiori (2015, p. 93) vai além e afirma: “ainda que seja difícil de entender e aceitar, o Estado chinês não está a serviço do desenvolvimento capitalista: pelo contrário, é o desenvolvimento capitalista e o próprio Estado chinês que estão a serviço de uma civilização milenar que já se considera o pináculo da história humana”.

De toda forma, ainda que o cerco externo à China tenha arrefecido nos anos 1980, ele foi fundamental para a abertura econômica e a integração do país às redes produtivas, comerciais e financeiras da Ásia Oriental e do mundo.

### **5.5 A ruptura do cerco ocidental pela projeção regional nos anos 1990 e 2000**

Com o fim da URSS, a principal pressão sistêmica à China voltou a ser os EUA. Pequim perdeu muito de seu poder de barganha com Washington uma vez que a ameaça soviética havia se esvaído. Assim, não apenas a dependência chinesa em relação aos mercados do Primeiro Mundo aumentava rapidamente após uma década de ZEE's, mas em termos geopolíticos o país era visto como a última ameaça continental da Eurásia a relutar contra a hegemonia atlântica, vitoriosa na Guerra Fria. Os protestos da Praça da Paz Celestial, em 1989, foram o estopim para uma mobilização ocidental em prol dos Direitos Humanos na China. Com isso, o país também adquiria o rótulo de último bastião autoritário que teimava em resistir à onda neoliberal que vinha do Ocidente.

Para Pequim, o cerco ocidental era nítido e multifacetado: havia pressões geopolíticas, diplomáticas e humanitárias. E embora o alto crescimento econômico garantisse a legitimidade interna do PCC, a vulnerabilidade a mercados do Primeiro Mundo, especialmente o norte-americano, ficava nítida diante das sanções e embargos econômicos feitos ao país.

A saída para romper esse cerco veio por meio do regionalismo, inspirado pelas experiências na Europa e na América do Norte. Ao contrário dos ocidentais, os países asiáticos optaram por um tom moderado e reagiram a Tiananmen como uma “questão interna” chinesa. Até o Japão, que endossara as sanções, retirou-se da coalizão antichinesa no ano seguinte (LI, 2009, p. 28). Assim, pela afinidade ao princípio da não intervenção em assuntos internos e pelo pragmatismo de romper com o isolamento ocidental, a China aproximou-se da Ásia Oriental em duas etapas.

A primeira, no começo dos anos 1990, veio com a normalização das relações diplomáticas bilaterais com boa parte dos países da região, percebendo que cooperação e

integração regional seria o caminho natural para a estabilidade e o desenvolvimento. O segundo momento veio ao final da década, quando as lideranças chinesas perceberam que uma abordagem multilateral vinculada a instituições regionais como a ASEAN e o Asean Regional Forum (ARF) poderia diminuir a percepção de ameaça dos vizinhos em relação à “ascensão chinesa”, além de contrabalancear a presença norte-americana na Ásia (LI, 2009, p. 29). Logo, a China adotou o que muitos especialistas denominaram de “charm offensive” (ACHARYA, 2008, p. 4), interpretando-a como o próprio uso do “soft power” enquanto políticas que deixam de lado o uso da força em prol de uma postura de diálogo, negociação e cooptação.

Essa “charm offensive” foi operacionalizada em diversas frentes. No âmbito econômico, a China solidarizou-se aos impactos da crise financeira de 1997, que atingiu em cheio muitas nações do SE Asiático. Ao contrário do FMI, o país forneceu pacotes de auxílio financeiro sem exigir contrapartidas políticas, além de valorizar sua moeda para incentivar as exportações dos países da região (ACHARYA, 2008, p. 3; KHAN, s.d., p. 98). É nesse momento que o país consolida-se como o duplo polo na economia mundial (MEDEIROS, 2008, p. 256), com altíssimos déficits comerciais com o Sul Global (inclusive com o SE Asiático) e superávits comerciais ainda maiores com os países desenvolvidos.

No contexto de resgate das economias vizinhas após a crise de 1997, a China propôs um programa chamado “Early Harvest” que derrubava as tarifas chinesas para produtos agrícolas oriundos da ASEAN. De fato, quando o projeto entrou em vigor, muitos dos países do SE Asiático foram beneficiados com o acesso privilegiado ao mercado chinês e apresentaram alto crescimento. E é precisamente o déficit comercial com os vizinhos da Ásia que passou a ser utilizado pela China como argumento para a integração regional e para a “boa vizinhança” em um jogo de soma positiva, em que todos sairiam ganhando.

Apesar de desconfianças iniciais, a China iniciou uma ofensiva multilateral assegurando-se que o “ASEAN way”, ou seja, a tomada de decisão gradual e por consenso, prevaleceria: em 1994 a China participou do ARF pela primeira vez; em 1997 foi co-fundadora do ASEAN + 3 ; em 2002 assinou quatro acordos com o ASEAN, incluindo a Declaração de Conduta das Partes no Mar do Sul da China; e em 2005 aderiu ao Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN, obtendo o direito de participar do East Asia Summit (NATHAN, SCOBELL, 2012). Na esteira dessa aproximação, o acordo de livre comércio entre China e ASEAN (CAFTA) entrou em vigor em 2010 e seus impactos já podem ser sentidos.

## 6. O “retorno” dos EUA à Ásia e o “sonho chinês” de Xi Jinping

Dois processos concomitantes exercem pressão sobre a Ásia Oriental desde o final da década de 2000: o “retorno” dos EUA com o “pivô estratégico” do governo Obama e o advento do “sonho chinês” do governo de Xi Jinping. Ambos os fenômenos sinalizam uma retomada da percepção de cerco westfaliano gestado na China, que tem atuado de forma proativa, e não apenas reativa, para garantir seus interesses e se contrapor à projeção norte-americana na região.

A projeção chinesa sobre seu entorno nos anos 2000 foi facilitada pela prioridade norte-americana no combate ao terrorismo no Oriente Médio e adjacências. Assumindo as rédeas do país em meio à crise financeira de 2008, Barack Obama não tardou a alterar os rumos da política externa dos EUA. Uma das principais guinadas foi o chamado “Pivô Estratégico” para a Ásia e o uso contínuo do termo “Ásia-Pacífico” ao invés de “Ásia Oriental”, dando a entender que os norte-americanos, assim como os chineses, fazem parte da mesma “Bacia do Pacífico” e, portanto, têm interesses legítimos na região. Obama tratou de retirar as tropas do Iraque e do Afeganistão e canalizar esforços militares, diplomáticos e econômicos para a Ásia Oriental. E embora Japão, Coreia do Sul e Taiwan atraíssem mais a atenção de Washington, o SE Asiático também ganhou importância, principalmente pelos efeitos da ascensão chinesa.

A ofensiva diplomática multilateral começou em 2009 quando Obama tornou-se o primeiro presidente norte-americano a encontrar-se oficialmente com os dez membros da ASEAN, no que viria a ser chamado, em 2013, de “US-ASEAN Summit”. Em 2010 foi criada a missão permanente dos EUA para o ASEAN e já no segundo encontro com o bloco as partes emitiram uma nota em defesa da “livre navegação do Mar do Sul da China”, em nítida referência à projeção da marinha chinesa na região (KHAN, s.d., p. 102).

Embora o pivô estratégico seja diplomático em essência, sua execução não pode ser dissociada da esfera militar (MAJID, 2013, p. 27). Assim, tanto aliados de longa data, como as Filipinas, quanto antigos rivais, como o Vietnã, têm recebido atenção especial dos EUA, seja com a reativação de bases militares (Filipinas) ou com a execução de exercícios militares conjuntos (Indonésia, Vietnã, Tailândia, Cingapura, Vietnã). No entanto, o confuso processo decisório nos EUA e a existência de agendas de segurança mais urgentes lançam dúvidas sobre o compromisso norte-americano em proteger seus aliados asiáticos em caso de possíveis agressões chinesas.

## Cerco militar anglo-americano sobre a Rússia e a China

### Anglo-American military encirclement of Russia and China



Fonte: <http://schillerinstitute.org>

O chamado pivô estratégico também está intrinsicamente ligado à “economic statecraft” dos EUA. Embora tenha acordos bilaterais de comércio com países da região, a criação do Transpacific Partnership (TPP), com a inclusão de Malásia, Brunei, Cingapura e Vietnã, é a mais recente materialização da estratégia norte-americana para responder ao desafio competitivo e geopolítico da China via acordos mega-regionais. O TPP busca forjar um novo arcabouço institucional e regulatório, tentando imprimir o direcionamento estratégico dos EUA à remodelação do regime global de acordos internacionais de investimentos. E tenta, assim, contrapor-se à expansão econômica e política da China e assegurar a capacidade norte-americana, que vem desde o fim da Segunda Guerra, de ditar regras no Pacífico. Os próprios documentos do governo sobre o TPP explicitam a disposição norte-americana de exercer a liderança na Ásia, buscando evitar a predominância do que eles chamam de “modelos menos abertos” e que “não compartilham dos nossos interesses ou valores”.

O segundo processo em questão é a transição da liderança de Hu Jintao para Xi Jinping e a marcada mudança na política externa chinesa, que trocou seu lema da “ascensão pacífica” para o “sonho chinês”. Desde que Xi assumiu o poder, a política externa chinesa tornou-se muito mais assertiva e nacionalista, migrando de um padrão que buscava evitar chamar atenção (keeping low profile) para um padrão de busca por resultados.

Kissinger (2011, p. 484) capta essa transição já no final da década de 2000 com o lançamento de uma obra<sup>95</sup> que sugere como grande meta nacional desbancar os EUA e tornar a China “o número um do mundo”. Não se sabe ao certo o impacto desta e de outras obras chinesas que sugerem o retorno do país à centralidade mundial após cerca de dois séculos de humilhação, mas nota-se que, após a crise de 2008, há uma articulação no sentido de ocupar posições estratégicas na economia e na política de sua região e do globo com uma eficiência que atemoriza o Ocidente e principalmente os EUA.

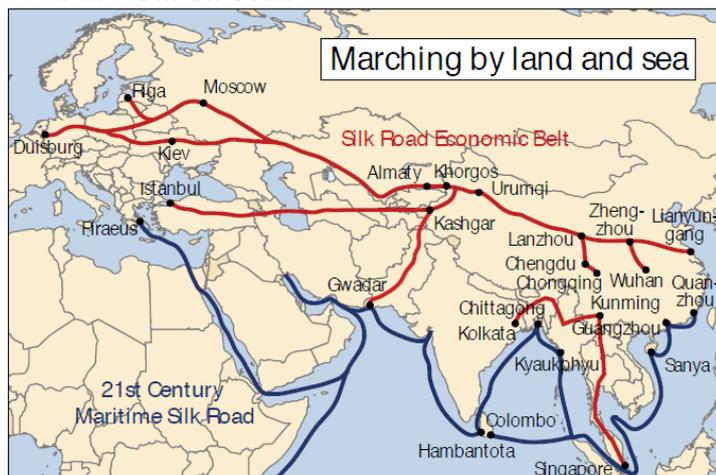
Tal assertividade da política externa chinesa já começa a se materializar em projetos ambiciosos nos quais a centralidade da Ásia é marcada. O primeiro símbolo de uma política externa assertiva é o Banco de Infraestrutura e Investimento da Ásia (AIIB na sigla em inglês), criado em meados de 2015 com mais de 50 países membros e com a ruidosa exceção de EUA e Japão, que se opuseram ao projeto. O AIIB quer financiar a expansão dos investimentos chineses na região, sobretudo para ampliar a capacidade produtiva e a conectividade regional. E vai oferecer alternativas de investimento às construtoras e ao capital chinês já saturados com um mercado interno que sofre com o excesso de capacidade em aço e equipamento pesado e que tenta fazer a transição para um padrão de acumulação menos centrado no investimento e mais centrado no consumo (BATSON, 2015; MILLER, 2015).

Outro grande símbolo da política externa assertiva para a região é nova rota da seda, que pretende reestabelecer as antigas rotas terrestres e marítimas da China. Trata-se de um conjunto ambicioso de portos, ferrovias, rodovias, grandes unidades de geração de energia e planos de urbanização ao longo de rotas que são comercial e estrategicamente relevantes para o entorno chinês. O SE Asiático, assim como a Ásia Central, são os pilares da nova rota. Além de obedecer à mesma lógica do AIIB de geração de demanda efetiva para as exportações e para os investidores chineses fora do país, a rota da seda marítima em torno do SE Asiático tem, evidentemente, objetivos geopolíticos. Ela busca facilitar a influência chinesa sobre o Mar do Sul da China, além de criar alternativas a rotas já bastante utilizadas e geopoliticamente vulneráveis para os chineses, como o estreito de Malaca.

---

95 Kissinger refere-se ao livro “China dream: the great power thinking and strategic posture in the post-American era” do coronel Liu Mingfu, que se tornou um best-seller na China após seu lançamento, em 2009.

## A nova Rota da Seda



Fonte: Miller, 2015, p. 19

Esses megaprojetos geram dúvidas sobre a capacidade econômica da China em sustentar gastos que obedecem a uma lógica geopolítica, mas que não geram retornos financeiros de curto prazo. Segundo Miller (p. 18), oficiais chineses sugerem que projetos como um “corredor econômico” no Paquistão e a construção de infraestrutura no Mianmar e na Ásia Central podem gerar prejuízos financeiros de 30% a 80%. Porém, os bancos chineses de desenvolvimento aparecem como peças chave ao conceder crédito barato a empresas de construção civil que utilizem bens de capital fabricados na própria China, estimulando setores internos de maior valor agregado. Ademais, por se tratar de uma relação entre bancos estatais e empresas muitas vezes controladas por agentes do próprio Estado (state-owned enterprises, ou SOE’s), nota-se que a China atua no andar superior do capitalismo, ou seja, vincula a exportação de capital produtivo à lógica do poder, uma vez que muitos dos países que recebem tais investimentos tendem a ser cooptados pela diplomacia chinesa. Por outro lado, os bancos de desenvolvimento têm recebido críticas de céticos na própria China, que começam a cobrar resultados em “hard cash” e não apenas em “currency of influence” (KROEBER, p. 36).

A resposta dos países asiáticos à assertividade chinesa nas esferas comercial, financeira e político-militar tem sido um misto de desconfiança com tentativas de aproveitamento da onda de liquidez aberta. Conforme essas nações começam a gestar percepções mais claras da China enquanto ameaça e não apenas oportunidade, tornam-se plataformas para o “retorno” dos EUA para a Ásia. Enquanto Japão e Coreia do Sul mantêm-se alinhados aos EUA, apesar de solavancos diplomáticos, a maior parte dos países do SE Asiático parece operar de maneira dual, engajando-se com os acordos propostos pela China

mas, ao mesmo tempo, aproximando-se dos EUA conforme sua nova agenda para a Ásia se torna mais explícita.

Neste caso, a análise de Kaplan é de grande valia. Para o autor (p. 122), a China difere dos EUA por não apresentar uma abordagem “missionária” em sua política exterior, ou seja, relaciona-se com o mundo de forma “uber-realist”, movida por um interesse nacional central de sobrevivência econômica e desenvolvimento. Ademais, boa parte dos investimentos chineses tem como destino a “World-Island” de Mackinder, em regiões que já estiveram de alguma forma sob influência de antigas dinastias chinesas, como a Ásia Central, o SE Asiático e o Oriente Médio.

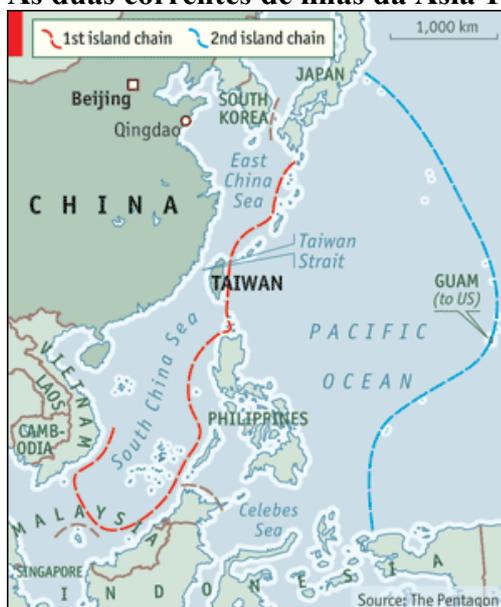
Ao assegurar acesso privilegiado a recursos para suas necessidades econômicas, a China altera a balança de poder no Oriente, afetando inevitavelmente os interesses dos EUA (e também da Rússia). Utilizando o conceito de “ventre mole” de Brzezinski, é possível identificar duas zonas onde a ausência de outra grande potência viabiliza uma projeção chinesa ainda maior: o SE Asiático e a Ásia Central.

A ausência de uma grande potência na Ásia Central não significa “carta branca” para a projeção da China, pois ainda que muitas das nações tenham sido tributárias dos antigos imperadores chineses, a história dos últimos três ou quatro séculos mostra que a influência russa e a presença soviética foram determinantes para os rumos da região. Logo, embora a Ásia Central não *contenha* uma grande potência, a Rússia é um ator preponderante e indispensável nos cálculos geopolíticos. A percepção de cerco que Rússia e China compartilham em relação ao Ocidente pode ser um combustível crucial para a aproximação bilateral e multilateral, no âmbito da Organização para Cooperação de Xangai, envolvendo os países da Ásia Central, que estariam no coração do Heartland de Mackinder. Resta saber se a Rússia contentar-se-á com as condições assimétricas dos acordos de cooperação propostos pela China e se aceitará de bom grado o “retorno” da China à Ásia Central passados alguns séculos do auge do sistema sinocêntrico.

A ausência de uma grande potência no SE Asiático tampouco garante caminho livre para a China. Novamente, embora a região não *contenha* uma grande potência, a projeção norte-americana, iniciada com a tomada das Filipinas em 1898, ampliada na Guerra Fria e reforçada pelo governo Obama, não pode ser desprezada. Assim, se a Rússia deve ser levada em conta no cálculo chinês para a Ásia Central, o mesmo deve ocorrer com os EUA no cálculo para o SE da Ásia. Para Kaplan, no âmbito de suas “fronteiras” marítimas, a China tem diante de si uma “Grande Muralha reversa”, isto é, aquilo que o governo chinês chama de “primeira corrente de ilhas” consiste no conjunto de países alinhados aos EUA que impede

seu acesso a águas profundas. Entre a primeira e a segunda corrente de ilhas estariam Japão, Coreia do Sul, Taiwan e boa parte dos países do SE Asiático.

### As duas correntes de ilhas da Ásia-Pacífico



Fonte: The Economist

Para romper com a percepção de cerco propiciada pela “muralha invertida”, a China adota duas linhas de ação sob a retórica defensiva, mas que são percebidas por seus vizinhos (e pelos EUA) como estratégias ofensivas: a modernização do seu aparato militar naval e a consideração dos arquipélagos do Mar do Sul da China como territórios seus por direito. Embora o poder naval não seja, em essência, “agressivo” como o terrestre porque não pode ocupar territórios e tem múltiplas funções além do combate, a China tem utilizado sua marinha como poder terrestre, buscando expandir seu “território” sobre a primeira corrente de ilhas (KAPLAN, p. 130), especificamente os arquipélagos em litígio no Mar do Sul da China (Paracel e Spratly).

Kaplan afirma que este é o tipo de comportamento de potências inseguras e que, mais cedo ou mais tarde, a China se tornará uma potência “benevolente e autoconfiante”, utilizando seu poderio bélico apenas como ferramenta de dissuasão dos EUA, uma vez que poder consiste na capacidade de alterar comportamentos de outros. O autor chega a sugerir a possibilidade de “finlandização” da região, o que, para os estrategistas norte-americanos, seria um grande pesadelo, pois refletiria a anulação da sua superioridade militar. De todo modo, a percepção de cerco westfaliano na China decorrente da rivalidade com os EUA tende a transformar o SE Asiático em um palco de primeira importância para as grandes potências.

## **Considerações finais**

A partir do olhar sobre a história foi possível identificar como a percepção de cerco influenciou a interação da China com o mundo exterior. O chamado cerco benigno demonstrou que a posição de centralidade no sistema sinocêntrico de comércio/tributo apresenta características distintas do sistema interestatal europeu surgido na Baixa Idade Média. Os debates historiográficos que versam sobre a “grande divergência” e as causas da assimetria entre a China e as potências europeias no século XIX são reflexos das diferenças entre os sistemas Ocidental e Oriental.

Assim como os demais povos não europeus, a China foi inserida na perspectiva de cerco ocidental westfaliano por meio de derramamento de sangue, humilhação e degradação de estruturas sociais nativas. Porém, ao contrário da grande maioria dos povos nativos da América, África e Ásia, a estrutura política estatal da China não deixou de existir, embora o Estado tenha sido altamente fragilizado até a Revolução Chinesa, em 1949.

A interação da República Popular da China com o mundo exterior tornou-se uma mescla dos valores sinocêntricos com a incorporação da noção de cerco westfaliano. A partir da análise histórica, percebeu-se que os cercos norte-americano e soviético fizeram parte dos cálculos de política externa e política economia da RPC. Sem deixar de lado essa preocupação, a partir da abertura econômica a China começou a dar os primeiros passos na conformação de uma nova ordem mundial asiática, primeiro “pegando carona” no desenvolvimento do Japão e dos tigres asiáticos e depois tornando-se a principal força motriz do crescimento econômico dos países da região. E é precisamente a mescla entre centralidade econômica e cerco geopolítico que torna a inserção internacional da China um verdadeiro quebra-cabeça a ser decifrado.

## **Referências bibliográficas**

ABI-SAD, Sergio C.M.. A potência do dragão: a estratégia diplomática da China. Brasília: UnB, 1996.

ACHARYA, Amitav. Asia Rising: who is leading? Singapura: World Scientific Publishing Co, 2008.

ANDORNINO, Giovanni. The Nature and Linkages of China's Tributary System under the Ming and Qing Dynasties. Londres: Department of Economic History, London School of Economics, 2006.

ARRIGHI, Giovanni; HAMASHITA, Takeshi; SELDEN, Mark. Introduction: The rise of East Asia in regional and world historical perspective. In: ARRIGHI, Giovanni; HAMASHITA, Takeshi; SELDEN, Mark (orgs.). The Resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives. Londres: Routledge, 2003.

\_\_\_\_\_. HUI, Po-Keung, HUNG, Ho-fungç SELDEN, Mark. Historical capitalism, East and West. In: ARRIGHI, Giovanni; HAMASHITA, Takeshi; SELDEN, Mark (orgs.). The Resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives. Londres: Routledge, 2003.

\_\_\_\_\_. States, Markets, and Capitalism, East and West. Positions 15:2: Duke University Press, 2007.

\_\_\_\_\_. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

BATSON, A. Can the New Silk Road Revive China's Exports? Gavekal Dragonomics China Research, fevereiro 2015.

FAIRBANK, John. Tributary Trade and China's Relations with the West. The Far Eastern Quarterly, Vol. 1, No. 2, 1942.

\_\_\_\_\_; GOLDMAN, Merle. China: a new history. Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 2006.

FEBVRE, Lucien. A Europa: gênese de uma civilização. Bauru: EDUSC, 2004.

FIORI, José L. O poder global e a nova geopolítica das nações. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_; O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In \_\_\_\_\_; MEDEIROS, Carlos A; SERRANO, Franklin P. O mito do colapso do poder americano. Rio de Janeiro: Record, 2008

\_\_\_\_\_. História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.

FRANK, Andre G. ReOrient: global economy in the Asian Age. Los Angeles, CA: University of California Press, 1998.

GELBER, Harry G. O dragão e os demônios estrangeiros: a China e o mundo, de 1100 a.C. aos dias atuais. Rio de Janeiro: Record, 2012.

HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAPLAN, Robert. The revenge of geography. Ova York: Random House, 2012.

KHAN, Raja Muhammad. Sino-U.S. rivalry in Southeast Asia. Turkish Policy Quarterly, sem data.

KISSINGER, Henry. Sobre a China. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KROEBER, Arthur. Financing China's Global Dreams. Gavekal Dragonomics China Research, junho 2015..

LI, Mingjiang. Explaining China's proactive engagement in Asia. In: TANG, Shiping, LI, Mingjiang;

MAJID, Munir. Southeast Asia Between China and the United States. London School of Economics and Political Science, 2013.

MEDEIROS, C. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e China. In: \_\_\_\_\_; FIORI, José L.; SERRANO, Franklin. O mito do colapso do poder americano. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MILLER, Tom. Asia's Infrastructure Arms Race. Gavekal Dragonomics China Research, junho 2015.

NATHAN, Andrew J.; SCOBELL, Andrew. China's search for security. Nova York: Columbia University Press, 2012.

POMAR, Wladimir. A Revolução Chinesa. São Paulo: Unesp, 2003.

POMERANZ, Kenneth. The great Divergence: China, Europe, and the making of the modern world economy. Princeton: Princeton University Press, 2000.

# **A TRANSIÇÃO DO CSA BRITÂNICO PARA O NORTE-AMERICANO: ANÁLISE COMPARATIVA PARA A CRISE ATUAL**

**Rosângela de Lima Vieira<sup>96</sup>**

A crise econômica mundial, de 2008, ainda não acabou. Deflagrada no setor imobiliário norte-americano, propagou-se para outros setores da economia e regiões do mundo. Na Europa: Portugal, Espanha e em maiores proporções a Grécia sofreram e sofrem ainda as consequências dela. A China tem convivido com a redução das taxas de seu crescimento. A América Latina, e em especial o Brasil, passam há mais de dois anos pelo decréscimo de sua economia, aumento do desemprego, depreciação da moeda e retorno de taxas de inflação próximas a 10% ao ano. Não há indícios de uma conjuntura em que se possa indicar a superação da crise. Muito pelo contrário, passados quase 8 anos, a crise permanece atual, nítida e presente.

Diante disso uma questão se põe enfaticamente: seria a atual crise econômica mais uma crise passageira ou estaríamos numa crise mais profunda, a qual alguns analistas identificariam com a fase terminal do Ciclo Sistêmico de Acumulação (CSA) liderado pelos Estados Unidos?

Nossa intenção aqui se constitui em fazer uma análise histórica comparativa, buscando elementos de outras crises do capitalismo para pensarmos a magnitude da atual crise. Retomaremos o processo de transição do CSA britânico para o norte-americano para extrair dele elementos históricos que nos ajudem pensar a conjuntura contemporânea. O estudo terá como referência os autores basilares da abordagem ‘Economia Política do Sistema Mundo’ (EPSM): Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi<sup>97</sup>.

O percurso está desenvolvido em três segmentos. De início apresentaremos uma breve caracterização da abordagem da EPSM e de seus princípios analíticos; a seguir retomaremos a análise de Arrighi sobre a transição da hegemonia britânica para a norte-americana; e por fim articularemos as contribuições de Arrighi para pensar a crise atual.

---

<sup>96</sup> Professora do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista / campus de Marília (SP).

<sup>97</sup> Em parte essa análise está presente no artigo “Crise atual: observações a partir da Economia Política dos Sistemas-Mundo”, in: Crise do capitalismo global no mundo e no Brasil; SANTOS, Agnaldo dos et alli. Bauru, SP: Canal6, 2013. 310 p. Disponível em:

<[https://estudosglobalizacao.files.wordpress.com/2013/10/ebook\\_crise-do-capitalismo-global-no-mundo-e-no-brasil.pdf](https://estudosglobalizacao.files.wordpress.com/2013/10/ebook_crise-do-capitalismo-global-no-mundo-e-no-brasil.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2015.

## 1. Princípios analíticos da EPSM

A partir de três princípios analíticos fundamentais transcorrem as análises da Economia Política dos Sistemas-Mundo. São eles: - os estudos são necessariamente históricos, numa leitura de longa duração e utilizam o método comparativo; - a interdisciplinaridade constitui-se como essencial para a amplitude dessas análises, assim, embora aspectos econômicos sejam preponderantes, as demais dimensões (políticas, culturais, militares, etc.) não são abandonadas; e - o aspecto relacional entre o que classicamente é identificado como global e local estabelece outro princípio constitucional dessa abordagem.

A partir desses pressupostos, os autores observam que as crises do sistema capitalista têm sido constantes e notam “[...] um ciclo alternado de expansões e estagnação. E estes ciclos incluíam flutuações de tal relevância e regularidade que seria difícil crer que não eram intrínsecos ao funcionamento do sistema.” (WALLERSTEIN, 1985, p. 29) Disso resultou, entre outras consequências, uma realocação geográfica.

Tal realocação geográfica tinha como principal atrativo a mudança para uma área com custos mais baixos de trabalho, embora, do ponto de vista da área para a qual se mudava a indústria, tal indústria usualmente implicasse um aumento do nível salarial de alguns setores da força de trabalho. Estamos atravessando exatamente agora uma realocação mundial maciça das indústrias siderúrgica, automobilística e eletrônica. Este fenômeno de realocação desde o início foi parcela e parceiro do capitalismo histórico. (IDEM, p. 30).

E segundo Wallerstein, “[...] as novas incorporações ao sistema mundial do capitalismo tendiam a ser correlatas às fases de estagnação na economia mundial [...]” (1985, p. 34)

Os ciclos alternados de expansões e estagnações, como essenciais ao processo histórico do capitalismo, também estão presentes na análise de Fernand Braudel, a partir do conceito de economia-mundo. Tais ciclos levam à alternância do centro de acumulação.

Seja Amsterdam substituindo Antuérpia, Londres sucedendo Amsterdam ou, por volta de 1929, Nova York ultrapassando Londres, a cada vez é uma enorme massa de história que muda de rumo, revelando as fragilidades do equilíbrio anterior e as forças do que vai estabelecer-se. Podemos de antemão suspeitar que todo o círculo da economia-mundo é assim afetado e que as repercussões nunca são unicamente econômicas. (BRAUDEL, 1996, p. 22).

Foi, contudo, Arrighi quem cunhou o conceito de Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA) para analisar em conjunto e ao mesmo tempo cada uma das economias-mundo de Braudel. Segundo ele, os CSAs são unidades de análise mais ‘maneáveis’ construídas a partir

das contribuições braudelianas, sobretudo, o conceito de capitalismo como um processo histórico de longa duração e enquanto o terceiro andar da economia<sup>98</sup>.

Os ciclos sistêmicos de acumulação derivam

[...] diretamente da ideia braudeliana do capitalismo como a camada superior “não especializada” da hierarquia do mundo do comércio. Nessa camada superior é que se fazem os “lucros em larga escala”. Nela, os lucros não são grandes apenas porque a camada capitalista “monopoliza” as atividades econômicas mais lucrativas; mais importante ainda é o fato de que a camada capitalista tem a flexibilidade necessária para deslocar continuamente seus investimentos das atividades econômicas que estejam enfrentando uma redução dos lucros para as que não se encontrem nessa situação. (ARRIGHI, 1996, p. 8)

Arrighi também esclarece que ao decompor esses cinco longos séculos em quatro CSAs: Gênova, Holanda, Grã Bretanha e Estados Unidos – refere-se “[...] ao sistema como um todo, e não a seus componentes”. E também explica que concentrar-se “[...] nas estratégias e estruturas dos agentes governamentais e empresariais genoveses, holandeses, britânicos e norte-americanos deve-se exclusivamente à posição central que ocupam, de forma sucessiva, na formação dessas etapas.” (ARRIGHI, 1996, p. XI). Ou seja, a economia capitalista é mais ampla tanto geograficamente, quanto no que se refere a seus agentes. E, embora os centros hegemônicos de cada CSA recebam certa ênfase já que o processo é capitaneado por cada um deles é importante ressaltar que tendencialmente cada modelo buscou estratégias para expandir-se o máximo possível pelo planeta. Segundo Arrighi,

O principal objetivo do conceito de ciclos sistêmicos é descrever e elucidar a formação, consolidação e desintegração dos sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu, desde seu embrião subsistêmico do fim da Idade Média até sua dimensão global da atualidade. (ARRIGHI, 1996, p. 10).

A observação de expansões materiais seguidas de expansões financeiras reiteradas vezes levou à concepção dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação. Ou seja, cada ciclo passou inicialmente por uma fase de intensificação de sua acumulação pela produção e/ou circulação e em seguida parte significativa de sua acumulação deslocou-se para a esfera financeira.

Também se deve destacar que os ciclos sistêmicos de acumulação consecutivos superpõem-se parcialmente. Quando o ‘antigo’ ciclo entra na fase financeira – ou seja, as taxas de lucratividade pendem para os negócios financeiros – o que causa um deslocamento dos investimentos de capitais para esse setor; um ‘novo’ ciclo começa se desenhar a partir de uma expansão material – o que pode ser por causa de novos produtos, por exemplo –, e que lentamente começa a atrair investimentos. (ARRIGHI, 1996, p. 6).

---

98 Para Fernand Braudel a economia se apresenta historicamente em três níveis: o primeiro andar, a economia das trocas simples; o segundo andar, a economia de mercado; e o terceiro nível, o capitalismo. Este último caracterizado por um vasto conjunto de estratégias na busca do maior lucro possível, o que inclui a fuga da ‘lei de mercado’ da oferta e procura.

Os quatro ciclos citados são apresentados por Arrighi em um gráfico<sup>99</sup>, demonstrando visualmente essa sucessão e a superposição parcial dos ciclos sistêmicos de acumulação, quando ocorre a expansão financeira do CSA em vigor começa concomitantemente uma nova expansão material que poderá constituir-se em um ‘novo’ CSA. Segundo ele,

O aspecto principal do perfil temporal do capitalismo histórico aqui esquematizado é a estrutura semelhante de todos os séculos longos. Todos esses constructos consistem em três segmentos ou períodos distintos: (1) um primeiro período de expansão financeira [...], no correr do qual o novo regime de acumulação se desenvolve dentro do antigo, sendo seu desenvolvimento um aspecto integrante da plena expansão e das contradições deste último; (2) um período de consolidação e desenvolvimento adicional do novo regime de acumulação [...], no decorrer do qual seus agentes principais promovem, monitoram e se beneficiam da expansão material de toda a economia mundial; e (3) um segundo período de expansão financeira, no decorrer do qual as contradições do regime de acumulação plenamente desenvolvido criam espaço para o surgimento de regimes concorrentes e alternativos, um dos quais acaba por se tornar [...] o novo regime dominante. (ARRIGHI, 1996, p. 219-220)

Outra contribuição de Arrighi é a distinção entre crise sinalizadora e crise terminal desse regime de acumulação:

[...] chamaremos o início de cada expansão financeira – e, por conseguinte, de cada século longo – de “*crise sinalizadora*” do regime de acumulação dominante. É nesse momento que o agente principal dos processos sistêmicos de acumulação começa a deslocar seu capital do comércio e da produção, em quantidades crescentes, para a intermediação e a especulação financeiras. Essa passagem é a expressão de uma “crise”, no sentido de que marca um “ponto decisivo” um “momento crucial de decisão”. Essa crise é o “sinal” de uma crise sistêmica subjacente mais profunda, que, no entanto, a passagem para as altas finanças previne temporariamente. (ARRIGHI, 1996, p. 220.)

Essa fase leva a uma acumulação de riquezas e de poder e ocorreu em todos os ciclos sistêmicos de acumulação.

No entanto, por mais maravilhoso que esse momento possa ser para os que se beneficiam do fim da expansão material da economia mundial, ele nunca representou uma solução duradoura para a crise sistêmica subjacente. Ao contrário, sempre foi o preâmbulo de um aprofundamento dessa crise e da eventual superação do regime de acumulação ainda dominante por um novo regime. Chamamos ao evento ou série de eventos que levam a essa superação final de “*crise terminal*” do regime de acumulação dominante [...]. (ARRIGHI, 1996, p. 220)

Veremos a seguir que os estudos das transições dos ciclos sistêmicos não apenas revelam a história econômica passada, mas subsidiam uma compreensão mais ampla do presente. Especificamente, as características da passagem do CSA britânico para o norte-americano, apresentadas por Arrighi, oferecem elementos comparativos para a análise da atual conjuntura<sup>100</sup>.

---

99 Cf. Arrighi, p.219.

## 2. Transição do CSA britânico para o norte-americano<sup>101</sup>

O modelo britânico – chamado por John Gallagher e Ronald Robinson de ‘imperialismo de livre comércio’, ou “[...] um sistema mundial de governo que se expandiu e suplantou o Sistema de Vestfália” (ARRIGHI, 1996, p. 53) – foi uma centralização sem precedentes do poder mundial nas mãos de um único Estado, o Reino Unido, por mais de um século.

Por sua vez, o imperialismo de livre comércio estabeleceu o princípio de que as leis que vigoravam dentro e entre as nações estavam sujeitas à autoridade superior do ‘mercado mundial’ regido por ‘leis próprias’. Esse poder foi resultante da adoção *unilateral* de uma prática e uma ideologia de livre comércio pelo Reino Unido. Ainda combinando a expansão territorial ultramarina com o desenvolvimento de uma indústria de bens de capital no país, essa política tornou-se um poderoso instrumento de governo de toda a economia mundial. Ao abrirem seu mercado interno, os governantes britânicos criaram redes mundiais que dependiam da expansão da riqueza e poder do Reino Unido, e de fidelidade a ela. Assim, pode-se dizer que o capitalismo mundial, sob a égide britânica, foi ao mesmo tempo um império mundial e uma economia mundial. Isso se perpetuou da segunda metade do século XVIII até o fim do século XIX e início do XX, quando forma-se a conjuntura de crise do CSA britânico.

Para Arrighi, o Reino Unido exerceu as funções de governo mundial até o fim do século XIX. De 1870 em diante, começou a perder o controle e a Alemanha e os EUA iniciam sua ascensão na economia mundial.

Os desafios alemão e norte-americano ao poderio mundial britânico fortaleceram-se mutuamente, comprometeram a capacidade da Grã-Bretanha de governar o sistema interestatal e acabaram levando a uma nova luta pela supremacia mundial, com uma violência e morbidez sem precedentes. (p. 59).

Os EUA estavam numa posição muito melhor do que a Alemanha. Suas dimensões continentais, insularidade e dotação eram extremamente favoráveis de recursos naturais, bem

---

100 Conjuntura aqui no sentido braudeliano, período de duração média duração (de algumas décadas). Para maiores detalhes ver VIEIRA, R. Como fazer ‘Análise de Conjuntura’ numa abordagem histórica, in: CORSI, F. L., CAMARGO, J. M. e SANTOS, A. (orgs.) *A Conjuntura econômica e política brasileira e argentina*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 15-24.

101 Sobre estes dois CSAs, será retomada a análise feita do G. Arrighi em: *O longo século XX: dinheiro poder e as origens de nosso tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Publicado pelas Editoras: Contraponto e Unesp em 1996. Cf. os capítulos: As três hegemonias do capitalismo histórico (p. 27 - 85), Indústria, imperialismo e a “interminável” acumulação de capital (p. 163 - 243), O longo século XX (p. 247 - 335) e o Epílogo: Pode o capitalismo sobreviver ao sucesso? (p. 337 - 371).

como a política – sistematicamente seguida por seu governo – de manter as portas do mercado interno fechadas aos produtos estrangeiros, todavia, abertas ao capital, à mão de obra e à iniciativa do exterior. Tal conjuntura transformou o país no maior beneficiário do imperialismo britânico de livre comércio (p. 61). Além disso, tanto a primeira quanto à segunda guerra mundial aceleraram o processo de hegemonia dos EUA.

A partir de 1915, a demanda britânica por armamentos e máquinas somente pode ser atendida pelos EUA, o que deu a este, direitos sobre as receitas e ativos britânicos. A expansão material norte-americana, iniciada por volta de 1870, é concomitante à expansão financeira britânica e com a ‘Grande Depressão’ (1873-1896). Salienta, Arrighi:

Como todos os séculos anteriores, o longo século XX compõe-se de três seguimentos distintos. O primeiro começa na década de 1870 e se estende até 1930, isto é, desde a crise sinalizadora até a crise terminal do regime britânico de acumulação. O segundo vai da crise terminal do regime britânico até a crise sinalizadora do regime norte-americano – uma crise que podemos situar por volta de 1970. E o terceiro e último segmento vai de 1970 até a crise terminal do regime norte-americano.<sup>102</sup> (p. 220-1).

As duas grandes guerras (1914-18 e 1939-45) são fenômenos históricos peculiares à crise terminal do ciclo britânico e da disputa para sucedê-lo.

Com o fim da segunda guerra, os EUA haviam acumulado imensos créditos (p. 278-9), que lhe davam o ‘monopólio da liquidez mundial’. E mais, com o fim da guerra, já estavam estabelecidos os principais contornos desse novo sistema mundial: em Bretton Woods foram estabelecidas as bases do novo sistema monetário internacional; em Hiroshima e Nagasaki, novos meios de violência; e com a Carta das Nações Unidas, as novas normas e regras de legitimação novo regime de acumulação (p. 278 a 284).

O modelo norte-americano é assim caracterizado, pelo autor:

[...] o livre comércio ideologizado e praticado pelo governo dos Estados Unidos, em todo o período de seu predomínio hegemônico, tem sido, antes, uma estratégia de negociação intergovernamental – bilateral e multilateral – sobre a liberalização do comércio, visando basicamente abrir as portas das outras nações aos produtos e às empresas norte-americanos. (p. 71)

E “[...] com isso, atingiu-se um grau muito mais amplo de livre comércio *multilateral* sob a hegemonia norte-americana, comparado ao da britânica.” (p. 72). E o ‘livre comércio’ garantiu privilégios aos EUA, uma vez que sendo mais produtivo e competitivo conquistou todos os mercados que lhes interessaram.

---

102 Arrighi distingue dois tipos de crise: a *sinalizadora* e a *terminal*. A primeira indica uma tendência dentro do ciclo, a segunda leva a uma transformação mais profunda no sistema, o que inclui a troca do centro hegemônico.

Outra característica do modelo norte-americano: as empresas multinacionais. Enquanto as Companhias de Comércio e Navegação dos séculos anteriores eram instrumentos altamente maleáveis da expansão do Estado, “[...] as empresas multinacionais do século XX não o são. Longe de serem tais instrumentos à disposição do poder estatal, estas empresas cedo transformaram-se no limite mais fundamental desse poder.” (p. 317) Elas não se situam acima dos interesses estatais, deslocam-se na direção da melhor lucratividade, independentes das necessidades nacionais.

### **3. A crise econômica atual**

Segundo Arrighi, no decorrer de um Ciclo Sistêmico de Acumulação, há crises sinalizadoras e terminais. Como se viu em citação anterior, a cronologia do CSA norte-americano identifica a década de 1970 como sua crise sinalizadora. Ele se refere à expansão financeira dos anos 70 e 80 do século passado, que tal como vem ocorrendo desde o século XIV, sucede

[...] como reação característica do capital à intensificação das pressões competitivas que decorrem, invariavelmente, de todas as grandes expansões do comércio e produção mundiais. A escala, o âmbito e a sofisticação técnica da atual expansão financeira são, é claro, muito maiores que os das expansões anteriores. (p. 309.)

Expansões financeiras, como se viu anteriormente, coincidem com a crise terminal de um CSA vigente e com a expansão material de um novo ciclo de acumulação.

Da década de 70 em diante, houve várias crises que têm desestabilizado a hegemonia norte-americana. E segundo Arrighi, a arrancada financeira da economia mundial constitui-se “[...] num aspecto integrante e precoce dessa crise.” (p. 310), ou seja, demonstra a tendência de uma crise terminal prematura do CSA norte-americano.

Para Arrighi (p. 321 e 324), a financeirização exacerbada criou dificuldades e as alternativas de solução concorreram para novos problemas. Por exemplo, a flexibilização das taxas de câmbio, permitiu certa expansão do capital norte-americano, além de livrá-los das restrições do balanço de pagamentos (inerente às taxas fixas de câmbio). Todavia, para se protegerem das variações decorrentes da flexibilização, “[...] as empresas não tinham alternativa senão recorrer à maior diversificação geopolítica de suas operações.” Ou seja, elas se tornaram ainda mais multinacionais. E, além disso, para maior proteção a curto prazo, elas aumentaram ao mesmo tempo sua participação nas transações financeiras. Isso provocou uma cisão mais pontual, uma dissociação mesmo, dos interesses do capital e do Estado. O primeiro

desviando-se para países mais rentáveis, possível pela “[...] completa liberalização dos empréstimos e investimentos privados norte-americanos no exterior, reforçaram as tendências que impulsionavam o crescimento explosivo dos mercados monetários *offshore*.” Contraditoriamente, o Estado norte-americano minado tentou “[...] incitar o capital a manter em andamento a expansão material da economia mundial capitalista centrada nos Estados Unidos [...]”.

Decorrente desse processo há, segundo Arrighi, nitidamente uma “[...] redução da defasagem no grau de industrialização entre os países de alta renda, por um lado, e os de renda baixa e média, por outro...” (p. 347). O que pode ser interpretado como uma expansão material preponderantemente, mas não exclusivamente, asiático (p. 351). Em outras palavras: “[...] um regime de acumulação emergente. Como todos os regimes emergentes que acabaram gerando uma nova expansão material da economia mundial capitalista, este último também é um subproduto do regime anterior.” (p. 362). Ou seja, das contradições capitalistas do CSA vigente surgem iniciativas de investimento em outros setores e/ou regiões que modelam um novo regime de acumulação, dada a lucratividade advinda da expansão material impulsionada pelo ‘freio’ existente no regime em declínio.

Pode-se destacar que “[...] o principal aspecto estrutural do regime emergente ainda é o abastecimento de mercados ricos com produtos que incorporam a mão-de-obra barata dos países pobres.” (p. 363). Tal aspecto mantém o padrão de consumo da sociedade norte-americana, porém não é reproduzido nas regiões emergentes, mantendo, portanto, um grau de subordinação e interdependência entre elas. Nitidamente, trata-se de relações de mão dupla. O regime ‘antigo’ sustenta-se pelo sucesso do novo padrão de produção emergente; este por sua vez é bem sucedido na medida em que os EUA permanecem na condição de consumidor exemplar.

A primeira edição obra *The long twentieth century* é de 1994 logo, as crises surgidas nesse atual século<sup>103</sup> não estão analisadas. E elas ao se somarem podem estar indicando a passagem da fase de crise sinalizadora para a crise terminal do atual CSA.

Giovanni Arrighi (falecido em 2009) deu continuidade à sua análise da conjuntura até o início desse século. Em conjunto com Beverly Silver produziu o texto intitulado “O fim do

---

103 A crise mais aguda, conhecida como ‘bolha imobiliária’ de 2008/09, deflagrada nos EUA, tem de fato desencadeado uma crise mais alargada geográfica e economicamente. O que pode ser observado cotidianamente nos jornais, ora mais nítido na zona do Euro, ora na América Latina. A referida crise, chamada de crise de *subprime*, caracteriza-se exatamente como a ponta do iceberg, ou seja, o ápice da financeirização, resultante do rebaixamento das exigências para a ampliação do mercado consumidor de empréstimos imobiliários. O que demonstra claramente a impossibilidade de manter a expansão financeira *ad infinitum*, como alternativa para a manutenção das taxas de lucro e acumulação.

longo século XX”, publicado em 2012<sup>104</sup>. Nele, Arrighi e Silver refletem sobre a possível transição hegemônica. Os autores mostram que uma importante anomalia da presente transição é a bifurcação sem precedentes na localização geográfica dos poderes financeiro e militar.

As corporações multinacionais estadunidenses têm investido maciçamente na China, repetindo o padrão histórico observado por Marx em que os centros em declínio transferem capital excedente para os centros em ascensão. Contudo, em uma ruptura importante com padrões do passado, o fluxo líquido do capital excedente, desde o início da expansão financeira liderada pelos Estados Unidos, tem sido do centro econômico em ascensão para o centro econômico em declínio, mais notoriamente na forma de compras maciças de bônus do Tesouro Americano realizadas pelo Leste Asiático, primeiro pelo Japão e depois pela China. Da mesma forma que nas transições hegemônicas do passado, o *hegemon* em declínio (os Estados Unidos) se transformou de maior nação credora em maior nação devedora. Essa transformação, no caso dos Estados Unidos, aconteceu em escala e velocidade sem precedentes. (p. 90)

Tal fenômeno assemelha-se ao processo de transição da hegemonia britânica e a ascensão dos EUA como vimos anteriormente. E pela utilização da análise comparativa, outros elementos se revelam à análise, como a questão da hegemonia militar norte-americana.

Segundo Arrighi e Silver,

[...] os recursos militares de relevância global estão concentrados esmagadoramente nas mãos dos Estados Unidos. Não há sinais críveis de que os estados em ascensão econômica, incluindo a China, tenham a intenção de desafiar diretamente o poder militar dos Estados Unidos. Porém, ainda sem um desafio direto, os Estados Unidos não mais possuem os recursos financeiros necessários para dar suporte ao seu aparato militar no mundo (e agora conseguem fazer isso somente entrando numa dívida externa cada vez mais profunda). Além disso, como ficou claro no fracasso do projeto da administração Bush para um Novo Século Americano, a projeção do poder militar não tem sido particularmente efetiva em submeter o mundo à vontade dos Estados Unidos nem no combate à escalada de crises políticas e sociais no nível do sistema. (In: VIEIRA et alli, 2012, p. 91-2)

Arrighi e Silver advertem,

[...] porém, como já mencionamos, as expansões materiais sistêmicas anteriores somente deslancharam quando a potência econômica em ascensão foi capaz de se tornar hegemônica, no sentido Gramsciano da palavra. Isto é, conduzir o mundo à criação de arranjos institucionais globais (financeiros, geopolíticos e sociais) capazes de providenciar a segurança necessária para uma expansão material ampla. (IDEM, p. 94)

A transição será diferente dessa vez?

Obviamente estamos tendo uma oportunidade ímpar na história: observar, analisar e discutir uma possível transição hegemônica para outra, no ‘calor’ dos acontecimentos. Talvez em nenhuma outra época as pessoas tenham tido uma oportunidade similar, devido ao aparato

---

104 In: *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. Coletânea organizada por Vieira, P. et alli., São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 77- 96.

teórico e metodológico que possuímos para pensar a história econômica. No entanto, o nível de complexidade em refletir sobre o tempo presente é muito alto. Buscar semelhanças e diferenças em processos análogos, para daí objetivamente contribuir para um exame da realidade vivida, constitui-se o valor do método comparativo.

Assim a partir da análise dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação, e principalmente de elementos da transição precedentes, talvez possamos contribuir com elementos para maior clareza da contemporânea crise que tanto nos incomoda.

Dentre esses elementos merecem destaque o fato de a crise econômica de 2008-9 estar se propagando por diferentes países e perdurando até este momento, o que pode indicar se tratar de uma crise terminal do CSA norte-americano e não apenas uma do tipo sinalizadora. De fato, o aspecto geográfico é um elemento considerável – a crise nascida nos EUA propagou-se por vários países, com destaque para países da zona do Euro e da América Latina; e a duração dessa turbulência também chama a atenção dos analistas – são, nesse momento, mais de 7 anos.

O período que precedeu a atual crise foi de inigualável expansão financeira e as últimas décadas foram acompanhadas de uma expansão material, localizada fora do centro, com preponderância da Ásia. Primeiro o Japão, depois os ‘Tigres Asiáticos’ e atualmente a China. Têm-se, então, indícios de uma transição hegemônica, lembrando que, na concepção de Arrighi: expansão financeira associada a uma ampliação da lucratividade da produção e circulação de mercadorias – que ele chama de expansão material – e deslocada do centro para regiões com matéria-prima e mão de obra de menor custo, delineiam crise terminal e transição hegemônica.

Contudo, segundo ele, a constituição de um novo centro hegemônico e consequentemente de um novo Ciclo Sistêmico de Acumulação está condicionado à possibilidade de outro sujeito histórico assumir plenamente a função de *hegemon*. Apontar seguramente esta ascensão parece ainda impossível, no momento em que estamos observando.

Pois há desafios muito grandes a serem enfrentados por aquele(s) que pleiteiem essa ascensão, segundo Arrighi e Silver, se todas as transições hegemônicas

[...] anteriores pressupunham uma reorganização política e social fundamental do sistema global (por exemplo: o fim do comércio de escravos no Atlântico sob a hegemonia britânica e o fim do colonialismo formal sob a hegemonia americana), o que o tipo de análise realizado neste capítulo sugere sobre o modelo de reorganizações fundamentais que seriam requeridas atualmente? Primeiro, uma nova hegemonia mundial (fosse liderada por um único estado, uma coalizão de estados ou um estado-mundo) teria que acomodar e promover uma maior igualdade entre o Norte Global e o Sul Global devido ao poder financeiro deste último. (In: VIEIRA et alli, 2012, p. 93)

Entretanto, a percepção do processo histórico – como testemunhas oculares que somos –, não pode olvidar a longevidade e lentidão em que foram construídas as hegemônias precedentes. Assim, a lição de que os processos históricos dessa magnitude são de longa duração com mudanças muito lentas, constituindo novas estruturas a partir daquelas existentes, não deve ser abandonada em nossas análises da conjuntura atual.

Além disso, nossa condição de sujeitos da história nos impele a uma postura otimista de podermos contribuir para o que está a ser construído seja, não apenas um novo modelo econômico, mas que seja um modelo mais justo, equânime e inclusivo. O que induz a uma responsabilidade inigualável historicamente. Principalmente quando levamos em conta, a partir dos estudos aqui apontados, que as transições anteriores se efetivaram em situação de caos sistêmico<sup>105</sup>.

### **Referências bibliográficas**

- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro poder e as origens de nosso tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo: séculos XV a XVIII*. v. 3. “O tempo do mundo”. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- VIEIRA, P.; VIEIRA, R.; FILOMENO, F. A. (Orgs.). *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

---

105 No percurso aqui empreendido, foram enfatizados aspectos econômicos da atual crise sistêmica, porém outros elementos como por exemplo, a crise migratória sobretudo ao longo de 2015 para a Europa indicam o amplo espectro e dimensões da conjuntura em que vivemos.